



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

RELATÓRIO SOBRE QUALIFICAÇÃO

Grupo de Trabalho “Qualificação”

Relatora: Deputada Paula Barros

X Legislatura-Maio /2009



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Índice

1. Introdução	3
2. Enquadramento	5
3. Actividade do Grupo de Trabalho	11
4. Conclusões	14
5. Recomendações	17
6. Anexos	18

1. Introdução

No âmbito das actividades da Comissão de Educação e Ciência (CEC) foi constituído o Grupo de Trabalho sobre a Qualificação envolvendo os seguintes Deputados representantes dos diferentes Grupos Parlamentares:

- Luísa Salgueiro (PS)
- André Almeida (PSD)
- João Oliveira (PCP)
- Abel Batista (CDS-PP)
- Ana Drago (BE)
- Luísa Mesquita (Não inscrita)
- José Paulo de Carvalho (Não inscrito)
- Paula Barros (PS) – Coordenadora

Definiu o Grupo como seus objectivos:

- i) Desenvolver acções e produzir relatório de avaliação:
 - Da qualidade da oferta formativa;
 - Do impacto em matéria de combate ao abandono e insucesso escolares.

- ii) Acompanhar, junto das Escolas, IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) e CNO's (Centros Novas Oportunidades):
 - Os diversos programas de formação profissional de jovens e adultos;
 - As iniciativas que visem estimular a aprendizagem ao longo da vida.

- iii) Apresentar um relatório à Comissão com um conjunto de conclusões e recomendações sobre o tema.

No sentido de reunir informação quer dos planeadores, quer dos aplicadores das políticas da área da Qualificação no terreno, foi entendimento definir como linhas estratégicas de actuação as seguintes:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

- Audição na CEC da Agência Nacional para a Qualificação;
- Visitas a Escolas, IEFEP e CNO's, nas zonas Norte, Centro e Sul;
- Audição na CEC do Presidente da Comissão de Acompanhamento da Iniciativa Novas Oportunidades – Prof. Roberto Carneiro;
- Audição Parlamentar sobre Qualificação.

O objectivo final de apresentar conclusões e recomendações sobre a matéria em causa é o que se pretende cumprir com o presente relatório.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

2. Enquadramento

O estímulo para a criação do Grupo de Trabalho sobre a Qualificação teve base, naturalmente, na preocupação da Comissão e Ciência da Assembleia da República acompanhar de perto a aplicação de medidas de política destinadas a combater o grave déficit estrutural do nosso país das baixas qualificações dos cidadãos.

Todos os Deputados se manifestaram bem conscientes da necessidade de superar esta situação pelo que a elevação das qualificações representa em termos de produtividade/competitividade e de contributo para uma sociedade mais justa, responsável, interventiva e crítica.

A batalha das qualificações é reconhecida como um pilar fundamental para a promoção da igualdade de oportunidades.

É também consensual que o regime democrático recente no nosso País contribuiu decisivamente para a massificação do ensino mas o caminho no que respeita à igualdade de oportunidades no acesso ao conhecimento ainda é longo.

Muitos cidadãos portugueses se viram obrigados a abandonar precocemente a Escola pela necessidade de se integrarem no mundo do trabalho sem nunca terem tido a oportunidade de ver reconhecidas as competências que adquiriram pela experiência, pela prática de uma determinada actividade ao longo da sua vida.

Outros a abandonam por nela não reconhecerem respostas adequadas aos seus projectos de vida, entre outras situações.

Tem-se como urgente a alteração deste panorama através da promoção de políticas que permitam o salto decisivo nesta matéria, para que Portugal se aproxime das médias europeias de escolarização da sua população.

Não é possível ignorar que em 2005 (reportando ao ano de início da actual legislatura), o número médio de anos de escolarização da população adulta em Portugal era de 8,2 enquanto que a média dos países da OCDE se situava nos 12 anos; que apenas 20% da população adulta tinha completado o ensino secundário; que 2 500 000 activos não tinham completado, sequer, a escolaridade obrigatória; que tínhamos a trabalhar cerca de meio milhão de jovens entre os 18 e os 24 anos (45%) sem o ensino secundário completo; que, segundo a OCDE, em Portugal, um trabalhador sem o ensino secundário ganha, em média, menos 40% do que um trabalhador que tenha atingido esse nível de escolaridade.

Não é possível ignorar, também, todas as recomendações da Conselho Europeu no sentido da prioridade a conferir às políticas de Educação e Formação dos Estados membros para a construção de uma Europa do conhecimento.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Em Março de 2000, no Conselho Europeu de Lisboa, foram considerados os sistemas de Educação e Formação como instrumentos fundamentais, exigidos por um vasto leque de desafios com que se confrontam actualmente, e a nível mundial, as sociedades contemporâneas.

Apostando numa economia da União Europeia baseada no conhecimento, os sistemas de Educação e Formação assumem um papel preponderante enquanto factores de crescimento económico, inovação, empregabilidade, desenvolvimento sustentável e da tão ambicionada coesão social.

Pode mesmo ler-se no ponto 25 das Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Lisboa, Março de 2000: *“Os sistemas educativo e de formação europeus necessitam de ser adaptados não só às exigências da sociedade do conhecimento como também à necessidade de um maior nível e qualidade do emprego”*.

É no seguimento desta estratégia que em Fevereiro de 2002 foi adoptado conjuntamente pelo Conselho Europeu e pela Comissão Europeia o Programa de Trabalho “Educação e Formação 2010”, com os seguintes objectivos:

- **Aumentar a qualidade e a eficácia dos sistemas de educação e de formação promovendo:**
 - A educação e a formação dos professores e dos formadores;
 - As competências necessárias à sociedade do conhecimento;
 - O acesso de todos às Tecnologias da Informação e da Comunicação;
 - O aumento do número de pessoas que optam por estudos técnicos e científicos;
 - A optimização da utilização dos recursos.

- **Facilitar o acesso de todos aos sistemas de educação e de formação, promovendo:**
 - Um ambiente de aprendizagem aberto;
 - Uma aprendizagem mais atractiva;
 - A cidadania activa, a igualdade de oportunidades e a coesão social.

- **Abrir ao exterior os sistemas de educação e de formação promovendo:**
 - O reforço das ligações com o mundo do trabalho, a investigação e a sociedade;
 - Desenvolvimento do espírito empresarial;
 - A melhoria da aprendizagem de línguas estrangeiras;
 - O aumento da mobilidade e dos intercâmbios;
 - O reforço da cooperação europeia.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Um programa desta dimensão exigiu, naturalmente, a definição de instrumentos de monitorização que ficaram consagrados em Maio de 2003, em reunião do Conselho Europeu que definiu as seguintes metas para avaliação de execução em 2010:

- **Abandono escolar precoce** - deverá ser alcançada uma média europeia não superior a 10%;
- **Licenciados em matemática, ciências e tecnologias** - deverá registar-se um acréscimo de pelo menos 15%, devendo simultaneamente ser reduzido o desequilíbrio entre sexos;
- **Conclusão do último ciclo do ensino secundário** - Pelo menos 85% dos adultos com 22 anos de idade;
- **Leitura** – Deverá registar-se uma redução de pelo menos 20%, na percentagem de jovens de 15 anos com fraco aproveitamento, relativamente ao ano 2000;
- **Aprendizagem ao longo da vida** - o nível médio de participação deverá corresponder pelo menos a 12,5% da população adulta em idade activa (grupo etário dos 25 aos 64 anos).

Face ao ponto de partida em Portugal, nitidamente aquém da maioria dos países europeus como já descrito acima, o desafio é exigente mas fundamental que seja abraçado. Nada melhor para atingir um objectivo e avaliar da evolução do percurso para o atingir senão, definir as metas a alcançar. Por isso, nos parece valer a pena observar as metas nacionais definidas com o horizonte em 2010:

- Assegurar, até 2010, que 35% das crianças entre os 0 e os 3 anos de idade sejam abrangidas por serviços de cuidados a crianças (30% em 2008), aumentando para o efeito em 50% os lugares em creches ao longo da legislatura;
- Garantir que 100% das crianças de 5 anos frequentem em 2009 a educação pré-escolar, visando chegar a 2010 com uma cobertura de 90% das crianças entre os 3 e os 5 anos;
- Generalizar o ensino de Inglês desde o primeiro ciclo do ensino básico, cobrindo a totalidade os alunos desse ciclo até 2009;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

- Generalizar o ensino experimental das Ciências nos ensinos básico e secundário a partir de 2006;
- Assegurar a formação contínua e o acompanhamento dos professores de Matemática do 1º ciclo do ensino básico atingindo 7.000 professores no próximo ano lectivo;
- Reduzir para metade o insucesso escolar nos ensinos básico e secundário até 2009;
- Tornar obrigatória a frequência de ensino ou formação profissional para todos os jovens até aos 18 anos até 2009;
- Aumentar a proporção de jovens de 22 anos com o ensino secundário superior, de 49% em 2004, para 65% em 2010;
- Abranger cerca de 650 mil jovens em cursos técnico-profissionais de nível secundário até 2010, prevendo-se abranger 365 mil até 2008;
- Aumentar a taxa de participação da população dos 25 aos 64 anos em acções de educação/formação para 12,5% em 2010 (4,6% em 2005);
- Qualificar 1 milhão de activos até 2010, dos quais 435 mil até 2008, através de cursos de educação e formação ou de reconhecimento, validação e certificação de competências;
- Expandir a Rede de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências de modo a atingir 300 centros em 2008 e 500 em 2010;
- Aumentar até 2010 o número de novos graduados em áreas Científicas e Tecnológicas para 2% na população com idades entre os 20 e os 29 anos (8,2‰ em 2003);
- Aumentar até 2010 o número de novos doutoramentos em áreas Científicas e Tecnológicas para 0.45‰ na população com idades entre os 25 e 34 anos (0.3‰ em Portugal e 0.55‰ na UE15 em 2001).



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Perante este desafio o Governo português, através do Ministério da Educação lança diversos programas com o objectivo de contribuir para uma real igualdade de oportunidades no acesso ao conhecimento, especialmente ao nível do 1º Ciclo como sejam, o reordenamento da rede educativa, a generalização das refeições, a generalização do ensino do Inglês, a implementação das actividades de enriquecimento Curricular, o Plano de Acção para a Matemática, o Plano Nacional de Leitura, os Planos de Formação de professores nas áreas da Língua Portuguesa e da Matemática e, nomeadamente, através do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social lança o Programa Novas Oportunidades, programa este sobre o qual a acção do Grupo de Trabalho para a Qualificação recaiu.

Foram definidos como grandes objectivos deste Programa:

- Fazer do 12º ano o referencial mínimo de formação para todos os jovens;
- Colocar metade dos jovens do ensino secundário em cursos tecnológicos e profissionais de dupla certificação;
- Qualificar um milhão de activos até 2010

Foi ainda criada a Agência Nacional para a Qualificação (ANQ), com dupla tutela, do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, com a missão de:

- Coordenar a execução das políticas de educação e formação profissional de jovens e adultos e assegurar o desenvolvimento e a gestão do Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, assumindo um papel dinamizador do cumprimento das metas traçadas pela Iniciativa Novas Oportunidades;
- No quadro da estratégia de qualificação da população portuguesa, que tem por principal desígnio promover a generalização do nível secundário como patamar mínimo de qualificação, a intervenção da ANQ é dirigida à concretização das metas definidas e à promoção da relevância e qualidade da educação e da formação profissional;
- A Rede de Centros Novas Oportunidades e o Catálogo Nacional de Qualificações são instrumentos centrais dessa estratégia, constituindo a sua estruturação e dinamização objectivos privilegiados de intervenção da ANQ.

Foi constituída, também, a Comissão de Acompanhamento do Programa Novas Oportunidades, presidida pelo Professor Roberto Carneiro, a fim de promover a avaliação externa, independente, da execução do Programa.

É de salientar que uma das preocupações do Grupo de Trabalho para a Qualificação foi, acima de tudo, observar da qualidade da formação, no sentido de credibilizar o esforço de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

milhares de portugueses que enveredaram por percursos de formação, respondendo positivamente a este grande desafio nacional.

A credibilização da formação entende-se como a melhor forma de contribuir e reconhecer o esforço dos cidadãos em elevar as suas qualificações.

3. Actividade do Grupo de Trabalho

O Grupo de Trabalho para a Qualificação da Comissão de Educação e Ciência entendeu como forma de atingir os seus objectivos, enveredar por actividades que permitissem estabelecer a ponte entre as propostas políticas, que apontam no sentido da redução do défice estrutural de qualificação dos portugueses, e a prática, ou seja, a execução dessas propostas e consequências no terreno.

Assim, o Grupo de Trabalho propôs e executou o seguinte Plano de Actividades:

- **Audição** da Agência Nacional da Qualificação;
- **Visitas a Escolas, IEFP e CNO's**, nas zonas Norte, Centro e Sul:

Alentejo

Escola Secundária de Vendas Novas (Anexo 1)

Inovinter - Pólo de Vendas Novas (Anexo 2)

Algarve

Escola Superior de Educação de Faro - Pólo Novas Oportunidades (Anexo 3)

Centro de Formação Profissional de Faro (Anexo 4)

Grande Lisboa

Centro de Formação Profissional do Seixal (Anexo 5)

Empresa – Grupo Jerónimo Martins (Anexo 6)

Vila Real

Empresa – Unicer – Vidago (Anexo 7)

Escola Secundária Fernão de Magalhães – CNO – Chaves (Anexo 8)

Centro de Formação Profissional de Chaves (Anexo 9)

Castelo Branco



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Câmara Municipal de Castelo Branco

Empresa – Movaço - Castelo Branco (Anexo 10)

Centro de Formação Profissional de Castelo Branco (Anexo 11)

- **Audição na CEC** do Presidente da Comissão de Acompanhamento da Iniciativa Novas Oportunidades – Prof. Roberto Carneiro

- **Audição parlamentar sobre qualificação** (Anexo 12)

A audição com a Agência Nacional para a Qualificação teve como objectivo auscultar as indicações para o terreno relativas aos programas de formação quer no âmbito do RVCC, quer dos percursos e formações complementares.

Uma das preocupações sempre apontadas pelos Deputados prendeu-se com a relação quantidade/qualidade, nomeadamente, no que à estipulação de metas diz respeito.

Da parte da Agência, a estipulação de metas tem a ver com a necessidade de definir claramente objectivos a alcançar, sem descurar a questão da qualidade até porque no que à matéria que estamos a tratar diz respeito quantidade pode e deve associar-se a qualidade.

Foi inclusivamente referido que o acompanhamento e avaliação das actividades desenvolvidas pelos CNO's e Centros de Formação são feitos sistematicamente por equipas da Agência Nacional para a Qualificação.

Com a consciência de que mais do que as palavras é importante verificar das acções até no sentido de poder contribuir construtivamente para eventuais melhoramentos da acção, partiu o Grupo de Trabalho para o terreno, efectuando as visitas acima descritas e cujos relatórios constam, na íntegra nos Anexos deste trabalho. A leitura dos mesmos, por si, permite tirar algumas conclusões e a nossa própria análise constará no Capítulo das Conclusões deste Relatório.

De realçar que as visitas efectuadas foram definidas do ponto de vista da abrangência territorial e da cobertura no que respeita à oferta de formação por entidades públicas e privadas visando observar da qualidade e dos efeitos da formação, nomeadamente, e neste último caso, no que às empresas em particular diz respeito.

Da mesma forma será útil analisar o Relatório que será elaborado pela Comissão de Acompanhamento da Iniciativa Novas Oportunidades, presidida pelo Prof. Roberto Carneiro, que em audição na Comissão de Educação e Ciência deixou claro o seu sentido de independência e vontade objectiva de produção de um trabalho que permita, através de uma avaliação rigorosa do Programa, introduzir as melhorias tidas por convenientes.

O método de trabalho, apresentado pelo Presidente da Comissão de Acompanhamento da Iniciativa Novas Oportunidades, permitiu, exactamente, concluir do rigor dos instrumentos de análise e só lamentamos ainda não podermos incorporar neste trabalho a análise do Relatório desta equipa por ainda estar em fase de construção, de acordo com os calendários definidos. Por



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

isso, foi tido por conveniente que em situações de dimensão similar possam ser introduzidos relatórios intercalares.

O trabalho prático do Grupo de Trabalho para a Qualificação culminou com uma Audição Parlamentar sobre Qualificação que se desenvolveu em dois painéis fundamentais.

No primeiro tiveram intervenção a Sr.^a Ministra da Educação e o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social. De referir que a constituição deste painel não foi absolutamente consensual por não ser prática da Comissão a presença de membros do Governo em audições parlamentares tendo, no entanto, a maioria aceite que no caso concreto esta mesma presença poderia ter um significado acrescido pelos dados novos que poderiam ser conferidos para análise pelo Grupo de Trabalho, considerando que a sua actividade versava especificamente sobre uma iniciativa governamental, a Iniciativa Novas Oportunidades.

O segundo painel foi constituído pelos representantes dos diferentes Grupos Parlamentares e pelos Deputados não inscritos bem como, pela Coordenadora do Grupo de Trabalho. Os elementos deste painel só intervieram no final, após ouvirem testemunhos de diferentes elementos do público, todos com responsabilidades no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades.

Desta audição consta transcrição na íntegra a qual se anexará ao presente relatório (Anexo 12).

O posicionamento dos diferentes Grupos Parlamentares, quer em relação aos testemunhos ouvidos na Audição, quer em relação aos diferentes dados recolhidos pelo Grupo ao longo da sua actividade podem ser lidos na fase final da transcrição da audição.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

4. Conclusões

Não é fácil produzir conclusões acerca de um trabalho que se encontra em desenvolvimento, que todos desejamos que alcance sucesso a bem dos portugueses, a bem de um Portugal mais competitivo, de uma sociedade mais justa, responsável e crítica.

Olhamos para o que se pode considerar uma orientação séria e isenta em relação ao que está a ser feito ao nível da Europa e em Portugal, em particular, e percebemos que estão a ser dados passos no sentido certo.

O Relatório Intercalar Conjunto sobre a implementação do Programa de Trabalho "Educação e Formação 2010" apresentado ao Conselho Europeu da Primavera de 2006 baseia-se também em Relatórios Nacionais.

Em conclusão, relativamente a Portugal, este Relatório refere que as reformas nacionais estão bem orientadas - os desenvolvimentos em curso são vistos como encorajadores, sobretudo tendo em conta que os efeitos nos sistemas educativos são, por natureza, lentos e que as situações e pontos de partida nacionais em relação à Europa representam desvios significativos

Já o Relatório Intercalar de Fevereiro de 2008 chama a atenção para as seguintes áreas:

- Implementação das estratégias de aprendizagem ao longo da vida.
- Triângulo do conhecimento – papel essencial da educação e da formação na promoção da criatividade e da inovação.
- Diálogo intercultural.
- Mobilidade transnacional deve tornar-se uma prática corrente no ensino superior e ser mais incentivada no domínio da educação e da formação profissional.

Não podemos deixar de reconhecer o importante esforço que, de facto, Portugal tem levado a efeito para procurar superar este seu deficit estrutural das baixas qualificações.

Desde logo fica bem nítida esta prioridade quando o Governo destina 37% das verbas do Quadro de Referência Estratégica Nacional ao Programa Operacional do Potencial Humano.

Este grande investimento financeiro, a par com o grande investimento e esforço pessoal de milhares de portugueses merece uma reflexão muito séria e uma avaliação permanente no sentido não só de melhorar como, também, de credibilizar.

A Iniciativa Novas Oportunidades, em conjunto com outras medidas, nomeadamente, do alargamento da oferta educativa em vias tecnológicas e profissionalizantes no ensino secundário tem, inquestionavelmente, chamado muitos cidadãos à Escola para iniciarem e/ou completarem os seus percursos de formação.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

É interessante verificar que os jovens têm sido atraídos pela oferta de uma Oportunidade Nova e os adultos têm abraçado, esmagadoramente, uma Nova Oportunidade que lhes é concedida em virtude de muitos não a terem tido em fase precoce da sua Vida.

O que dizemos é facilmente constatável pelos dados, nomeadamente, da Inspeção Geral de Educação que nos indicam o regresso de cerca de 20 000 jovens à Escola e pela redução da taxa de insucesso e abandono escolares que de 2005 a 2008, no ensino secundário, regrediu de 33% para 22%, sendo que no 12º ano esta redução foi de 50,6% para 35%.

Por outro lado, a grande adesão à busca de uma Nova Oportunidade espelha-se no número de inscritos nos centros de RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) que sofreu uma evolução de 77 246 em 2006, para 278 892 em 2008. Os dados mais recentes de acordo com o SIGO apontam para um total de 652 071 inscritos.

Claro que esta expansão se relaciona, directamente, com a evolução em termos do número de centros de RVCC que registou uma evolução de 98 em 2005, para 459 em 2008.

O aumento de inscrições para ingresso em percursos formativos tem-se verificado independentemente do tipo de entidade promotora: Escolas Básicas e/ou Secundárias, Centros de Formação Profissional, Escolas Profissionais e outras entidades (empresas).

É bem certo que o número de inscritos nos centros de RVCC não corresponde, obviamente, ao número de certificados até porque os percursos formativos podem ser mais ou menos morosos consoante o diagnóstico e encaminhamento realizado pelos técnicos. Estima-se que o número total de certificados seja, actualmente, de 137 342.

Ainda de acordo com o SIGO constata-se que o encaminhamento para ofertas formativas se destaca claramente em relação ao encaminhamento para processos de RVCC e das ofertas formativas, a principal via são os Cursos EFA (Educação e Formação de Adultos).

Verifica-se ainda, de acordo com a mesma fonte que os cidadãos em situação de desemprego e o Norte do país constituem a principal fatia de inscritos nos centros de RVCC.

Percebe-se bem, até por estes últimos dados, o forte estímulo da Iniciativa Novas Oportunidades em relação à coesão social.

Felizmente, face à resposta que esta iniciativa encontrou junto dos cidadãos, todas as entidades promotoras de formação têm público que não só garante como intensifica a sua actividade.

Sendo certo que no caso concreto, quantidade pode arrastar qualidade, não queremos deixar de abordar esta temática que, desde o início, constituiu uma preocupação do Grupo de Trabalho e que tem a ver com a qualidade da oferta formativa.

Não podemos ignorar que, nalgumas das visitas efectuadas, o Grupo de Trabalho foi confrontado com algum constrangimento em relação à estipulação de metas para os Centros Novas Oportunidades. Entendendo-se que as metas se constituem como uma referência em relação a objectivos a atingir não deixam de preocupar os dirigentes dos CNO's pela influência que o cumprimento das mesmas possa ter em termos de financiamentos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Não podemos, porém, deixar de referir que em todas as visitas efectuadas verificamos a grande preocupação de responsáveis, técnicos e formadores de não sacrificar, por princípio algum, a qualidade da oferta formativa, atitude esta que louvamos e que tranquiliza.

Verificamos, ainda, a importância atribuída à itinerância como forma de chegar a locais onde de outra forma não seria possível a existência de uma Nova Oportunidade. Entendemos este posicionamento como uma verdadeira preocupação com a coesão social percebendo, porém, que há um esforço acrescido por parte dos formadores no sentido de garantirem esta actividade.

É também de salientar a manifestação da necessidade de intensificação do serviço de informação em rede e de avaliação.

Não podemos deixar de registar o interesse dos particulares, nomeadamente, das empresas no sentido da qualificação dos seus colaboradores, muito pela garantia de melhor qualidade de serviço e mesmo de satisfação pessoal e colectiva. Também com satisfação registámos bons exemplos de empresas que fazem corresponder de imediato a elevação de qualificação dos seus colaboradores a melhores condições até do ponto de vista salarial.

Também com agrado se registou, em termos gerais, uma grande aceitação e reconhecimento da mais valia que a Iniciativa Novas Oportunidades, em particular, e a elevação da qualificação dos portugueses, em geral, representam para o país, para a sociedade portuguesa.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

5. Recomendações

Embora se considere que ainda pode ser extemporâneo estar a avançar com recomendações, até por ainda não existir produção de parecer pela própria Comissão de Acompanhamento da Iniciativa Novas Oportunidades, há algumas questões acerca das quais gostaríamos de expressar a nossa recomendação.

Desde logo, a grande preocupação com a qualidade da oferta formativa por entendermos a importância da real elevação da qualificação dos portugueses e, também, pela credibilização de todo o esforço que está a ser mobilizado nesse sentido seja por parte do Governo, em termos de investimento financeiro, seja por parte dos cidadãos, em termos de investimento pessoal.

Consideramos, portanto, fundamental que existam metas de actividade mas que em fase de revisão dessas metas, prevista pelo Programa Operacional do Potencial Humano, seja privilegiada a relação Meta/Qualidade.

Entendemos também a pertinência do contínuo aperfeiçoamento do programa de avaliação e acompanhamento da actividade dos Centros Novas Oportunidades e da importância do funcionamento em rede, num caso e no outro, sempre com a perspectiva formativa como prioridade.

Acreditamos na mais valia da educação, da formação e da qualificação como principais âncoras de uma sociedade do conhecimento, mais moderna, competitiva, participativa, justa e responsável. Como tal, saudamos a continuidade do investimento neste grande movimento nacional que tem envolvido milhares de portugueses. Que seja um investimento justo e rigoroso; que definitivamente concorra para a coesão nacional, em termos territoriais e sociais e, em termos globais, que contribua para a real proximidade de Portugal à Europa através daquele que deve ser o principal elo de ligação: os cidadãos.

Palácio de S.Bento, aos 28 dias do mês de Abril de 2009

A Coordenadora do Grupo de Trabalho

(Paula Barros)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

6. ANEXOS

ANEXO 1

INICIATIVA NOVAS OPORTUNIDADES

VISITA A CNO

RELATÓRIO

Estabelecimento de ensino: Escola Secundária com 3º ciclo, de Vendas Novas

Localidade: Vendas Novas - Alentejo

Data: 13. Nov. 2008

Hora: 09.30H

Deputados do Grupo de Trabalho da Qualificação participantes

Paula Barros (Coordenadora/PS); Luísa Salgueiro (PS); André Almeida (PSD); José Paulo de Carvalho (CDS-PP) e João Oliveira (PCP).

Juntou-se aos Deputados do Grupo de Trabalho o deputado do PSD Luís Rodrigues, eleito pelo Círculo Eleitoral de Setúbal.

Intervenientes/entidades participantes

Director executivo da escola: Carlos Rebelo

Adjunta Coordenadora das Novas Oportunidades: Professora Luísa Costa

Coordenadora do CNO: Professora Manuela Santos

EFAS: Professora Aurora Costa

Cursos profissionais: Professora Florbela Rego

SEF'S: Professor Luís Narra

Situações mais relevantes apresentadas

O director executivo fez inicialmente o enquadramento de Vendas Novas, referindo, nomeadamente, que se trata de um cento industrializado, que tem registado um crescimento populacional nos últimos anos e que só teve escola pública após o 25 de Abril.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

De seguida foi feita uma apresentação sobre a Escola Secundária de Vendas Novas, referindo a sua população escolar, ofertas formativas no 3º ciclo do ensino básico, no ensino secundário e nas Novas Oportunidades para jovens (designadamente CEF electromecânica e CEF operador de informática) e adultos.

Depois fizeram uma apresentação sobre o CNO, referindo as etapas respectivas (homologação em Maio de 2006 e início de funcionamento em Setembro do mesmo ano e primeiras certificações do básico e do secundário, respectivamente, em Janeiro e Outubro de 2007) e a estatística de processos.

Em resumo, dos 398 inscritos a nível do básico já certificaram 231 e dos 574 do secundário certificaram 75.

Em termos de equipa dispõem de 3 profissionais de RVCC (internos e externos) e 5 formadores (internos), trabalhando todos a tempo inteiro, o que consideram ser uma vantagem, por permitir maior disponibilidade.

Realçaram também que o horário é sempre pós-laboral, os grupos iniciam em datas diferentes para melhor articulação e vai ter início proximamente um grupo de itinerância (numa freguesia) do nível básico, havendo a previsão de constituição de outro grupo do secundário. O adulto inscreve-se e é encaminhado para a oferta que melhor se lhe adequa.

Foram ainda dadas indicações mais circunstanciadas sobre o curso de electromecânica.

Principais dificuldades/constrangimentos

Em termos de dificuldades, referiram em relação ao primeiro ano os constrangimentos de espaços e no que respeita ao terceiro a alteração da equipa, na sequência de recrutamentos por concurso.

Referiram também que a ANQ contactou os CNO para darem encaminhamento a todos os inscritos e nessa linha a aplicação informática SIGO, que faz a gestão de todos os processos a nível nacional, irá passar a incluir a possibilidade de se saber quantos inscritos foram contactados após a inscrição e não responderam, razão pela qual os respectivos processos não tiveram seguimento.

Questões colocadas pelos deputados



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Pergunta: Diferenças entre os CNO nas escolas e fora delas.

Resposta dos responsáveis da escola: Até agora o CNO só tem tido situações de certificação escolar. Entendem que há vantagens em haver CNO na escola, porque assim não há tendência para reter o adulto naquele, dado ser fácil articular com a escola o encaminhamento do candidato. Muitos adultos depois da certificação querem aprender mais e para o efeito são encaminhados por exemplo para EFA.

Por outro lado o CNO nas escolas não assusta o adulto que pretende certificação. As desistências, por vezes, devem-se sim ao facto de o processo não ser tão fácil como pensavam.

Também há situações de empresas que incentivam os funcionários a fazerem certificação de competências.

Pergunta: Sensibilidade das empresas para captarem os trabalhadores diplomados pelos CNO e outros com maiores qualificações.

Resposta dos responsáveis da escola: Os cursos de electromecânica, restauração, informática e contabilidade são criados em função das necessidades do mercado local e não tem havido dificuldades na realização de estágios. No entanto, não há integração de todos os diplomados, já que muitas vezes, para além das qualificações, as empresas solicitam experiência profissional.

Pergunta: Percentagem dos candidatos que fazem certificação automática e dos que são encaminhados para formação.

Resposta dos responsáveis da escola: No básico 80% são encaminhados directamente para RVCC e no secundário 40% são encaminhados para formação.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ANEXO 2

INICIATIVA NOVAS OPORTUNIDADES

VISITA A CNO

RELATÓRIO

Entidade: INOVINTER – Pólo de Vendas Novas

Localidade: Vendas Novas - Alentejo

Data: 13/11/2008

Hora: 11.30H

Deputados do Grupo de Trabalho da Qualificação participantes

Paula Barros (Coordenadora/PS), Luísa Salgueiro (PS), André Almeida (PSD), José Paulo de Carvalho (CDS-PP) e João Oliveira (PCP).

Juntou-se aos deputados do Grupo de Trabalho o deputado do PSD Luís Rodrigues, eleito pelo círculo de Setúbal.

Intervenientes/entidades participantes

Directora Nacional – Dr.^a Conceição Baptista

Directora do Pólo de Vendas Novas: Dr.^a Célia Cegonho

Coordenadora do CNO: Dr.^a Marta Figueira

Situações mais relevantes apresentadas

A directora nacional fez inicialmente o enquadramento do Inovinter – Centro de Formação e de Inovação Tecnológica, criado pela Portaria 407/98, formado entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN), que tem como atribuições a promoção da actividade de formação profissional, numa perspectiva transversal de actividade económica.

O Inovinter detém actualmente 17 pólos em todo o país (prevendo-se a abertura próxima de um pólo entre Viseu e Lamego) e tem em curso 400 acções de formação a nível nacional.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Desenvolve muito trabalho de parcerias com o poder local, igrejas, etc. e actualmente dá formação em cerca de 40 aldeias, organizando as acções em termos da família e tendo em conta as especificidades e tradições da comunidade, numa actividade de muita proximidade com esta.

Referiu depois que o CNO está dentro do centro de formação. A primeira etapa do trabalho nesse âmbito tem sido motivar as pessoas e as empresas para o reconhecimento de competências e para a qualificação.

Fazem formação dentro e fora das empresas, em todas as áreas, de acordo com as necessidades das localidades, levando em conta as necessidades já existentes e as que se perspectivam para o futuro, atentos os investimentos em curso. Foi também referida a flexibilidade da formação, a nível de horários, conteúdos, etc. O adulto dirige-se ao Inovinter e este dá resposta por si ou procurando parcerias. Não tem listas de espera.

São financiados pelo Orçamento do Estado, através do IEFP e aproveitam refinanciamentos da comunidade europeia.

Informou também que 96 % da sua formação é de dupla certificação.

Têm um CNO em Lisboa e com base nele gerem as certificações e formação em todo o país, dispondo ainda de um técnico em alguns pólos.

Continuam com grande percentagem de reconhecimento, validação e certificação de competências no básico. O nº de inscritos do CNO excede 2000.

Principais dificuldades/constrangimentos

A directora informou que a Inovinter não está a conseguir fazer todas as certificações possíveis. Segue um processo de grande rigor e qualidade nas certificações e na formação, mesmo no caso de formação paga.

Referiu também que a Agência Nacional para a Qualificação (ANQ) não responde, com as suas orientações, à flexibilidade da Inovinter. Nesse sentido deu como exemplo uma situação em que é permitida a formação/certificação em certa zona, identificando-se os concelhos incluídos, enquanto a Inovinter estabelece parcerias com sindicatos ou outras entidades e nessa sequência tem de aceitar os associados destas numa zona, podendo esta incluir alguns concelhos diferentes.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Questões colocadas pelos deputados

Pergunta: Qual é a relação do Inovinter com as escolas?

Resposta: Muitas escolas não têm formação que responda à especificidade das necessidades dos adultos. A ANQ devia entender a especificidade da Inovinter e permitir-lhe maior flexibilidade. A Inovinter participa no conselho municipal de educação. Anteriormente havia um critério de CNO per capita e isso penaliza as zonas com menor população.

Pergunta: Qual é a articulação entre o CNO da Escola de Vendas Novas e o da Inovinter?

Resposta: O público interessado no Inovinter é diferente do da escola, dado que aquele é um centro de formação profissional.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ANEXO 3

INICIATIVA NOVAS OPORTUNIDADES

VISITA A CNO

RELATÓRIO

Estabelecimento de ensino: Escola Superior de Educação de Faro – CNO Lagoa

Localidade: Lagoa - Algarve

Data: 13.Nov.2008

Hora: 17.30H

Deputados do Grupo de Trabalho da Qualificação participantes

Paula Barros (Coordenadora/PS); Luísa Salgueiro (PS); André Almeida (PSD); José Paulo de Carvalho (CDS-PP) e João Oliveira (PCP).

Intervenientes/entidades participantes

Presidente do Cons. Directivo da Escola de Educação de Faro: Prof. Doutor Jorge Santos

Directora do CNO : Dra. Claudia Luisa

Coordenadora do CNO: Dra. Ana Cordas

Ex-Director: Dr. António Fragoso

Presidente da Câmara Municipal: Dr. José Inácio Marques Eduardo

Vice-Presidente da Câmara Municipal: Dr. Rui Correia

Situações mais relevantes apresentadas

O Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior realçou o apoio da Câmara Municipal, nomeadamente em termos de disponibilização de um espaço (e realização de obras no mesmo), algum equipamento e pagamento da água e luz.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Referiu depois que o respectivo CNO está inserido na meta B, tendo um nº total de inscritos em 3 anos de 2379, sendo a sua maioria nos anos de 2006/2007 do ensino básico e actualmente do ensino secundário. Indicou também que os funcionários da Câmara municipal de Lagoa e os da Escola Superior de Educação têm sido formandos do CNO.

Este ano vão formar também 600 profissionais de formação.

Principais dificuldades/constrangimentos

O Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior referiu que a entidade promotora deste CNO é a Universidade (aonde está integrada a Escola Superior de Educação), o que constitui uma realidade específica e tem um regime pouco regulamentado, dado que a maioria dos CNO (que representam um subsistema educativo) está inserida numa escola ou num centro de formação profissional.

Informou também que se verificam vários constrangimentos a nível financeiro - tendo entregue um memorando com a situação financeira do CNO, que está anexo ao relatório - a saber:

- Os financiamentos têm vindo a ser pagos com muito atraso, verificando-se que este ano ainda só receberam 15% das verbas que lhe são devidas;
- O POPH não permite a elegibilidade de despesas com pessoal (contrariamente ao que acontecia no regime anterior do PRODEP) e de harmonia com o novo regime de vínculos as entidades públicas só podem contratar pessoal excepcionalmente. A situação parece estar pensada para os CNO das escolas, com utilização, nomeadamente, dos professores com horário zero ou outros sem horários completos.

Entretanto o Ministro das Finanças autorizou a admissão de 1500 novos técnicos para as escolas, não abrangendo, no entanto, a Escola Superior de Educação.

Por outro lado salientou que os CNO das instituições privadas são financiados a 100%.

Nessa sequência referiu que das dificuldades a nível de pessoal tem resultado uma destabilização do corpo do CNO, o que pode descredibilizá-lo e à qualificação por ele conferida, salientando ainda que não têm tido respostas conclusivas da ANQ para estas questões.

Manifestou-se também no sentido de que a massificação dos CNO pode acarretar perigos de descredibilização do sistema, salientando que o processo de acreditação dos CNO acabou e actualmente se verifica pouco rigor nesta matéria.

Entendem também que a aplicação informática SIGO é insuficiente para fazer o controlo adequado dos 500 CNO, e por outro lado as questões que colocam à ANQ são encaminhadas



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

através dum nº de apoio, no âmbito do qual apenas obtêm resposta para questões mais básicas e standard, pelo que propõem que sejam criadas estruturas intermédias de apoio, acompanhamento e controlo, através das direcções regionais de educação ou outras.

Fizeram também referência ao facto de só haver formação inicial dos formadores/técnicos, entendendo que deve haver formação intermédia, complementar, de níveis superiores, mais diversificada, descentralizada, acreditada pela ANQ e feita pelas instituições de ensino superior.

Posteriormente referiram a existência de parcerias com variadas entidades públicas e privadas e falaram da evolução da Universidade em termos de formação de seniores e de acreditação de percursos profissionais.

Questões colocadas pelos deputados

Pergunta: Qual a opinião que têm sobre o Quadro Europeu de Qualificações?

Resposta: A harmonização dos perfis profissionais e das qualificações parece-lhes possível e positiva. O RVCC reconhece competências e nessa linha atribui qualificações. Realçaram ainda que a formação dos professores releva mais em termos de qualificação do que de competência, quando o maior realce devia estar nas competências.

Pergunta: CNO nas escolas e fora delas?

Resposta: Entendem que as escolas não são as entidades mais adequadas para desenvolverem CNO, sendo que o funcionamento e competências de ambos são muito diferentes. Referiram ainda que o sistema de ensino está a permitir a saída de alunos em situação de insucesso escolar para RVCC. Às vezes vão ao CNO e são encaminhados para EFA e quando vão à escola para fazerem essa formação por vezes são logo reencaminhados para RVCC, situação que defendem dever-se à discricionariedade de avaliações e ao facto de a fiscalização ser diminuta. Mencionaram igualmente o facto de muitas vezes não haver cursos EFA disponíveis para seguimento dos adultos em relação aos quais foi feito o diagnóstico e proposto o encaminhamento nesse sentido.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ANEXO 4

INICIATIVA NOVAS OPORTUNIDADES

VISITA A CNO

RELATÓRIO

Entidade: Centro de Formação Profissional de Faro

Localidade: Faro

Data: 13.Nov.2008

Hora: 20.00H

Deputados do Grupo de Trabalho da Qualificação participantes

Paula Barros (Coordenadora/PS); Luísa Salgueiro (PS); André Almeida (PSD); José Paulo de Carvalho (CDS-PP) e João Oliveira (PCP).

Intervenientes/entidades participantes

Director de Serviços de Emprego e Formação - **Eng.º Adérito Silva**

Director do CFPP- **Dr. Carlos Baía**

Chefe de Serviços da Unidade de Gestão e Desenvolvimento da Qualificação - **Dra. Zilda Cabrita**

Coordenador CNO - **Eng.º João Fernandes**

Situações mais relevantes apresentadas

O representante do IEFP fez o enquadramento do Instituto, referindo nomeadamente que tem 5 delegações regionais e a do Algarve tem 5 Centros de Formação.

O director do Centro de Formação fez uma apresentação em power point com elementos sobre o Centro – realçando-se a existência de uma residência para alojamento dos formandos que não têm facilidade de deslocação – e o respectivo CNO. Nesse âmbito referiu que realizam anualmente cerca de 750 000 horas de formação (sempre tendo em conta as necessidades do mercado local) e 99% da mesma é de dupla certificação, escolar e profissional.

A vertente de reconhecimento e validação de competências funciona desde 2001 e a partir de Janeiro de 2009 passará a funcionar também nas extensões de Quarteira e Portimão.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Em termos de RVCC Básico, Secundário e Profissional verifica-se o seguinte:

- No ano de 2007 tiveram 2721 inscritos e 423 certificados;
- No ano de 2008 (Outubro) registaram 1585 inscritos e 450 certificados.

Referiu depois os pontos fortes e fracos da actuação do Centro, as oportunidades (o alargamento do processo ao 12º ano e a novas saídas profissionais/RVCC Pro) e as ameaças.

Principais dificuldades/constrangimentos

O director do Centro referiu que a ANQ devia fornecer informação complementar e subsequente aos formadores e não apenas formação inicial, como vem acontecendo.

Mencionou também a insuficiência da equipa tipo fixada pela ANQ para responder a todos os inscritos.

Referiu ainda, em termos de ameaças, que os critérios de exigência não são uniformes em toda a Rede de CNO (o que é mais preocupante com o alargamento desta), que existe uma elevada carga burocrática associada e que a aplicação informática SIGO é lenta, não presta toda a informação necessária e não tem interfaces com a aplicação do IEFPP, o que dificulta a articulação e duplica trabalho.

Nesta sequência defendeu que a ANQ faça um trabalho de acompanhamento, controlo e avaliação dos CNO, estabelecendo mais momentos de contacto e maior uniformização.

Questões colocadas pelos Deputados

Pergunta: Sequência que os formandos têm tido no mercado de trabalho.

Resposta: O director do CFPF informou que não têm essa informação sistematizada, por falta de capacidade do seu pessoal, não obstante tenham 2 estudos no âmbito de estágios curriculares que apontam para bons resultados. Há várias pessoas que começaram num processo de certificação e depois, pela auto-estima obtida, passaram para formação em várias áreas ou para ensino superior e outros que obtiveram melhorias profissionais.

Pergunta: Têm dificuldades em termos de recursos humanos do CNO? Ligação entre o alargamento da rede e a manutenção das metas fixadas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Resposta: O IEFP tem em concurso um recrutamento para pessoal do quadro. A maioria do pessoal é do quadro, embora também tenham alguns contratados.

Entendem que o alargamento da rede não põe em causa as metas, porque na região ainda há um número muito elevado de pessoas com baixas qualificações e sem certificação.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ANEXO 5

INICIATIVA NOVAS OPORTUNIDADES

VISITA A CNO

RELATÓRIO

Estabelecimento de ensino: Centro de Formação Profissional do Seixal

Localidade: Seixal

Data: 14.Nov.2008

Hora: 09.30H

Deputados do Grupo de Trabalho da Qualificação participantes

Luísa Salgueiro (PS); José Paulo de Carvalho (CDS-PP) e João Oliveira (PCP).

Juntou-se aos Deputados do Grupo de Trabalho o Deputado do PSD Luís Rodrigues, eleito pelo Círculo Eleitoral de Setúbal.

Intervenientes/entidades participantes

Directora do Centro de Formação Profissional do Seixal: Dra. Maria José Esteves

Chefe de Serviço de Formação: Dr. Edmundo Santos

Coordenador do CNO: Eng. Luís Cordeiro

Situações mais relevantes apresentadas

A directora do Centro de Formação fez o enquadramento do mesmo, como centro de gestão directa do IEFP, referindo ainda que os CNO no Instituto são um núcleo dentro da estrutura dos Centros.

De seguida foi feita uma apresentação em power point sobre o “Programa Novas Oportunidades, uma experiência integrada”. Nesse âmbito foi referido que o Programa tem 2 valências de actuação, a do CNO (com RVCC básico, secundário e profissional) e a da Formação Profissional (com formação de dupla certificação dirigida a jovens – sistema de aprendizagem, CEF jovens e Cursos de Especialização Tecnológica - ou adultos – CEF adultos e formação modular.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Em termos de metas para 2008 registam um total de 4171 formandos em formação profissional, dos quais 3458 (83%) em dupla certificação e 5200 inscritos no CNO (que tem 3 CNO extensão), estando 2694 em processo RVCC e 2563 certificados.

O encaminhamento nas valências CNO e Formação Profissional e a articulação entre ambas, foram explicitados circunstanciadamente. A fase de diagnóstico no CNO permite conhecer as competências do candidato e encaminhá-lo para reconhecimento ou formação complementar. O processo é centrado no adulto, na sua auto-biografia, com evidências e demonstração, tendo em conta o referencial de áreas chave (4 no básico, com maior identificação com áreas académicas e 3 no secundário, incluindo uma língua estrangeira, verificando-se neste caso maior afastamento das áreas académicas).

Referiram também que já certificaram cerca de 4000 pessoas, que em 10 candidatos só 2/3 são reconhecidos sem mais formação e um processo de RVCC demora em média 2 meses se for em regime contínuo (todos os dias) e 4 a 5 meses em regime descontínuo (como acontece com os candidatos empregados).

Em termos de recursos humanos informou que as escolas e o IIEFP fizeram, cada um deles, um concurso para recrutamento de pessoal de RVCC, os quais estão na fase final, prevendo-se o início de funções em Janeiro de 2009.

Principais dificuldades/constrangimentos

Mencionaram que também utilizam como formadores professores que não foram colocados em escolas, mas estes abandonam o CFPS logo que obtêm colocação naquelas, o que causa alguma instabilidade.

Nesta sequência propunham que se fizesse um concurso para formadores a nível nacional (como existe para os professores das escolas), sendo celebrados contratos anuais com os seleccionados.

Questões colocadas pelos deputados

Pergunta: Posição em relação aos CNO nos Centros de Formação e noutras entidades, nomeadamente nas escolas.

Resposta dos responsáveis do CFPS: Tradicionalmente só as escolas podiam certificar competências e aquelas não conseguiam adaptar-se às especificidades das competências dos



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

adultos. Os CNO que não têm possibilidade de dar directamente formação têm mais dificuldade nos casos em que os candidatos necessitam de formação complementar.

Pergunta: Dado que o CNO do CFPS está no escalão máximo, mas tem mais inscritos do que esse escalão, verificam-se algumas dificuldades?

Resposta dos responsáveis do CFPS: Os escalões são fixados para efeitos financeiros, mas o IEFP financia os valores acima dos escalões. Contratam pessoal formador tendo em vista necessidades de formação, por actividade a desenvolver (o IEFP tem uma excepção para celebração de contratos de prestação de serviços). Está também a terminar um concurso para recrutamento de técnicos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ANEXO 6

INICIATIVA NOVAS OPORTUNIDADES

VISITA A CNO

RELATÓRIO

Estabelecimento de ensino: Grupo Jerónimo Martins

Localidade: Lisboa - Telheiras

Data: 14.Nov.2008

Hora: 11h30

Deputados do Grupo de Trabalho da Qualificação participantes

Luísa Salgueiro (PS); José Paulo de Carvalho (CDS-PP) e João Oliveira (PCP).

Intervenientes/entidades participantes

Pedro Soares dos Santos - Administrador do Grupo Jerónimo Martins

Marta Lopes Maia - Directora de Recursos Humanos

Patrícia Espírito Santo - Directora de Desenvolvimento e Formação

Situações mais relevantes apresentadas

Foi feito um enquadramento do Grupo Jerónimo Martins (Grupo com projecção internacional, que actua no ramo alimentar, nos sectores da distribuição e da indústria, com as companhias Feira Nova, Pingo Doce, Logística e Recheio) e depois uma apresentação em power point sobre a aplicação da Iniciativa Novas Oportunidades no mesmo.

Nesse âmbito verifica-se que o Grupo tem 48071 colaboradores (cerca de 80% mulheres), 5100 sem o 9º ano e 6400 sem o 12º ano.

Assim sendo assinaram em 2007 um protocolo com o IEFP e a ANQ e lançaram o projecto “Aprender e Evoluir”, no âmbito do Programa Novas Oportunidades, de forma a desenvolverem pessoal e profissionalmente os colaboradores e permitirem-lhes obter a equivalência ao 9º ou 12º ano de escolaridade, em horário laboral, sem prejudicar o desempenho das suas funções.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Para o efeito envolveram a direcção da empresa, dirigiram uma comunicação pessoal desta a cada um dos colaboradores, convidando-os a participarem na iniciativa, elaboraram um folheto explicativo com perguntas e respostas, garantiram a condução do processo em horário laboral (com a reorganização necessária) e atribuíram a todos os colaboradores certificados um aumento salarial.

O Grupo estabeleceu contactos com variados CNO de todo o país (cerca de 18), para trazerem os respectivos técnicos aos seus espaços para condução dos processos dos candidatos e noutros casos articulou a ida destes aos CNO. Nos casos em que houve necessidade de formação complementar a mesma foi dada na Escola de Formação do Grupo, que tem 12 anos de existência, 90 formadores internos, todos com qualificação CAP (conferida pelo IEFP), sendo 40 formadores a tempo inteiro.

Desde o início do processo, em 2007, já receberam 3347 candidaturas, certificaram 245 colaboradores com o 9º ano de escolaridade e mais 253 iniciaram o processo “aprender e evoluir”. Até 2011 pretendem atribuir a certificação a todos os candidatos inscritos com equivalência do 9º ou 12º ano.

Entretanto fizeram um filme com depoimentos de alguns dos primeiros colaboradores certificados, os quais foram filmados junto de escolas públicas (numa ligação do processo a uma vertente escolar), dos quais ressalta o aumento de auto-estima, de motivação, de satisfação pessoal e de reconhecimento em relação à oportunidade que lhes foi proporcionada pela empresa.

Por outro lado fizeram uma sessão de entrega de diplomas no auditório da Universidade Católica, com pastas próprias, em que se incluem faixas com mensagens de dois administradores e da Directora dos Recursos Humanos, tendo-se registado na sessão intervenções dum administrador da empresa e dos Ministros da Educação e do Trabalho e da Solidariedade Social.

Principais dificuldades/constrangimentos

Não foram referidas dificuldades, ressaltando o grande envolvimento e empenho na prossecução do projecto, que consideram fundamental no seio do Grupo, atentos os níveis de escolaridade dos seus colaboradores e o facto de a sua actividade principal ser a distribuição, com grande contacto com o público.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

A forma de desenvolvimento do processo (em horário laboral, sendo a formação complementar ministrada pela Escola de Formação do Grupo), implica uma reorganização e faseamento em relação à sequência dos processos dos candidatos inscritos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ANEXO 7

INICIATIVA NOVAS OPORTUNIDADES

VISITA A CNO

RELATÓRIO

Empresa: Grupo Unicer

Localidade: Parque Vidago

Data: 17.Nov.2008

Hora: 12.15H

Deputados do Grupo de Trabalho da Qualificação participantes

Paula Barros (PS); André Almeida (PSD), José Paulo de Carvalho (CDS-PP), João Oliveira (PCP) e Luísa Mesquita (Não inscrita)

Intervenientes/entidades participantes

Manuel Marques – Unicer Turismo – Director de Turismo

Carla Vaz – Directora de Marketing e Turismo

Cláudia Cerqueira – Direcção de Pessoas e Comunicação – Capital Humano – Responsável pela coordenação de RVC na UNICER

Situações mais relevantes apresentadas

Os representantes da Unicer fizeram um enquadramento das actividades do Grupo (produtores e distribuidores de bebidas, desenvolvendo também actividades na área do turismo) e bem assim uma resenha das actividades turísticas de Vidago, com referência à unidade hoteleira em remodelação, ao Thermal SPA e ao campo de golfe.

Depois seguiu-se uma apresentação em power point com o enquadramento do Grupo em termos de recursos humanos e suas habilitações e a aplicação da Iniciativa Novas Oportunidades (assinaram um protocolo com o IEFP e a ANQ). Cerca de 29% dos colaboradores têm menos do que o 9º ano, (constituindo a área prioritária para a empresa neste processo), 8% têm o 10º ou o 11º ano e os restantes têm o 12º ano ou mais. Referiram que iniciaram o processo no final de 2006, tendo começado com formação em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por terem verificado que as pessoas tinham dificuldades nessa área.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Em Vidago foram incluídas no processo, desenvolvido em parceria com o Centro de Formação de Chaves, 11 colaboradores do turismo, que vão ser certificadas a nível do ensino secundário no final de Novembro de 2008, os quais fizeram previamente formação em áreas comportamentais e culturais, durante 9 meses, para os prepararem também para as funções nas novas instalações hoteleiras.

Têm 45 pessoas da área da indústria (nomeadamente da unidade de Santarém e Leça) e 11 do sector dos serviços, envolvidos no processo, sendo 45 do ensino básico (só estão contabilizados os colaboradores que entram em programas promovidos pela Empresa sabendo, no entanto, que existem muitos outros que por iniciativa própria estão a frequentar este Programa). A formação é dada maioritariamente em horário laboral, havendo nalguns casos acordos entre a empresa e os trabalhadores para disponibilização mútua de tempo.

Foi também exibido um filme com depoimentos de alguns dos primeiros colaboradores certificados, dos quais ressalta o aumento de auto-estima, de motivação, de satisfação pessoal pela valorização baseada no conhecimento e nalguns casos a vontade de prosseguirem do 9º para o 12º ano.

Em termos de benefícios do processo percebidos pela empresa a responsável da Unicer referiu os seguintes:

- ✓ Aumento do nível de escolaridade;
- ✓ Aumento da auto-confiança e auto-estima dos colaboradores, até em termos de TIC;
- ✓ Maior interacção/entrevista entre os colaboradores dado que foram constituídas turmas só com colaboradores da empresa;
- ✓ Recuperação/ganho de raciocínio estruturado e métodos de trabalho.

A responsável da Unicer referiu ainda que o processo foi desenvolvido em articulação com CNO, particularmente de Centros de Formação Profissional e na maioria dos casos a formação e os trabalhos necessários foram desenvolvidos nas instalações da empresa e em grande parte em horário laboral, o que responsabiliza muito os colaboradores e a empresa.

O director do turismo referiu que o modelo turismo aproveita muito da auto-confiança e auto-estima do seu pessoal, pelo que o processo se reveste de grande importância.

Principais dificuldades/constrangimentos



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Foram referidas como dificuldades sentidas pela empresa, as seguintes:

- ✓ Homogeneização dos horários de forma a constituírem turmas internas de acordo com a disponibilidade da equipa técnica;
- ✓ O feedback por parte dos Técnicos nem sempre é constante. Muitas vezes os adultos têm acesso a informação que deveria passar pela empresa anteriormente. Os resultados desta situação têm sido a má gestão e integração de informação pelos próprios.

Dificuldades assinaladas pelos formandos:

- ✓ Em TIC;
- ✓ Muitas matérias;
- ✓ Prazos dos trabalhos (embora se verifique um maior acompanhamento do que na escola);
- ✓ Muito trabalho de grupo (registando-se, no entanto, entre-ajuda entre os formandos).

Questões colocadas pelos deputados

Pergunta: Quantos dos colaboradores já certificados com o 9º ano avançaram para a certificação do 12º ano?

Resposta: O 1º grupo que fez o 9º ano trabalha na indústria e não conseguiu avançar para o 12º ano, por dificuldade de disponibilidade pessoal.

Pergunta: Como é que procedem com os formandos que não estão em condições de fazerem de imediato o reconhecimento/certificação, necessitando de formação complementar?

Resposta: Em todos os grupos houve formação complementar. São os Centros de Formação Profissional que fazem a avaliação e reconhecimento e organizam a formação, a qual é dada pelo Centro ao grupo organizado pela Unicer, nas instalações desta. A empresa nalguns casos dá formação técnica, a nível operacional. A formação dentro da empresa facilita porque diminui a exposição do formando ao exterior, com formandos desconhecidos.

Pergunta: Reflexos do reconhecimento a nível de revalorização e recolocação na empresa.

Resposta: Nalguns casos houve recolocação em diferentes grupos de trabalho. No futuro ver-se-á se haverá aumento de produtividade destes colaboradores, que conduza à revalorização.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ANEXO 8

INICIATIVA NOVAS OPORTUNIDADES

VISITA A CNO

RELATÓRIO

Empresa: Escola Secundária Fernão de Magalhães - CNO

Localidade: Chaves

Data: 17.Nov.2008

Hora: 15.30H

Deputados do Grupo de Trabalho da Qualificação participantes

Paula Barros (Coordenadora - PS), André Almeida (PSD), José Paulo de Carvalho (CDS-PP), João Oliveira (PCP) e Luísa Mesquita (Não inscrita)

Intervenientes/entidades participantes

Presidente do Conselho Executivo – Dr. Fernando Félix Almeida Castro

Coordenador do CNO – Dr. Daniel Afonso

Coordenador Pedagógico – Dr. António Santos

Coordenadores de RVCC

Situações mais relevantes apresentadas

O Presidente do Conselho Executivo fez o enquadramento da Escola e referiu as dificuldades iniciais do CNO resultantes do facto de o processo ter arrancado no meio de um ano lectivo.

De seguida foi feita uma apresentação em power point sobre o CNO, referindo as vertentes de RVCC e de formação, de nível básico e secundário e o lema “Viva e aprenda com a escola da vida”. O CNO orienta para RVCC ou para cursos EFA.

O CNO iniciou funções em Outubro de 2006, tendo começado com oficinas de formação e sendo a dinamização do processo feita maioritariamente com professores do ensino recorrente. Foi também feita referência à actual via de conclusão do ensino secundário, permitida pelo



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Decreto-lei nº 357/2007, de 29 de Outubro, aplicável aos candidatos que tenham até 6 disciplinas em atraso.

O CNO desenvolve metodologias promotoras da autonomia do adulto e tem prática de itinerância. Em termos de oferta formativa desenvolve RVCC básico, cursos profissionais (técnico de análise laboratorial), cursos EFA de nível básico, processo de RVCC secundário, cursos EFA de nível secundário e cursos profissionais (técnico de turismo rural e ambiental). Foi também referido que têm protocolos e parcerias com várias entidades públicas e privadas, incluindo juntas de freguesia, Associação Portuguesa de Deficientes, Centro Paroquial, Sindicato do pessoal da educação, Regimento de Infantaria 19, Câmaras de Chaves e Boticas, etc.

O CNO está enquadrado na meta B e desde 2006 registou 564 adultos em processo de nível básico e 807 no secundário. Em 2007 certificaram 121 adultos do básico e em 2008 certificaram 91 do básico e 7 do secundário. Verifica-se ainda que 45% dos adultos foram certificados no Centro e 55% em itinerância.

Em termos de recursos humanos do CNO, os profissionais de RVCC exercem funções a tempo inteiro e os formadores a tempo parcial.

Principais dificuldades/constrangimentos

Entendem que as metas não podem ser definidas de forma abstracta e serem inflexíveis, devendo antes levar-se em conta a escolarização dos públicos, a dificuldade de realização do portfólio, o território de intervenção (as suas dificuldades geográficas, de transportes), a estabilidade da equipa técnico pedagógica, etc. Nessa sequência propõem que em vez de metas quantitativas se assegurasse a avaliação abrangente e regular dos CNO, com enquadramento e acompanhamento pedagógico. Referem ainda que é fundamental assegurar a credibilidade desta modalidade de educação e formação de adultos.

Defendem também que a certificação não deve ser considerada como único objectivo, salientando a evolução para cursos EFA, dupla certificação e outros e bem assim a inserção dos adultos numa perspectiva de educação e formação ao longo da vida.

Alguns formadores falaram das deficientes condições de trabalho nas situações de itinerância, referindo que nalguns casos as salas disponibilizadas, nomeadamente por juntas de freguesias e centros paroquiais, não têm condições de aquecimento, o que dificulta o trabalho no Inverno. Referiram ainda o facto de nestes casos haver muitas aulas à noite e nalguns casos as estradas



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

serem más, tendo havido vários acidentes de formadores. Assim sendo solicitam que lhes seja atribuído um seguro de viagem para essas deslocações.

Foi também mencionado que se torna necessário que sejam dadas explicações sobre o referencial de competências, entendendo que falta formação adequada dada pela ANQ e orientações claras, particularmente no caso do secundário, que é muito exigente nas competências a adquirir. Um formador referiu que só há formação para o efeito em Braga e se faltar para a frequentar é penalizado como docente. Indicaram ainda que a formação dada pela ANQ é muito escolarizada, faltando orientações.

Questões colocadas pelos deputados

Pergunta: A ANQ diz que há equipas de fiscalização pelo país e que a aplicação informática SIGO também permite fiscalizar os CNO.

Resposta: O CNO não conhece a fiscalização da ANQ e entende que é necessário monitorizar os Centros, manifestando a opinião de que o SIGO só permite uma fiscalização administrativa.

Propõem ainda que no processo seja permitido juntar elementos áudio, particularmente para a evidência de língua estrangeira (que é cumulativa com a língua materna).

Foi também feita referência às dificuldades de avaliação dos docentes que são formadores nos CNO, dada a especificidade destas funções.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ANEXO 9

INICIATIVA NOVAS OPORTUNIDADES

VISITA A CNO

RELATÓRIO

Estabelecimento de ensino: Centro de Formação Profissional de Chaves

Localidade: Chaves

Data: 17.Nov.2008

Hora: 17.00h

Deputados do Grupo de Trabalho da Qualificação participantes

Paula Barros (Coordenadora - PS), André Almeida (PSD), José Paulo de Carvalho (CDS-PP), João Oliveira (PCP) e Luísa Mesquita (Não Inscrita)

Intervenientes/entidades participantes

Coordenador da Delegação Regional do Norte do IEFP

Director do Centro de Formação Profissional de Chaves: Dr. Nuno Artur Rodrigues

Coordenadora do CNO

Situações mais relevantes apresentadas

Inicialmente foi feita uma visita às instalações do Centro de Formação (que abrange a população do agrupamento de municípios do Alto Tâmega), passando pelas salas de formação de materiais (madeira e mobiliário), cuidados de beleza e pelo CNO. Nesse âmbito foi referido que há dificuldades em convencer os jovens formandos a inscreverem-se em cursos tradicionais (electricistas, costureiras, canalizador), já que estes preferem os da área dos serviços, por serem mais reconhecidos socialmente, embora em grande parte dos casos não sejam tão bem remunerados.

A oferta formativa do Centro muda todos os anos e visa dar resposta às necessidades de formação da área que abrange. Junto do Centro funciona um Conselho Consultivo, de composição tripartida, com representantes dos serviços públicos (descentralizados e autarquias locais), associações patronais e sindicais. O Centro não tem formadores internos, sendo todos contratados.

Referiram depois que a Iniciativa Novas Oportunidades assenta em 2 pilares fundamentais:

- ✓ Fazer do ensino profissionalizante de nível secundário uma verdadeira e real opção. Pretende-se envolver mais de 650.000 jovens em cursos técnicos e profissionalizantes, devendo as vagas destes representar em 2010 metade das vagas ao nível do ensino secundário;
- ✓ Elevar a formação de base dos activos, atribuindo-lhe prioridade e definindo o objectivo de qualificar 1.000.000 de activos até 2010.

A expansão da oferta de modalidades de qualificação, através de processos de RVCC ou de formação de dupla certificação, pela via dos cursos EFA ou da formação modular certificada, constitui elemento fundamental, para o qual contribui o crescimento da rede nacional de CNO. Das metas definidas até 2010 o IEFP assumiu no quadro da respectiva rede o compromisso de dar respostas de qualificação a 400.000 adultos e 76.250 jovens.

O Centro tem RVCC desde 2001, certificando para as profissões de administrativo e electricista de instalações. Só pode haver certificação profissional com determinada qualificação escolar, por ex. auxiliar de acção educativa tem de ter o 12º ano. Quem não o completou tem agora a hipótese de o fazer com as disciplinas mais adequadas à sua actividade e interesse profissional.

O CNO insere-se no nível D e trabalha muito em regime de itinerância.

Em 2008 (até Outubro) teve no nível básico 500 inscritos, dos quais 450 com diagnóstico e encaminhamento, 315 em processo RVCC e 300 certificados (total ou parcialmente). No nível secundário registou 1500 inscritos, dos quais 1350 com diagnóstico e encaminhamento, 608 em processo RVCC e 578 certificados (parcial ou totalmente). No nível profissional tiveram 200 inscritos, estando 180 em diagnóstico e encaminhamento, 160 em processo RVCC e 150 certificados (total ou parcialmente).

Principais dificuldades/constrangimentos

Entendem que o sistema é controlado pela aplicação SIGO, através do tempo de duração do processo e sua evolução (a mudança de pessoas do CNO aonde se inscreveram para outro tem de ser autorizada pela ANQ). Referiram ainda a importância da existência de equipas de fiscalização com pessoal da ANQ, IEFP e Direcções Regionais de Educação.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Por outro lado manifestam a opinião de que haveria hipótese de melhoria com a certificação à partida das competências existentes/já adquiridas.

Questões colocadas pelos Deputados

Pergunta: Quem dá a formação complementar necessária para a certificação profissional?

Resposta do Centro: Toda a formação complementar necessária é dada pelo Centro e a formação modelar em regra não tem tempos de espera.

Pergunta: Têm problemas/dificuldades com os referenciais de competências, particularmente os do ensino secundário?

Resposta do Centro: Não têm dificuldades. Entendem que os formadores dos CNO das escolas têm tendência para uma maior escolarização dos processos.

Pergunta: Qual a opinião que têm em relação às metas e seu cumprimento?

Resposta do Centro: Entendem as metas como indicativas e não apostam no seu cumprimento pondo em causa o rigor e a qualidade do processo. O mercado regula a qualidade da formação. O Grupo Auchan, por exemplo, exige para todo o pessoal o 12º ano, por causa dos processos de certificação de qualidade e paga acima do salário mínimo nacional (paga cerca de 550 €/mês).

Pergunta: O pessoal exerce funções a tempo inteiro ou a tempo parcial?

Resposta do Centro: Têm o pessoal a tempo inteiro.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ANEXO 10

INICIATIVA NOVAS OPORTUNIDADES

VISITA A CNO

RELATÓRIO

Empresa: MOVAÇO – Movimentação Industrial, Lda.

Localidade: Castelo Branco

Data: 18.Nov.2008

Hora: 15.00h

Deputados do Grupo de Trabalho da Qualificação participantes

Paula Barros (Coordenadora - PS), Luísa Salgueiro (PS), André Almeida (PSD), José Paulo de Carvalho (CDS-PP), João Oliveira (PCP) e Deputada Luísa Mesquita (Não inscrita).

Juntou-se aos Deputados do Grupo de Trabalho a Deputada Hortense Martins (PS), eleita pelo Círculo Eleitoral de Castelo Branco.

Intervenientes/entidades participantes

Jorge Martins – Sócio Gerente

Situações mais relevantes apresentadas

O responsável da empresa informou que a mesma está integrada num grupo que trabalha com vidro, borracha, inertes, gesso e metal. A Movaço fabrica paletizadores e despaletizadores, transportadores de rolos e de correntes, de pórticos e pontes rolantes, estruturas e edifícios industriais e trabalha muito para o estrangeiro. A empresa tem 81 funcionários e neste momento possui equipas na Bélgica, Barcelona e Figueira da Foz a montarem fábricas para clientes.

Referiu depois que na zona há muita gente, mas não especializada. Nessa sequência aderiram ao RVCC PRO (foi das primeiras empresas de Castelo Branco a fazê-lo), tendo 23 dos seus trabalhadores frequentado formação e 19 sido certificados naquele âmbito. O processo foi



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

desenvolvido em colaboração estreita com o Centro de Formação Profissional de Castelo Branco.

Assinala como resultados os seguintes:

- ✓ Maior motivação pessoal e auto-estima dos trabalhadores;
- ✓ Melhor resposta da empresa no estrangeiro em termos de qualificação do seu pessoal, dado que se trata de áreas de actividade que exigem carteira profissional (electricistas, montadores, etc), a qual tem ainda de ser revalidada periodicamente, exigindo-se para o efeito a frequência de determinados períodos de formação.

Em 2007 eram atribuídos 25H/pessoa de formação participada e 19H/pessoa de formação não participada.

A formação em higiene e segurança no trabalho é dada quase continuamente. Fazem também formação para operarem com os vários equipamentos, a qual é dada periodicamente pelas empresas fornecedoras dos mesmos.

A formação obrigatória é dada em horário laboral e a extra é ministrada 50% em horário laboral e os outros 50% em horário extra laboral.

A média de idades do seu pessoal é de 35 anos e o nível de escolaridade mais baixo era inicialmente o 6º ano, verificando-se que neste momento 9 trabalhadores já fizeram o 9º ano e alguns já passaram para o 12º ano.

Referiu ainda que actualmente se verifica uma melhoria nos programas formativos e na forma de formação, da formação dada pelo Centro de Formação, sendo esta mais direccionada para as necessidades das empresas e articulada com estas (o Centro de Formação, aquando da programação da formação, pergunta às empresas quais são as suas necessidades). Anteriormente aquela formação não era exigente, nem nos horários nem nos programas e os formandos recebiam bolsas de formação, mas terminada esta não estavam habituados a cumprir horários e ao rigor e responsabilidade dum posto de trabalho numa empresa.

Em termos de resposta de empresa salientou que actualmente vendem soluções, adaptando aquilo que têm às necessidades dos clientes.

Entretanto estão a ultimar o processo de certificação da empresa, o que lhes permitirá uma melhor capacidade de resposta da empresa em termos concorrenciais.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Principais dificuldades/constrangimentos

Salientou que é difícil fixar pessoal qualificado, situação que se verifica com os 2 engenheiros mecânicos que possuem.

Por outro lado tradicionalmente verificava-se uma grande distanciação entre os engenheiros e os restantes trabalhadores, mas actualmente está a verificar-se uma maior proximidade, com benefícios para o processo de produção e para os trabalhadores.

Referiu ainda o facto de o Centro de Formação por vezes demorar a realização da formação, por estar a constituir turmas com o número de formandos a que estão obrigados, particularmente nos casos de horário pós-laboral.

Questões colocadas pelos Deputados

Pergunta: Dado que trabalham muito no estrangeiro, qual é a apreciação que fazem dos trabalhadores portugueses em comparação com os estrangeiros?

Resposta do responsável da empresa: A mão-de-obra portuguesa a trabalhar no estrangeiro junto com a local tem boa qualidade e humildade (verificando-se, no entanto que os espanhóis são ainda mais humildes), salientando a maior proximidade actual dos engenheiros em relação aos restantes trabalhadores.

Pergunta: O pessoal que fez RVCC teve alguma valorização salarial?

Resposta do responsável da empresa: Por regra tem havido aumentos salariais anuais da ordem dos 4% (em 2008 foram 3,8%). Em 2005, os trabalhadores que fizeram RVCC, tiveram o aumento normal dos trabalhadores da empresa e a este acresceu outro aumento de mais 50% (por exemplo 4% mais 2%)¹.

No final da reunião foi feita uma visita às instalações da empresa e dadas explicações in loco sobre a actividade desenvolvida.

¹ Refira-se que a certificação profissional pode implicar uma revalorização a nível de carreira e por outro lado significa uma vantagem competitiva da empresa a nível concorrencial.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ANEXO 11

INICIATIVA NOVAS OPORTUNIDADES

VISITA A CNO

RELATÓRIO

Centro de Formação Profissional de Castelo Branco

Localidade: Castelo Branco

Data: 18.Nov.2008

Hora: 17.00h

Deputados do Grupo de Trabalho da Qualificação participantes

Paula Barros (Coordenadora - PS), Luísa Salgueiro (PS), André Almeida (PSD), José Paulo de Carvalho (CDS-PP), João Oliveira (PCP) e Deputada Luísa Mesquita (Não inscrita)

Juntou-se aos Deputados do Grupo de Trabalho a Deputada Hortense Martins (PS), eleita pelo Círculo Eleitoral de Castelo Branco

Intervenientes/entidades participantes

Subdelegado Regional do IEFP – Dr. João Cravinho

Directora do Centro de Formação Profissional de Castelo Branco: Dr.ª Lúgia Silveiro

Chefe de Serviços e Coordenador do CNO – Dr. Jorge Pio

Situações mais relevantes apresentadas

Foi feito um enquadramento do Centro de Formação Profissional de Castelo Branco e referido que o mesmo iniciou funções em 1991. Salientaram que o distrito tem uma grande extensão e desertificação, baixa escolarização e uma rede viária deficitária. Mencionaram também que Castelo Branco é considerada a capital do frio, por ter várias empresas que trabalham nessa área. Pretendem contribuir para resolver as necessidades de formação da população, em articulação com os centros de emprego.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

De seguida foi feita uma apresentação em power point sobre o respectivo CNO, referindo-se que aproximadamente 50 a 60% das acções de formação são feitas fora da cidade de Castelo Branco, em regime de itinerância.

É um CNO de nível D e em termos de respostas tem processos de RVCC e ofertas formativas (escolares e/ou profissionais, para jovens e adultos e para a dupla certificação, escolar e profissional), de nível básico e secundário (este só em 2008). Dispõem de RVCC PRO desde 2005 a nível de serralharia civil, electricidade de instalações e bem assim no ramo automóvel. Em 2009 prevêem abrir formação na área electromecânica. A nível de certificação profissional têm um protocolo com o Instituto Tecnológico para ministrarem um curso de robótica. Disponibilizam também o curso de língua portuguesa para emigrantes.

Referiram que a maior parte das pessoas que vêm para o secundário não tem formação anterior, para além do básico.

Em termos de actividade do CNO indicam 1732 inscritos no básico e 1311 no secundário, e 626 certificações no básico. No profissional registam 784 inscritos e 190 certificações.

Principais dificuldades/constrangimentos

Em relação aos referenciais de competências indicaram que os do nível básico são muito idênticos às actividades das pessoas, enquanto os do secundário são diferentes e embora estejam descodificados, as metodologias ainda não estão estabilizadas.

Entretanto já se verificam algumas dificuldades de formação, porque há mais gente certificada, as escolas dão mais respostas e por outro lado trata-se de uma zona de desertificação.

Questões colocadas pelos Deputados

Pergunta: As equipas de pessoal do CNO exercem funções a tempo completo ou parcial?

Resposta dos responsáveis do Centro: Os técnicos de RVCC e os profissionais exercem funções a tempo inteiro e vão ter mais 2 em 2009, na sequência do concurso organizado pelo IEFP que está a decorrer. Os técnicos de encaminhamento foram redireccionados de outras áreas internas do Centro de Formação.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Pergunta: Qual é o percurso futuro dos certificados? Há dados estatísticos da sequência dos indivíduos certificados, nomeadamente em termos de valorização salarial ou outra?

Resposta dos responsáveis do Centro: Em relação à resposta escolar não têm dados estatísticos. Quanto à resposta profissional sabem que nalguns casos se verificaram aumentos salariais.

Pergunta: A ANQ tem capacidade de resposta em relação às questões colocadas pelos CNO?

Resposta dos responsáveis do Centro: A ANQ fez formação e reuniões de acompanhamento para a toda a rede. No entanto, a rede duplicou em 2008. A articulação é feita entre a ANQ e os Centros de Formação. Devia haver mais acompanhamento regional. O SIGO está actualmente em remodelação.

Pergunta: Verificam-se situações de formandos que se inscrevem neste CNO e depois mudam para outros?

Resposta dos responsáveis do Centro: A mudança de inscritos deste CNO para outros faz-se essencialmente por razões de proximidade ou eventualmente por maior rapidez de resposta no segundo. As soluções de encaminhamento são sempre negociadas com o inscrito.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ANEXO 12

AUDIÇÃO PARLAMENTAR SOBRE QUALIFICAÇÃO

3 DE FEVEREIRO DE 2009

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

O Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, Deputado **Luiz Fagundes Duarte**: – Muito bom dia. Vamos então começar os nossos trabalhos com algum atraso, devido ao mau tempo, porque estávamos à espera que chegassem mais pessoas que estão inscritas.

O meu nome é Luiz Fagundes Duarte, sou Deputado eleito pelos Açores, Professor Universitário, neste momento estou aqui como membro da Comissão de Educação, encontro-me a substituir o Presidente da Comissão que por razões pessoais não pode estar presente nesta sessão.

Queria cumprimentar os Srs. Ministros aqui presentes, a Sr.^a Ministra da Educação, o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, o Sr. Secretário de Estado, o Sr. Presidente do Conselho Nacional da Educação, Srs. Deputados, e Srs. Convidados.

Esta Audição Parlamentar sobre a Qualificação insere-se num conjunto de actividades parlamentares, que têm a ver com os trabalhos normais da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência que, obviamente, está particularmente atenta e preocupada com matérias que têm a ver com a qualificação; neste âmbito foi criado um grupo de trabalho para a qualificação, coordenado pela Deputada Paula Barros, aqui presente. Este grupo de trabalho tem por mandato, que vou citar textualmente: «desenvolver acções e produzir relatórios de avaliação da qualidade da oferta formativa e do impacto em matéria de combate ao abandono e insucesso escolares; acompanhar os programas de Formação Profissional de Jovens e Adultos e as iniciativas que dizem estimular a aprendizagem ao longo da vida; apresentar um relatório à Comissão com um conjunto de conclusões e recomendações sobre o tema.» No âmbito deste mandato o grupo de trabalho já desenvolveu várias actividades, concretamente uma audição na Comissão de Educação do Presidente e dos Vice-presidentes da Agência Nacional da Qualificação, visitas a vários Centros de Novas Oportunidades nas zonas norte, centro e sul do continente em Novembro passado, a audição na Comissão de Educação do Presidente da Comissão de Acompanhamento do Programa Novas Oportunidades, Eng.º Roberto Carneiro, audição Parlamentar sobre a Qualificação (esta que está a decorrer), e no final de Fevereiro terá que apresentar à Comissão o relatório de todas estas actividades.

O objectivo desta audição como a própria designação indica, é ouvir os intervenientes interessados na matéria da qualificação, no sentido de se gerar um debate produtivo.

Decidimos convidar várias personalidades, temos aqui os dois membros do Governo directamente ligados a este sector que vão dizer algumas palavras, depois segue-se um debate, tal como consta do programa (que suponho seja do conhecimento de todos) em que as várias identidades convidadas e presentes farão as intervenções que entenderem e que forem possíveis em termos de tempo.

Encontram uma ficha de inscrição para uso da palavra dentro das pastas. Enquanto ouvimos os membros do Governo, propunha, a quem estiver interessado, que se inscreva para podermos distribuir o tempo disponível a fim de aproveitarmos ao máximo o debate, e também para cada interveniente saber à partida do tempo que dispõe no sentido de melhor arrumar as suas ideias e tornar a sua intervenção mais útil.

De pessoas e instituições que responderam ao nosso convite recolhemos 137 intenções de presença, não sei se estão todos presentes, mas de qualquer maneira consideramos que se trata de um excelente grau de adesão ao nível de audições parlamentares, o que é para nós altamente recompensador.
V

Vamos dar início à sessão, passo a palavra à Sr.^a Ministra da Educação, que dispõe de alguns minutos para nos falar sobre o que é que o Ministério da Educação está a fazer, e quais são as suas intenções no âmbito da qualificação; posteriormente passarei a palavra ao Sr. Ministro do Trabalho.

Tem a palavra a Sr.^a Ministra da Educação.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

A Sr.^a Ministra da Educação, **Maria de Lurdes Rodrigues**: - Muito bom dia a todos. Começo por agradecer a oportunidade de participação nesta audição, e o lugar que nos é reservado para podermos dar o contributo com aquilo que tem sido a orientação da política educativa, na área da educação em sentido restrito, na área da educação-formação de uma forma um pouco mais alargada.

Penso que para se entender a política educativa em qualquer momento, no caso da sociedade portuguesa, sobretudo nos últimos 30 anos, importa ter sempre presente o que é uma tendência, aquilo que é uma evolução, na qual se inscrevem e se têm inscrito as medidas de política educativa. E quando olhamos para trás, aquilo que se pode identificar como uma tendência comum, estruturante digamos assim, das políticas educativas é a permanente actualização da ambição do País, da sociedade portuguesa em matéria de educação, formação e qualificação dos portugueses. Desde o *25 de Abril* até hoje identificamos uma primeira fase em que a ambição era de seis anos de escolaridade para todos; esta ambição é posteriormente actualizada para nove anos de escolaridade para todos os portugueses; e hoje, nas agendas de todos os partidos políticos a ambição é a de uma escolaridade de 12 anos para todos os portugueses. Por conseguinte diria que a marca, a grande tendência destes últimos 30 anos em matéria de educação, formação e qualificação dos portugueses é um permanente esforço de actualização da ambição, com as consequentes medidas de política educativa e de formação, com a atribuição dos consequentes recursos para concretização deste desígnio, deste grande objectivo.

Aquilo de que nos apercebemos em 30 anos de política educativa e de formação, é que houve um esforço enorme de atribuição de recursos – recursos humanos, recursos financeiros, recursos organizativos e programáticos – para que este desígnio se pudesse cumprir. Os resultados são notáveis, se pensarmos que em 1977 apenas cerca de 25% dos jovens frequentavam o ensino secundário, e hoje temos mais de 75% de jovens que, em cada geração e na idade própria, frequentam o ensino secundário, percebemos que o progresso foi imenso. Quando olhamos para dados antigos e verificamos que em 1977 grande parte das crianças com 14 anos não estava na escola, mas que em 1996 o sistema educativo e de formação dava ao País a garantia de que 100% das crianças com 14 anos estava na escola, verificamos que o esforço feito pelo País em matéria de educação e formação foi tendo resultados. Temos aqui o problema da distância que apresentamos relativamente aos outros países, porque o nosso ponto de partida é um ponto de partida muito negativo, e a nossa ambição não cessou nunca, fomos sempre fazendo um esforço não só de cumprir os objectivos, como ir colocando ao País novos objectivos para nos aproximarmos dos restantes países da Europa.

Gostava de fazer de referir que a política educativa deste Governo se insere neste esforço, um esforço de permanente actualização da ambição, mas também a consequente atribuição de recursos, dimensionamento, organização de todo o sistema educativo e de formação para o cumprimento dos objectivos.

Em 2005 situação oferece e apresenta algumas dificuldades em relação aos objectivos que tinham sido colocados. Verifica-se que, desde o início dos anos 80, o número de alunos começou a decrescer de uma forma constante: em 20 anos perdemos no, primeiro ciclo do ensino básico, meio milhão de alunos, pelo que a partir do início da década de 80 o sistema educativo começa a sofrer os efeitos da quebra demográfica com a diminuição do número de alunos, mas o número de professores foi aumentando, apresentando melhores condições de qualificação e de profissionalização.

Para dar um exemplo, na altura do *25 de Abril* existiam 25 000 professores, dos quais apenas 6000 eram profissionalizados, e hoje, com um quadro de cerca de 140 000 professores, podemos dizer que a grande maioria, a larguíssima maioria são professores profissionalizados, que fizeram complementos de formação e têm, em regra, mais do que a licenciatura.

Há aqui um esforço de qualificação dos professores, cujo número foi aumentando apesar da quebra do número de alunos, como foram sendo criadas oportunidades de qualificação de corpo docente, os recursos financeiros foram aumentando sempre, até porque são tributários das remunerações certas e



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

permanentes destes professores, e se aumenta o número de professores aumentam os recursos financeiros disponíveis para a educação e para a área da formação.

Todavia quando se olha para os resultados, sobretudo na última década entre 95 e 2005, anterior ao início do mandato deste Governo, há alguns sinais preocupantes porque em termos de resultados escolares a recuperação não é proporcional ao esforço feito e recursos afectos a este sector, e verifica-se que em termos de resultados escolares há uma certa estagnação ao nível do ensino básico, a taxa de insucesso e abandono mantêm-se na ordem dos 20% ao nível do 9º ano de escolaridade, no conjunto do ensino básico, com alguma recuperação mas muito lenta e não proporcional aos recursos investidos na área da educação.

Mais preocupante ainda é o que se passa ao nível do ensino básico porque conseguimos nesta década perder alunos, em termos absolutos, diminuir a taxa de cobertura no ensino secundário e ter um agravamento dos resultados escolares; o abandono e o insucesso ao nível do ensino secundário estava muito perto dos 40%, o que significa que 4 em cada 10 alunos que tentava fazer o ensino secundário não o conseguia concluir com êxito.

O resultado desta situação é visível, por exemplo, nos dados do recenseamento. Entre o recenseamento de 91 e o de 2001 surgem, e diria que pela primeira vez, num número muito, muito, significativo uma enorme percentagem de jovens no mercado de trabalho com qualificações incompletas, ou seja nesta década surge em Portugal um fenómeno de tipo diferente, de défice de qualificação de adultos activos, que são os adultos jovens, que não têm défice de qualificação porque não tiveram oportunidade de frequentar a escola no seu tempo, têm défice de qualificação porque tendo tido oportunidade de frequentar a escola, a escola não constituiu uma oportunidade de qualificação para estes jovens. Entre o censo de 1991 2001 verifica-se um crescimento que atinge valores da ordem dos 500 000 jovens, com menos de 24 anos, que ou não têm o ensino básico completo (9º ano) ou não têm o ensino secundário completo, isto é frequentaram a escola mas não concluíram nenhum destes graus de ensino com êxito.

Estes sinais apontam para a ineficiência do sistema educativo, os recursos estão lá, os meios humanos e financeiros também, mas os resultados não são proporcionais ao esforço feito.

As razões para esse desfasamento são de várias ordens, mas podemos apontar os instrumentos organizativos e programáticos, ou seja o facto das nossas escolas durante mais de uma década terem sido obrigadas a ter como oferta formativa cursos de prosseguimento de estudos, cursos de carácter tecnológico, cuja organização programática e pedagógica não se adequava às necessidades do mercado de trabalho e a um funcionamento eficiente, mas sem alternativa às escolas secundárias, era o que tinham para oferecer. Estou apenas a dar um exemplo de um dos factores que explica o insucesso ao nível do ensino secundário.

Podemos encontrar diversas explicações para esta ineficiência mas gostava de sublinhar apenas os factores de ordem organizativa, os instrumentos pedagógicos e programáticos. Não é por acaso que no final dos anos 90 se ensaia uma reforma do ensino secundário, que é aplicada de uma forma hesitante e que se concretiza apenas em 2004 e só em 2006/2007 é que se chega ao fim de ciclo, e só após uma observação desse período as escolas secundárias puderam mudar o panorama dos seus resultados e dos níveis de eficiência alcançados.

Este é o quadro que encontramos em 2005 e diria que a preocupação principal dos instrumentos de política educativa lançados vão no sentido de adquirir ganhos de eficiência do sistema educativo, proporcionar às escolas e aos professores os meios para que possam responder com resultado, em termos mais adequados ao investimento feito.

Nesse sentido a grande preocupação, ao nível das escolas do ensino básico, consiste em dotá-las dos instrumentos mais variados – instrumentos financeiros ou meramente programáticos – para que



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

possam responder às necessidades dos alunos. Veja-se o Plano Nacional de Leitura, o Plano de Acção para a Matemática, os Cursos de Educação Formação, os Planos de Recuperação dos alunos, associados a instrumentos financeiros, que permitem a inscrição de objectivos relacionados com o sucesso de todos os alunos ao nível do ensino básico nas suas agendas.

É retomada uma linha de intervenção – discriminação positiva, em que são programados meios financeiros no sentido de alargar este tipo de intervenção a escolas em meio difícil, para que possam ter os meios de que necessitam para resolver os seus problemas.

No que respeita ao ensino secundário, as orientações e as intervenções vão no mesmo sentido, dotar as escolas dos meios adequados aos objectivos do cumprimento de alargamento da escolaridade a nível secundário a todos os jovens. As escolas secundárias passam a oferecer cursos profissionais e em menos de três anos conseguimos ter 90 000 jovens nestas ofertas formativas, contando evidentemente com a rede das escolas privadas que constituem um exemplo de boa prática, não apenas ao nível da organização pedagógica mas também ao nível dos resultados obtidos, e é essa boa prática que se procura generalizar, transportar e oferecer como um meio para que as escolas secundárias públicas possam enfrentar de forma diferente as necessidades de uma escolarização mais alargada.

Um elemento muito importante da política seguida foi a recuperação da orientação para a educação e formação de adultos. Ao longo destes 30 anos e à medida que fomos actualizando a nossa ambição o País teve sempre preocupações com as gerações anteriores. O dimensionamento das intervenções dirigidas aos adultos apresentava vários constrangimentos que procurámos remover. Aqui foi decisiva a articulação entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho, no sentido de olhar para a questão do défice de qualificação dos adultos, não como uma área de monopólio deste ou daquele ministério, mas como uma responsabilidade conjunta dos dois ministérios procurando oferecer, devolver, ao País aquilo a estrutura de educação e formação para que pudéssemos enfrentar de uma forma adequada o problema do défice de qualificação dos adultos. O Programa Novas Oportunidades foi lançado com esse objectivo.

A minha intervenção ficava por aqui, para dar oportunidade ao Ministro do Trabalho de falar um pouco sobre o nosso trabalho conjunto.

Obrigada.

O Sr. **Presidente**: – Antes de passar a palavra ao Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, queria lembrar que se encontra um formulário nas pastas destinado à inscrição para uso da palavra. Quem estiver interessado em falar, agradecia que o preenchesse, para ser recolhido pelas nossas assessoras de forma a podermos distribuir o tempo.

Passo de imediato a palavra ao Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, muito obrigado.

O Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social. **José Vieira da Silva**: – Muito obrigado Sr. Deputado.

Muito bom dia, gostava de saudar todas as senhoras e senhores Deputados presentes, a todas as senhoras e senhores convidados, de saudar a Comissão de Educação e Ciência pela realização desta Audição Pública sobre Qualificação. É naturalmente um tema que justifica este tipo de realizações, e muitas mais, porque continua a ser um tema absolutamente decisivo para o nosso futuro colectivo, por isso mesmo as minhas felicitações e agradecimentos pelo facto de me terem convidado, ou terem convidado o Governo para estar presente nesta audição.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Não vou acrescentar muito mais aquilo que a Sr.^a Ministra da Educação já disse, creio que fez um diagnóstico e uma identificação das linhas de política mais importantes para responder ao problema, que é um problema histórico e estrutural, do défice de qualificações na sociedade portuguesa, permitam-me apenas que vos deixe três ou quatro reflexões em torno deste tema.

A primeira reflexão tem a ver com a importância do tema «qualificações». Poderá parecer, à primeira vista (e já o disse anteriormente) que existe um relativo consenso nacional sobre a necessidade de aprofundar e melhorar o nosso desempenho em termos de qualificações, em particular da população activa, como um instrumento decisivo para o progresso económico e social. É verdade que existe esse consenso, mas nem sempre se expressa da forma mais eficaz e adequada. Hoje é muito claro, em todos os estudos internacionais, em todas as avaliações feitas à situação da economia da sociedade portuguesa que este défice é verdadeiramente estrutural da nossa economia e da nossa sociedade. Por exemplo diversos estudos efectuados por organizações internacionais apontam para o facto de que se Portugal tivesse um nível de escolaridade média superior em um ano ao que é na realidade, ou seja, por cada ano de escolaridade média acima daquele que possuímos, o nosso crescimento económico, a nossa criação de riqueza, seria superior por cada ano entre 3 a 5 décimas acima do produto interno bruto. O que, do ponto de vista acumulado, nos colocaria obviamente numa situação muito mais vantajosa do que aquela que hoje possuímos.

Relativamente à taxa de emprego, e ao nível de bem-estar, quando comparamos a escolaridade média que existe em Portugal com a escolaridade média nos países da OCDE os valores são impressionantes sobre o potencial crescimento que nos traria.

Olhando mais detalhadamente (não vos vou massacrar com números) para a realidade portuguesa, verificamos que o ganho salarial do acréscimo de qualificações é um ganho extremamente significativo e mais elevado do que na maioria dos países da OCDE. Não apenas o ganho à entrada no mercado de trabalho mas, principalmente, o ganho 10 ou 20 anos depois da entrada no mercado de trabalho. Ou seja, a entrada no mercado de trabalho com o ensino básico, com 12 anos de escolaridade ou com o ensino superior ou formação equivalente, não só representa diferenças muito significativas do ponto de vista do ganho salarial quando se entra no mercado de trabalho, como a capacidade de progressão, do ponto de vista das remunerações, é completamente distinta, e é distinta na proporção de 60 para o ensino obrigatório, 100 para o secundário, 200 para o ensino superior, isto referindo apenas o sector privado da economia, excluindo o sector Estado que tem uma política salarial de natureza diferente e mais formalizada.

Por conseguinte o défice de qualificações é indiscutivelmente um défice de natureza estrutural e decisivo. Ao contrário do que se ouve afirmar ou que fica em suspenso hoje (para além das taxas de empregabilidade em termos de qualificação dos jovens não serem idênticas ao que eram há 15 ou 20 anos) a capacidade de entrada no mercado de trabalho favorece claramente os jovens com formação superior, basta referir que o tempo de desemprego de um jovem com ensino superior é cerca de metade de um jovem com formação básica, o que significa que o progresso nas qualificações compensa.

São afirmações que, provavelmente, não seria necessário fazer mas que vale sempre a pena recordar.

Deixem-me recuperar a dimensão de diagnóstico feita pela Sr.^a Ministra da Educação, para vos trazer uma imagem que representa bem a situação portuguesa ao longo dos últimos anos: temos um conjunto de fracturas na população activa associadas aos níveis de qualificação e de escolaridade.

Existe, desde logo, aquilo que habitualmente se considera um dualismo inter-geracional, ou seja um conjunto de gerações que entraram no mercado de trabalho e aí permaneceram com baixos níveis de escolaridade e baixos níveis de formação inicial e que posteriormente passaram por diferentes processos de progressão em termos de qualificação; depois temos um outro conjunto geracional que já entrou no



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

mercado de trabalho com níveis mais elevados e mais próximos da média, em termos de escolaridade e qualificações, dos países da OCDE. Este dualismo inter-geracional é um factor estruturante da leitura que se pode fazer do défice de qualificações. Se o problema foi identificado, do ponto de vista do diagnóstico, (aliás não é necessário uma investigação muito aturada para identificar este dualismo, esta fractura, como um factor extremamente negativo de qualificação da população activa), também é claro quais os instrumentos a utilizar para dar resposta a esse problema e que têm a ver, principalmente, com a iniciativa das Novas Oportunidades, a que a Sr.^a Ministra já fez referência.

Após algumas décadas de vultuosos investimentos dos fundos estruturais com fracos resultados na estratégia para a qualificação dos portugueses, esta medida tenta incentivar a aprendizagem ao longo da vida e a formação contínua. Quem conhece a aplicação dos quadros comunitários, que desde os anos 80 são uma parte essencial da estratégia de qualificação, reconhece facilmente a realidade da sub-utilização de verbas destinadas à formação contínua e a permanente reorientação dessas verbas para outro tipo de aplicações, por dificuldades de encontrar instrumentos e mecanismos coerentes, válidos e mobilizadores do ponto de vista da capacidade de qualificação e aprendizagem ao longo da vida.

Aparentemente, pelo menos os números assim o indicam, a iniciativa Novas Oportunidades teve a capacidade de romper esse bloqueio, e do ponto de vista da mobilização social – a história e o tempo farão justiça em termos de eficácia – já contamos com cerca de 730 000 pessoas inseridas neste programa, o que quer dizer que estão criadas as condições para ultrapassar, ainda que parcialmente, esse défice que há pouco designei de inter-geracional.

Deixo uma nota para o enriquecimento do diagnóstico e que é a seguinte, uma das lições que a aplicação prática, a aplicação no terreno, que a iniciativa Novas Oportunidades nos dá é que encontrou eco além da fractura inter-geracional, porque há um contínuo etário nos utilizadores desta iniciativa e encontramos os jovens adultos como o grupo mais pesado mesmo naqueles que procuram a formação básica, o que significa que não estamos apenas a responder ao problema da histórica e tradicional fractura inter-geracional, mas também a um outro problema que foi a alimentação desse dualismo por via do insucesso e do abandono escolar precoce ao longo de décadas em que as condições já justificariam que tal não acontecesse, até porque os níveis de escolaridade obrigatória já tinham sido alterados no nosso país.

Um segundo factor de fragilidade está relacionado com outro tipo de dualismo que se caracteriza por ser intra-geracional, isto é verifica-se em todas as gerações; já existia há 50 anos com a natureza estrutural configurada pelo sistema de ensino e formação, mas o dualismo intra-geracional que verificamos actualmente é aquele que tem a ver com os números excessivamente elevados do abandono escolar precoce e com os baixos níveis de escolaridade e qualificação com que muitos jovens entraram no mercado de trabalho, principalmente a partir dos finais dos anos 80 quando as condições teriam permitido eventualmente uma outra resposta do ponto de vista do sistema de ensino e de qualificações.

Aí, a resposta que se encontra plenamente desenvolvida no terreno, para além de ter a ver com os novos fluxos de entrada no mercado de trabalho ou de saída do sistema de ensino e que assenta num crescimento muito acentuado dos percursos formativos iniciais de dupla certificação, essa não é a única resposta; a requalificação de todo o sistema de ensino é um aspecto essencial nesta estratégia, mas a valorização da formação inicial / dupla certificação foi encarada como um instrumento decisivo (os números já o comprovam de forma muito clara) para inverter e combater esse dualismo intra-geracional que nos tem acompanhado de uma forma verdadeiramente dramática.

Passaria para um terceiro factor de fragilidade que tem a ver com o desempenho e eficácia dos processos formativos e que acompanha os modelos de organização do ensino e de qualificação, mas que é da responsabilidade da envolvente desses modelos, nomeadamente sistemas de apoio social, sistemas de criação de condições para garantir a igualdade de oportunidades.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

O desempenho do sistema de ensino é um instrumento fundamental para a promoção da igualdade de oportunidades, mas que para cumpra plenamente a sua função é necessário que a igualdade de oportunidades no acesso aos sistemas de ensino e formação também seja garantida.

São esses os passos que têm vindo a ser dados e para os quais contribui, por exemplo, a profunda reformulação que está em curso do apoio social escolar fundamentais na criação de condições para que a escola e o sistema de formação desempenhem o seu papel não só ao nível do progresso das qualificações, mas também ao nível do progresso da igualdade de oportunidades.

Uma referência final para vos falar das implicações que esta mudança de filosofia e de actuação no sistema de formação e qualificação acarretou para a dimensão da qualificação profissional em que a palavra de ordem continua a ser a mesma: prioridade aos processos de dupla certificação, onde o desenvolvimento do catálogo de qualificações ou o desenvolvimento das formações modelares são instrumentos que se enquadram no objectivo decisivo de fazer com que a formação contínua possa ser entendida por empresas e por trabalhadores como um instrumento de enriquecimento do ponto de vista do capital social e do capital escolar.

O exemplo mais positivo do sucesso dessa estratégia tem a ver não apenas com os 730 ou 740 000 aderentes à iniciativa Novas Oportunidades, mas também com a natureza desses aderentes, adesão individual ou adesão através de instituições, nomeadamente instituições empresariais mobilizando de forma muito intensa os seus activos, representa um reconhecimento da capacidade desta iniciativa em contribuir para o progresso das qualificações.

Este é o balanço entre diagnóstico, medidas e resultados que podemos fazer neste momento, mas obviamente um bem mais enriquecido será feito ao longo deste dia de trabalho.

Agradeço a vossa atenção, muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: – Muito obrigado Sr. Ministro.

Daqui a pouco dar início ao debate, estamos perante uma audição parlamentar, por conseguinte cabe aos Deputados presentes, membros do grupo de trabalho, ouvir os convidados e outros participantes para depois tomarem as iniciativas que entenderem no âmbito dos respectivos Grupos Parlamentares.

A Comissão da Educação agradece aos senhores membros do Governo, o Sr. Ministro, a Sr.^a Ministra e os Srs. Secretários de Estado, a sua presença bem como das palavras que nos disseram, vamos dispensá-los desta audição para darmos então início ao trabalho parlamentar, propriamente dito.

Vamos aguardar alguns minutos para recolha das inscrições para uso da palavra e depois recomeçaremos. Agradecia que não saíssem do lugar para não perdermos tempo.

Muito obrigado.

Pausa.

Pedia aos Deputados representantes dos vários grupos parlamentares do Grupo Parlamentar para a Qualificação que ocupem os lugares na Mesa, a Sr.^a Deputada Paula Barros, coordenadora do grupo de trabalho, o representante do PSD, do Partido Comunista Português, do Partido Socialista, do Bloco de Esquerda, está presente a Sr.^a Deputada não inscrita, Luísa Mesquita.

Tendo em conta a arrumação parlamentar solicitava aos Srs. Deputados não inscritos que não venham para a Mesa por uma questão meramente logística que não tem nada a ver com falta de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

consideração pelos Deputados em si, mas pelo facto de termos que dar prioridade aos Grupos Parlamentares devidamente constituídos.

Muito obrigado.

Neste momento temos 11 inscrições para uso da palavra, suponho que haverá muito mais pessoas interessadas, agradeço que fossem preenchendo a ficha de inscrição para podermos distribuir os tempos correctamente.

A título de informação gostaria de dar uma ideia das instituições aqui representadas: temos a Agência Nacional para a Qualificação com o seu Presidente, Prof. Luís Capucha; temos o Conselho Nacional de Educação com o seu Presidente, Prof. Júlio Pedrosa; temos o Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos com o Sr. Prof. Luciano Almeida; temos o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas representado pelo Prof. Carlos Reis; temos diversos centros de Novas Oportunidades de todo o País; representantes de Associações de Estudantes de várias Universidades; representantes de Autarquias; temos uma participação e uma assistência bastante diversificada.

Vamos, então, dar início ao debate. Estamos com algum atraso, como foi explicado no início, porque tivemos de dar oportunidade às pessoas que estavam atrasadas para poderem participar.

Peço a todos os participantes que não ultrapassem os cinco minutos por intervenção, no caso de haver mais intervenções terá de ser feito um novo rateamento do tempo para que todos possam usar a palavra.

Como é natural, numa audição, os representantes dos vários Grupos Parlamentares usarão da palavra no fim, neste momento vão-se limitar a ouvir o que os participantes têm a dizer.

Tenho como primeira inscrição o Prof. Júlio Pedrosa, Presidente do Conselho Nacional da Educação.

O Sr. Prof. Doutor **Júlio Pedrosa**, Presidente do Conselho Nacional de Educação: – Muito obrigado pelo convite para participar nesta audição. Bom dia a todos os presentes e uma saudação especial para as senhoras e senhores. Deputados.

O Conselho Nacional de Educação tem tido várias formas de contribuir para a reflexão, o debate e análise desta área e temos essas contribuições escritas, quer em resultado de seminários que promovemos, quer em recomendações e pareceres (não me vou referir a esse contributo). Temos duas comissões especializadas que trabalham com esta área, a 2ª Comissão sobre Ensino Secundário e Formação Qualificante presidida pelo Sr. Conselheiro Joaquim Azevedo que está aqui comigo e que poderá dar o seu contributo, e a 4ª Comissão que trabalha a Educação e Formação ao Longo da Vida, presidida pela Sr.ª Conselheira Maria Emília Brederode dos Santos que também me acompanha e que também poderá dar o seu contributo.

Na minha intervenção gostaria de apontar algumas questões que me parecem questões de base, diria críticas, se quisermos mudar o panorama nacional em relação à qualificação, alguns dos quais já foram referidos, mas gostaria de acentuar uma ou duas implicações dessas questões críticas. Uma é o nível médio de escolarização da população adulta, que é normalmente referido na sua ligação com a competitividade e a economia; gostava de referir a sua ligação com o desenvolvimento educativo e da qualificação do País.

Temos de ler com atenção aquilo que os relatórios de Pisa dizem sobre esta matéria: que o desempenho das crianças de 15 anos tem uma ligação estreita com os respectivos contextos familiares; em relação a estes contextos os relatórios apontam três factores: heterogeneidade sócio-económica das famílias com um claro efeito; o nível educativo ou de escolarização das famílias (o patamar a partir do



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

qual há uma relação positiva entre os desempenho e as qualificações familiares é o 9º ano de escolaridade, é relevante ter presente que em média 70% dos pais das nossas crianças têm no máximo 9 anos de escolaridade); e a natureza e frequência da comunicação em casa, das conversas entre familiares e crianças. Tudo isto tem a ver com o nível médio de qualificação da população portuguesa e normalmente não trazemos esta questão para o debate.

O segundo ponto que gostaria de trazer é o contributo da nossa estrutura de investigação e educação superior para este problema, nomeadamente para termos mais conhecimento, mais saber, sobre estes factores que acabei de referir e o seu impacto na qualificação da população, mas também na formação de formadores. Creio que em Portugal dispomos de pouco saber, pouco conhecimento, sobre como fazer bem formação técnica, profissional, ou outra, há um défice de contributo do sistema de educação superior que valeria a pena apontar e colmatar.

Quero valorizar a expansão que tem sido feita na educação secundária, designadamente a diversificação dessa oferta. Creio que é um défice antigo está a ser corrigido e que deve ser apoiado e suportado. Tal como, relacionado com isto, a formação dos formadores sobretudo para a educação e formação técnica e profissional. Insisto neste ponto porque me parece que temos de o considerar.

Finalmente, o desenvolvimento de um sistema de garantia de qualidade para todo o sistema educativo que tem em relação às formações qualificantes uma importância especial.

Gostaria de terminar, para não usar mais tempo, acentuando uma outra questão que tem a ver com as formações qualificantes de nível 4 e que tem a ver com esta Assembleia, porque consideramos que as formações qualificantes de nível 4 são formações pós-secundárias não superiores. Gostaria de deixar nesta casa a preocupação porque temos um sistema educativo com educação pré-escolar, educação básica, educação secundária, educação superior; não sei o que é educação e formação, o que é formação qualificante profissional pós-secundária e não superior. É uma preocupação que deixo porque acredito que este nível de formação qualificante é relevante para o País e como tal deve ser sustentado, desenvolvido e devia ter uma sede própria na organização do nosso sistema educativo.

Muito obrigado por esta possibilidade de intervir.

O Sr. **Presidente**: – Muito obrigado, Prof. Júlio Pedrosa.

Agora dou a palavra ao Sr. André Pardal, do Conselho Nacional da Juventude.

O Sr. **André Pardal**, Conselho Nacional da Juventude: – Bom dia, Sr. Presidente, representantes dos Grupos Parlamentares, restantes solenidades convidada.

Em representação do Conselho Nacional de Juventude queria apenas focar três pontos, no seguimento do que disse o Prof. Júlio Pedrosa, o Conselho Nacional de Juventude também tem contributos nomeadamente no que respeita ao ensino profissional, à educação informal e era precisamente sobre esses pontos que gostaria de falar.

Um primeiro ponto sobre o ensino profissional. Referir que, ao contrário do que é publicitado por este Governo, Portugal tem uma das taxas mais baixas de frequência do ensino profissional, relativamente aos países congéneres da União Europeia. A aposta no ensino profissional tem que ser reafirmada e reiterada e esse é o nosso desígnio.

Segundo ponto: processo de Bolonha e um especial enfoque numa área que é muito querida para o Conselho Nacional de Juventude que é a educação não formal. Uma aposta na educação não formal, nas metodologias da educação não formal, em complementaridade com as metodologias de educação formal e não em alternativa.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Um terceiro e último ponto seria a aposta na qualificação dos jovens, mas também na aprendizagem ao longo da vida. Qualificação dos portugueses, mas educação para a cidadania, através da promoção do desporto, estilos de vida saudável, actividades culturais e tudo isso.

Uma nota final para o pensamento na educação sob um ponto de vista integrado, de uma forma integrada – educação primária, ensino básico, ensino secundário, ensino superior – ao longo da vida, não compartimentado e esartejado nos vários sistemas e nos vários modelos.

É só, obrigado.

O Sr. **Presidente**: – Muito obrigado.

Passo a palavra à Sr.^a Dr.^a Maria Emília Brederode Santos, do Conselho Nacional de Educação, tem a palavra.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Emília Brederode Santos**, Conselho Nacional da Educação: – Bom dia a todos, em especial aos Srs. Deputados, muito obrigada pela oportunidade de estar presente nesta sessão.

Na sequência das palavras do Sr. Presidente do Conselho Nacional de Educação, Prof. Júlio Pedrosa, gostava de dizer que a 4.^a Comissão tem procurado acompanhar o programa Novas Oportunidades. Creio que podemos dizer que estamos conscientes da enorme importância que este programa tem tido, penso que é das coisas mais importantes que se tem passado nas últimas décadas ao nível da educação de adultos, porque era uma área extremamente abandonada. Em todo o caso temos procurado acompanhar, fazendo visitas a centros, ouvindo entidades oficiais e pessoas que estão no terreno.

Gostava de levantar alguns problemas que nos têm sido suscitados.

O primeiro tem a ver com a quantidade, com as metas numéricas. Compreendendo a urgência, como foi referido pelos Srs. Ministros, receamos a pressa no seu cumprimento. Esse é, sem dúvida, um problema porque receamos que a quantidade conduza ao não controlo da qualidade.

O segundo ponto tem a ver com a formação. Temos receio que o equilíbrio entre o reconhecimento da qualificação e certificação, com certeza que é necessária e justa, não seja proporcionalmente equivalente à formação que é proporcionada às pessoas. Temos receio que não haja um investimento na retaguarda cultural do País, que é tão necessária até em termos de satisfação pessoal, isto é que tudo se centre no aspecto profissional, económico em detrimento da satisfação pessoal, que obviamente a educação proporciona e deve proporcionar e por conseguinte estamos preocupados em verificar se existe um esforço de formação semelhante.

A terceira questão tem a ver com a formação dos formadores, que formação têm tido e o que é que se lhes pede em termos de competências.

Um quarto ponto tem a ver com o aproveitamento das organizações já existentes, das associações que têm feito um trabalho (ainda vamos ter nossa comissão a Dr.^a Fernanda Marques, da ANOPE), que aproveitamento é que tem havido destas associações e organizações que já existiam e que trabalhavam com adultos que faziam a sua formação? Que articulação é que têm havido?

Um outro ponto é a avaliação. Que funções é que a avaliação tem estado a desempenhar, se tem tido um papel de regulação e com que critérios?

Um outro ponto tem a ver com o esclarecimento da opinião pública. Com certeza que recebem imensos e-mails com casos extremamente escandalosos, ou apresentados como tal, de pessoas que sem terem qualquer escolaridade prosseguem estudos superiores, por exemplo um jogador de futebol que vai



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

fazer um curso de medicina e tal. Nestes alarmes há muitas confusões, mas no caso concreto há uma confusão entre as quotas para desportistas e Novas Oportunidade e que não têm nada a ver com as quotas que já existiam. Em todo o caso acho preocupante que haja estas confusões porque nestes movimentos há depois uma reviravolta. Era importante que houvesse um esclarecimento da opinião pública que não fosse ao nível meramente propagandístico, mas que permitisse compreender melhor o que é que se está a passar. Isto não é para os Srs. Deputados, nem para o Governo, é para nós todos, trata-se de uma preocupação generalizada.

E, finalmente, a última questão prende-se com os desafios que isto coloca à escolaridade regular e à escola. Por um lado para não estar a alimentar aquele fluxo de pessoas que saem por abandono precoce e por insucesso, de que o Sr. Ministro do Trabalho falava, mas também ao nível de como a escola poderá estar organizada e motivada para agir de outra maneira e proporcionar outros resultados.

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: – Muito obrigado Dr.^a Maria Emília Brederode Santos.

Passo a palavra ao Sr. Prof. Luís Capucha, Presidente da Agência Nacional para a Qualificação.

O Sr. Prof. **Luís Capucha**, Presidente da Agência Nacional para a Qualificação: – Sr. Presidente gostaria de me reservar para uma fase posterior do debate, se houvesse essa bondade da vossa parte, na medida em que creio que sou o elemento mais responsável pelas políticas neste momento, presente na sala, e pode haver algum tema que seja necessário esclarecer.

O Sr. **Presidente**: – Sr. Professor teremos muito prazer em ouvi-lo em último lugar, porque se tiver possibilidades de estar até ao fim é uma boa ideia para poder dar mais alguma explicação mais.

Muito obrigado.

O Sr. Prof. **Luís Capucha**, Presidente da Agência Nacional para a Qualificação: – Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: – Passo a palavra ao Sr. Prof. Doutor Joaquim de Azevedo, do Conselho Nacional da Educação.

O Sr. Prof. Doutor **Joaquim de Azevedo**, do Conselho Nacional da Educação: – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados e caros convidados.

Na 2^a Comissão do Conselho Nacional da Educação (que aborda as questões do ensino secundário e da formação qualificante) temos vindo a acompanhar a evolução desta política que aqui estamos a debater.

Gostava de sublinhar um conjunto breve de aspectos.

É muito importante enfatizar a questão política subjacente a este investimento que se está a fazer no ensino profissional e no crescimento das vias profissionais no ensino secundário. Depois de 10 anos de hesitações, entre 94 e 2004, a partir de 2005 aparece este investimento que nos parece muito importante.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

A decisão e a determinação com que este investimento está a ser feito deve ser louvada, porque em nosso entender é uma necessidade e uma urgência por três razões:

Em primeiro lugar, é preciso fazer chegar a todos os jovens a possibilidade de realizar escolhas alternativas, e não apenas a de um ensino secundário que funciona como um corredor condicionado, de uma só via, de acesso ao ensino superior. Era importante que os jovens tivessem diversas oportunidades de escolha, inclusive a de continuar os estudos no ensino superior mas por outras vias, com outro tipo de formações;

Em segundo lugar, é importante flexibilizar o curriculum, isto é, criar dinâmicas educativas que consolidem mais teoria – prática, disciplina – projecto, saberes sedimentados – conhecimento da realidade social e local, associada à autonomia de gestão de curriculum, embora ainda estejamos longe de caminhar no sentido de autonomia de gestão das escolas, mesmo em termos curriculares.

Em terceiro lugar a possibilidade de contribuirmos de uma maneira mais decisiva para percursos educativos com sucesso. Temos vindo a afirmar isto pela positiva e o Conselho Nacional de Educação tem-no dito muitas vezes. Entendemos que quando se enfatiza e se dá prioridade política ao crescimento do ensino profissional ou tecnológico se deve fazê-lo porque é importante diversificar as oportunidades, porque é importante aumentar as possibilidades de escolha, porque é importante promover mais sucesso educativo para os jovens; não é uma questão dirigida aos meninos do insucesso como é frequentemente apresentado política e publicamente. Devia haver muito mais cuidado na linguagem e nas mensagens que se veiculam, porque é isso que ajuda depois a construir e a fazer representações sociais e esse é um dos riscos que corremos hoje claramente. Pela positiva é possível dizer e dizer de uma maneira muito mais construtiva: queremos construir percursos educativos com mais sucesso para os jovens do ensino secundário e para todos os outros.

Agora uma nota sobre o momento actual. Claro que o Conselho Nacional de Educação tem acompanhado esta evolução e o rápido crescimento dos cursos (nas escolas secundárias) com muita esperança, mas o ensino secundário profissional comporta oportunidades e riscos. Já referi as oportunidades, creio que é muito importante continuar este esforço, mas cada vez mais fazê-lo com acompanhamento, monitorização e avaliação. Não devemos deixar a avaliação para um período posterior, para uma questão final, não é uma avaliação *ex post* – não é essa que interessa – é um acompanhamento contínuo e uma monitorização permanente, com *feedback* e comunicação dos resultados e da evolução à sociedade.

Temos vindo a verificar três riscos que têm sido reflectidos, e que estão a ser reflectidos; também estamos a promover audições de escolas e centros. Os três principais riscos principais são a difícil a capacitação ou *empowerment* das escolas sem tradição de ensino profissional para o fazerem, basta dizer a matriz liceal da maioria das escolas secundárias que estão hoje a oferecer ensino profissional. Essa mudança é uma mudança possível, é uma mudança importante, mas é uma mudança que tem que ser acompanhada, sustentada e acarreta investimentos elevados em qualificação e capacitação. Em segundo lugar recursos e os recursos têm a ver, desde logo com as pessoas, com os professores, com os equipamentos, com os espaços. Aí o esforço pode ser mais fácil em termos financeiros mas é preciso que seja feito com outro cuidado em termos de ligação às comunidades locais, ao tecido empresarial. Em terceiro lugar, o risco da mensagem, que referi há pouco, e que não é um risco menor.

É muito importante que se pudesse lançar deste modo, com este ímpeto, com esta determinação, o ensino profissional, mas fazê-lo numa perspectiva positiva, para que o ensino profissional e o sucesso que alcançou (este é um dos argumentos utilizados para alargar o ensino profissional a mais jovens) e que não se condene a dinâmica de sucesso pelo discurso conduzindo a uma dinâmica de insucesso ou a uma representação social negativa, só pelo facto de ser algo que se oferece a quem está em risco de insucesso, embora essa seja uma realidade do ponto de vista social.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Finalmente queria dizer que, pelas escolas que temos ouvido, é muito importante deixar uma palavra de regozijo e de congratulação em termos nacionais, em termos políticos, sobretudo pelo esforço que é feito pelas escolas secundárias que não têm esta matriz, que não têm esta experiência. Têm sido feitos esforços notáveis, há muitas escolas onde os alunos em ensino profissional e tecnológico atingem mais de 50% (temos tido vários testemunhos disso), onde se tem feito um trabalho quase impossível, e que se têm vindo a pautar por critérios crescentes de procura de qualidade, mas também muito desamparado. Mas também encontramos escolas profissionais que continuam o seu trabalho, e que 20 anos depois (faz agora 20 anos que foram lançadas), continuam a crescer e a desenvolver-se. A ambas esta comissão, e eu próprio, gostava de deixar uma palavra de congratulação e de regozijo.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: – Muito obrigado Prof. Joaquim Azevedo.

Dou a palavra ao Dr. José Luís Presa, da Associação Nacional do Ensino Profissional. Seguidamente usará da palavra o Sr. Gaspar Dantas do Centro Novas Oportunidades da Escola Secundária de Avelar Brotero, Coimbra.

Tem a palavra o Dr. José Luís Pedro.

O Sr. Dr. **José Luís Presa**, da Associação Nacional do Ensino Profissional: – Muito bom dia. Muito obrigado por terem convidado a ANESPO para estar presente nesta Audição Parlamentar. Represento as escolas profissionais de matriz privada, que como o Prof. Joaquim Azevedo referiu, comemoram este ano 20 anos de actividade e 20 anos de actividade ao serviço da valorização profissional e escolar dos nossos jovens.

Importa sublinhar que as escolas profissionais formaram nestes 20 anos cerca de 170 000 jovens que entraram na vida activa com uma qualificação profissional de nível 3, quadros intermédios, e que certamente deram um contributo muitíssimo importante para a qualificação das nossas empresas e para a melhoria do desempenho do tecido económico e social.

As escolas profissionais têm um percurso que hoje é considerado referencial para todas as escolas que desenvolvem percursos de qualificação, sejam públicas ou privadas. Esta experiência de 20 anos de dupla certificação em que a qualificação profissional é a palavra de ordem, significa uma cultura da escola; a cultura da escola não é indiferente, não pode ser indiferente porque preparamos para o mundo do trabalho – as escolas profissionais têm que preparar para o mundo do trabalho – a cultura das escolas, tem que ser uma cultura centrada naquilo que são as necessidades das empresas, das regiões em que estão inseridas prioritariamente, sem prejuízo de uma abordagem mais geral em termos dos alunos poderem desempenhar as suas profissões em qualquer parte do País ou no estrangeiro.

Os percursos de dupla certificação não têm sido muito bem tratados no nosso País, efectivamente são 20 anos, mas foram 20 anos de muitas interrogações, de muitas dúvidas e de muitas preocupações para as escolas. Importa que no futuro seja perfeitamente claro que não há recuo para o ensino profissional e que não há recuo para as escolas profissionais. As escolas profissionais não podem ser dispensadas, (creio que não serão – não temos indicação nenhuma de que o sejam), pelo contrário o que está em causa nesta altura é aumentar a oferta das escolas profissionais, é fazer com que as escolas profissionais possam dar contributos e estou em crer que também as escolas secundárias públicas estão em condições de poderem dar o seu contributo.

Como já foi também dito, não importa fazer em quantidade é preciso que a qualidade seja a palavra de ordem, sob pena de pormos em causa o percurso feito durante estes 20 anos pelas escolas



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

profissionais. Estou em crer que há condições para, em ligação com as próprias escolas profissionais privadas, se atingirem níveis de qualidade muito idênticos nuns e noutros estabelecimentos de ensino. A lógica da parceria, a lógica da rede, julgo que é uma lógica que deu muito resultado nas escolas profissionais privadas, há que ter em devida conta o trabalho em rede porque foi isso que sustentou muito do sucesso das escolas profissionais e acredito que esta experiência e as potencialidades do trabalho em rede possam dar contributos decisivos para o futuro.

Queira deixar aqui uma nota sobre o que devem ser as preocupações no futuro relativamente às ofertas formativas.

Temos que ter em conta um aspecto essencial que é o diagnóstico de necessidades de formação. É o primeiro passo da organização da formação, não há organização de formação se não tivermos em conta os diagnósticos de necessidades dessas mesmas formações, e à medida que vai aumentando a percentagem de alunos nos cursos profissionais mais tem que haver esta preocupação porque se não há desajustamentos entre a oferta e a procura com que ninguém fica a ganhar. O diagnóstico de necessidades responderá as preocupações das escolas, e terão que ser todas.

Tem de haver orientação escolar e vocacional, não pode deixar de ser! Não podemos deixar os jovens abandonados à decisão, com muitas interrogações, do que é que vai fazer no futuro. Os jovens têm 15 anos, estamos a falar de crianças, e jovens de 15 anos só podem fazer opções de forma acertada se forem apoiados e se tiverem ao seu lado alguém que os elucide. Mas melhor do que isso seria tentarmos, ao longo dos anos em que se fazem o percurso do ensino básico, detectar algumas tendências vocacionais para que não seja (e não devia ser apenas) apenas quando chegam ao 9º ano que se vai fazer um teste para saber para que lado é que vão, para a esquerda ou para a direita. Não pode ser! Temos que ter esta preocupação, o Ministério da Educação tem que ter esta preocupação, e tem que cuidar dos nossos jovens quando estão a percorrer o ensino básico para que depois façam escolhas acertadas em termos de percursos de qualificação.

Querida deixar outra nota sobre aquilo que se poderá dizer da igualdade de oportunidades. A igualdade de oportunidades na Europa e em Portugal tem que ser tida em devida conta, nos países do norte da Europa 70% dos jovens têm a oportunidade de seguir percursos de qualificação, no nosso País não há essa possibilidade porque não temos oportunidades para dar aos jovens em paralelo com aquilo que se passa no resto dos países da União Europeia especialmente os mais avançados. Daí que se hoje já temos uma orientação de política que vai no sentido de dizer que 50% dos jovens do ensino secundário devem estar em percurso de qualificação, mas temos que ter em linha de conta que há países onde essa percentagem já está muito para além daquela que corresponde à nossa orientação política. A orientação de política deve ir no sentido efectivo da igualdade de oportunidades, dar oportunidades aos jovens portugueses que queiram seguir percursos de qualificação nos mesmos moldes, nas mesmas condições, dos jovens dos restantes países da União Europeia, isto quer dizer: instalações, equipamentos, pessoal docente, devidamente preparados. Não poderemos competir com os outros países da União Europeia se não tivermos estes aspectos devidamente tratados.

Acredito que estamos no bom caminho, a ANESPO e as escolas profissionais estão disponíveis para colaborar e dar contributos decisivos para que o percurso da qualificação em Portugal seja um êxito, mas importa que todos tenhamos esta preocupação e esta certeza: cada vez mais as escolas têm de abarcar as vertentes, da formação inicial e da formação contínua, e granjear o reconhecimento de competências adquiridas pelas vias formais, não formais e informais, na valorização de jovens e adultos. Se as escolas forem potenciadas estou convencido de que dentro de mais alguns anos estaremos bem melhor do que estamos hoje.

Muito obrigado.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

O Sr. **Presidente**: – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Prof. Gaspar Dantas do CNO da Escola Secundária de Avelar Brotero, Coimbra.

Seguidamente usará da palavra o Sr. Jorge Serrote da Associação Académica de Coimbra, isto é por continuidade geográfica quase.

O Sr. Prof. **Gaspar Dantas**, Centro Novas Oportunidades da Escola Secundária de Avelar Brotero, Coimbra: – Muito bom dia a todos. Representando uma escola centenária há determinados aspectos que tenho de focar.

Um primeiro aspecto, acho que há demasiada oferta formativa concorrencial em espaços relativamente curtos, isto é, instituições de cariz diferente a oferecerem os mesmos cursos numa zona. Quando faço esta afirmação não é porque temo a concorrência, que não temo, não tememos a concorrência. Poderei referir que neste momento temos 11 cursos profissionais com 21 turmas, temos oito cursos EFA, vamos abrir mais 4 nos finais de Fevereiro, temos 3 CEF, mas, e partindo do princípio que todas as instituições têm as condições ideais para promover a formação, não sei se a partir do momento em que há concorrência o grau de exigência não poderá baixar um pouco. Esta é uma preocupação minha.

Uma outra preocupação, já que estamos a falar em qualificação, diz respeito aos cursos profissionais, e se bem entendo a filosofia dos cursos profissionais, o objectivo principal de um curso profissional é que o jovem se vai inserir no mercado de trabalho, permitindo em simultâneo o ingresso no ensino superior, mas a finalidade de um curso profissional será o ingresso no mercado de trabalho. A nossa opinião, e a da minha instituição, é que os programas da formação técnica terão que ser reformulados, porque um aluno para ir para o mercado de trabalho tem que saber fazer, tem que saber porque faz, mas fundamentalmente tem que saber fazer para exigir a quem vai ficar sob a sua alçada e em determinados moldes da formação técnica é impossível – é impossível! – que o aluno adquira as competências mínimas exigíveis para o mercado de trabalho.

Outra preocupação nossa é a seguinte: porque é que as escolas públicas não podem ter CEF (de tipo 4, de tipo 5, formação complementar, tipo 6, tipo 7)? Porque é que não nos é permitido? Quando toda a gente sabe que o público-alvo de um CEF, de um Curso de Educação e Formação, é distinto de um curso profissional. Sou representante de uma escola criada como uma escola de artes em 1884, uma antiga escola comercial e industrial, e por conseguinte desde sempre que damos formação profissional. No primeiro quadro comunitário de apoio, no famoso programa PEDIP, apresentámos cursos de formação profissional e desde 1992 que temos intercâmbios com a comunidade europeia, com Inglaterra, com França, com Itália, com Holanda, com a Dinamarca, com a Grécia. Mas estamos em tempos de crise, porque antigamente enviávamos 50 alunos, enquanto que actualmente vão cerca de 30. Por isso acho que temos autoridade para fazer estas questões.

Mas como nem tudo é mau, quero dar os parabéns à NQ porque que o Catálogo Nacional de Qualificações está extraordinariamente bem feito.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: – Muito obrigado Sr. Professor.

Passo a palavra ao Sr. Jorge Serrote da Associação Académica de Coimbra.

Seguir-se-á o Dr. Gualter Morgado do Centro Novas Oportunidades da Associação Empresarial de Paredes.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Tem a palavra o Sr. Jorge Serrote.

O Sr. **Jorge Serrote** da Associação Académica, Coimbra: – Muito bom dia, Sr. Presidente da Comissão Parlamentar da Educação e Ciência, caros Deputados, caros convidados.

A temática de hoje, a temática da qualificação, é verdadeiramente uma questão estruturante para o nosso País e que é da maior necessidade de debate e, principalmente, de acção. Efectivamente formar quadros qualificados é apostar no desenvolvimento do País, é apostar na modernidade, é possível aumentar assim a capacidade de inovação e também a produtividade no nosso País.

Há umas temáticas que gostava de abordar ao nível da qualificação. No que diz respeito ao abandono escolar ainda é uma questão preocupante, porque Portugal tem uma das maiores taxas de abandono escolar da zona Euro, existe ainda um longo caminho a percorrer, um caminho que é importante traçar e um é importante continuar na senda dessa meta da média da zona Euro.

Também queria referir no que diz respeito ao programa novas oportunidades que está a correr bem, que deve ser dotado dos mecanismos próprios e caminhar na senda do desenvolvimento da qualificação em Portugal.

No que diz respeito ao ensino superior, e visto que a temática que diz respeito mais directamente à Associação Académica de Coimbra, não podemos falar de qualificação sem falar em ensino superior. É necessário referir que no ensino superior temos um investimento por parte do Estado na ordem dos 4800 euros por aluno, enquanto a média da OCDE é superior a 8000 euros, ou seja ainda falta percorrer um longo caminho.

Ainda a nível do ensino superior não queria deixar de referir o desemprego entre licenciados. Existem muitos cursos com uma elevada taxa de desemprego entre licenciados e seria importante haver programas de reorientação profissional em áreas próximas da formação inicial.

Relativamente à temática da aprendizagem ao longo vida, importa, nesta altura, referir uma questão preconizada pelo processo de Bolonha que se prende com os segundo ciclo, com diferentes designações – de fileira, científicos profissionalizantes – e que era importante clarificar o papel de cada um destes segundos ciclos. Em muitos deles não é claro o seu papel, se para trabalhar de seguida (mestrados profissionalizantes), se para prosseguir estudos, clarificação que traz consequências importantes ao nível do financiamento.

Quanto à temática da acção social escolar transversal a toda a qualificação, seja no ensino básico, no ensino secundário ou no ensino superior, é preocupante porque houve uma preocupação com o ensino básico, com o ensino secundário, mas no ensino superior teve um muito pequeno aumento, que não é nada tendo em conta a taxa de inflação e a crise que o País atravessa, mas é importante garantir que, tal como referido na lei de financiamento do ensino superior, nenhum estudante seja excluído do ensino superior por razões económicas.

Finalizando gostaria de referir que apostar na formação não é despesa, é investimento para o País, é investimento para a população.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: – Passar a palavra ao Sr. Gualter Morgado.

Depois desta intervenção faremos um intervalo de cerca de 15 minutos para café.

A seguir ao intervalo teremos o Prof. Paulo Jorge Antunes da Escola Secundária de Maximinos, Braga.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Tem a palavra o Dr. Gualter Morgado.

O Sr. Dr. **Gualter Morgado**, Centro Novas Oportunidades da Associação Empresarial de Paredes: – Bom dia. Obrigado por esta oportunidade.

Sou director do Centro Novas Oportunidades da Associação Empresarial de Paredes e queria focar aqui alguns aspectos, ou de os reforçar porque já foram focados, relacionados com o contributo do Centro Novas Oportunidades para várias vertentes.

Primeiro o concelho de Paredes, e vou falar especificamente desta região até por algumas características próprias, é dos concelhos com maiores taxas de abandono escolar do País e também com uma das maiores taxas de analfabetismo do País; toda aquela região (Paços de Ferreira, Penafiel, Lousada, por aí fora) é das zonas mais afectadas por esse indicador. Acontece que por uma intervenção articulada em rede, com o contributo das próprias empresas, iniciámos um processo de luta contra o abandono escolar, financiado pelas próprias empresas, que resultou numa redução de 87% da taxa do abandono escolar o ano passado. Foi uma medida que teve a ver com essa intervenção, teve a ver com o apoio da EPIS e da APIS, Associação para a Inclusão Social, mas também teve a ver com a motivação dos adultos, formandos agora, que começaram a valorizar a escola, ou seja, a escola não era valorizada e este processo levou a que as pessoas valorizassem a escola e transmitissem essa valorização para os próprios filhos.

Convém referir a importância da valorização e da certificação profissional que permite nas empresas que queriam implementar formação, não o conseguiam e tinham algumas dificuldades, apesar do carácter obrigatório, o que com a motivação extra da dupla certificação profissional passou a ser aceite de uma forma muito mais fácil e levou a que a maior parte das empresas onde iniciámos o processo, apenas com alguns elementos, temos agora praticamente a empresa na sua totalidade, com planos de formação mais alargados e articulados com o Centro Novas Oportunidades.

Agora vamos aqui à parte menos boa do processo, já há muito tempo tem sido focado que as equipas dos CNO não são equilibradas, isto é a proporção de formadores em relação aos técnicos não é suficiente. Num processo como o do 12º, que é um processo individual, o formador não dá formação, não é um processo formativo normal, é um processo de acompanhamento e por conseguinte requer mais tempo.

Temos metas a cumprir, a primeira das quais é caricata que é número de inscritos; depois a lista de espera no CNO não existe, mal iniciou processo do 12º ano num mês e meio tive 1500 inscrições face a uma capacidade de resposta de 300 adultos / ano. Atenção que as ofertas para encaminhamento só começaram a existir no final do ano passado, mas mesmo com essas ofertas a maior parte dos adultos activos dificilmente se metem em processo de escolarização, ou em EFAs, de longos períodos. Veja-se o caso de senhoras que trabalham, que têm filhos, como é que podem frequentar, em horário pós-laboral, esses cursos durante 1 ano, ano e meio, 2 anos?

Entre a desadequação e metas não equilibradas há uma opção ou se cumprem metas ou se cumpre a carta de qualidade. Matematicamente é impossível cumprir as duas coisas, em simultâneo. Isto já foi referido várias vezes.

Outra situação tem a ver com o SIGO, recentemente alterado (segunda-feira entrou em funcionamento a versão 2), melhorado, mas igualmente lento. Extremamente lento! É a maior causa de inprodutividade no serviço diário administrativo dos Centros de Novas Oportunidades.

Queria focar outra situação, porque ainda não ouvi até ao momento e temo que passe em claro, que é uma preocupação que não é nossa, porque somos uma associação empresarial, mas das escolas com quem trabalhamos em parceria e que têm CNO. Estão a formar equipas, têm directores, têm



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

coordenadores e têm formadores que são os professores da própria escola, que estão a ser preparados, que estão a ter formação para acompanharem os processos, ou seja, quando tiverem experiência provavelmente vão mudar de escola.

É tudo.

O Sr. **Presidente**: – Muito obrigado pelo seu contributo.

Vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

Pausa.

Minhas senhoras e meus senhores vamos recomeçar os trabalhos.

Vamos ter de encerrar as inscrições para podermos controlar o tempo.

Passo a palavra ao Prof. Paulo Jorge Antunes, da Escola Secundária Maximinos, Braga.

O Sr. Prof. **Paulo Jorge Antunes**, Escola Secundária de Maximinos, Braga: - Sou o Director do Centro Novas Oportunidades da Escola de Maximinos há um ano, mas vivo as Novas Oportunidades desde 2005, como Coordenador de Novas Oportunidades e Vice-Presidente desta escola.

E o que vos venho contar aqui é uma pequena história, um relato de alguém que está no terreno, de como a vida de uma escola muda e de como este projecto de novas oportunidades veio mudar a vida da escola. Falo de uma escola secundária com 3º ciclo que em 2005 tinha menos de 700 alunos, falo de uma escola na periferia de Braga sem capacidade de acção, de um meio socioeconómico médio – baixo. Fala-se de qualificar, mas para qualificar é preciso ter públicos, e depois procurá-los e manter o público que temos. A cidade tem outras escolas, com outros atractivos, e temos que tentar manter os alunos proporcionando-lhes várias ofertas.

Em 2005, na iniciativa das Novas Oportunidades, entrámos com 13 cursos de educação e formação de jovens, e logicamente aí diminuiu o abandono escolar.

Em 2006 achámos que o desafio era interessante e conseguimos manter os alunos na escola e cativar novos alunos com a abertura e a adesão ao ensino profissional de nível secundário.

Para dar uma ideia, relembro, que a freguesia de Maximinos, onde se insere a escola, conta com 11 000 habitantes (à data do último censo), ao que acrescem as freguesias da área abrangente. E em 2007 conseguimos cativar, a começar pelos pais, passando por outros públicos, cursos de nível básico e secundário e está a fazer um ano que somos Centro Novas Oportunidades; em Dezembro arrancámos com formações modulares.

Esta é a realidade de muitas das escolas públicas que têm agora. Esta escola tem 23 anos, mas é uma escola pública que para conseguir assegurar isto tudo precisa não só de recursos humanos, mas também de estabilidade das equipas, e neste sentido a ideia do contrato trienal para os técnicos foi fantástica porque para além de trabalhar, há a questão do espírito de missão, do movimento social.

Relativamente a constrangimentos, achamos que as escolas públicas para trabalhar e com alunos de cursos profissionais precisam de condições. Ao ouvir falar o colega de Coimbra, uma escola com tanta experiência, senti-me pequeno porque não tenho as mesmas condições, mas ele também não tem as condições que deseja. Nos meus contactos com o exterior, quando estive no programa, transversal de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

aprendizagem ao longo da vida, partilhei com outros colegas da Dinamarca as nossas vivências em termos desta iniciativa e ao nível do ensino profissional e CEF, detectei que nas *technical school* e *production school* têm condições fantásticas, de topo. Ao nível de educação de adultos, a nossa forma de trabalhar e as nossas metodologias foram elogiadas.

Relativamente à questão das dinâmicas de escola. Mudámos um bocado o papel das escolas; actualmente não tenho componente lectiva porque desde há três anos que sou formador, «vesti o fato» de formador. Tenho trabalhado com cursos profissionais, nomeadamente o ano passado trabalhei com ensino de adultos, e queria deixar uma preocupação: os adultos querem mais do que o 12º ano. Há adultos que estão a concluir o segundo ano do curso EFA e perguntam-nos: há vida para além do curso EFA? Daí a questão, que foi lançada há bocado pelo Conselho Nacional de Educação, sobre a operacionalização dos cursos de tipo 7.

Mas os jovens também querem mais. Foi com muita alegria que este ano tivemos jovens, do ensino profissional, inscritos nos exames nacionais o que significa que é possível ter qualidade no ensino profissional, é possível e importante articular a oferta CEF (trata-se de uma escola secundária com 3º ciclo), com ofertas de prolongamento e continuidade. Os jovens têm 16, 17 anos quando acabam o CEF, e não estão preparados, são imaturos, e por conseguinte é preciso dar-lhes uma oferta de continuação para o ensino secundário. Vejo alguns jovens no 12º ano a quem digo: nunca acreditei e agora estás aqui!

Ainda no outro dia falava com uma directora de recursos, (peço desculpa por estar a ir ao terreno, mas penso que é isso que pretendem ouvir), que me dizia «conseguimos estágios para todos. E olha para eles agora aqui, na Educação Física, lembras-te que no 10º ano não os conseguíamos segurar?»

Há aqui uma questão importante que não foi falada – os valores. Os valores que esses alunos adquirem, porque não trabalhamos só os conteúdos.

Para a operacionalização de alguns módulos, de alguns conteúdos, as escolas tiveram que contratar técnicos especializados e é diferente gerir uma escola com estas ofertas todas, do que gerir uma escola que é um liceu típico ou clássico, uma coisa que não foi contemplada no novo modelo de gestão não foi contemplado. Quando uma escola tem 47 turmas, tem ensino básico, CEF, ensino profissional – há pouco falou-se num rácio de 50% –mas na minha escola temos 7 décimos: 4 de ensino profissional, 3 do ensino científico-humanísticos; no 11º temos 4 cursos profissionais, 4 científico-humanísticos; no 12º, 3 profissionais, 4 científico-humanísticos. Já atingimos, quase, os 50% quase. E temos 10 turmas de EFA, temos turmas de EFA em itinerância (em que o professor tem que ir a outra escola), e temos formações modulares em itinerância.

Esta é a realidade da escola actual, e alerta para essa situação que não vem contemplada no novo modelo de gestão, porque após 4 anos de gestão sei que é diferente gerir uma escola que apenas produz, ou tenta dar resposta a alunos que pretendem ingressar no ensino superior, o clássico liceu, do que gerir escolas com esta matriz, que há muitas pelo País fora, e que necessitam de apoios, quer ao nível de recursos humanos da gestão, maiores equipas, quer ao nível de recursos financeiros.

O Sr. **Presidente**: – Muito obrigado pelo seu contributo.

Passo a palavra ao Sr. Pedro Nero Guimarães do CITEX, seguidamente passará a palavra a Prof. M.^a do Carmo Gomes da Agência Nacional para a Qualificação.

Neste momento estão encerradas as inscrições para uso da palavra.

Tem a palavra.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

O Sr. **Pedro Nero Guimarães**, CITEX: – Muito bom dia. Venho do CITEX, Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, um centro de formação de gestão protocolar, com dois Centros de Novas Oportunidades, um na Vila das Aves, no Vale do Ave, e outro em Barcelos no Vale do Cávado.

Levantava algumas questões críticas, merecedoras de medidas de ação. Para iniciar e enquadrar o assunto onde quero chegar, referia que o CITEX tem já integrado, no seu centro de formação, o Centro Novas Oportunidades de forma a constituir a porta de entrada para a qualificação e aprendizagem ao longo da vida com ofertas integradas entre processos de reconhecimento e processos de formação.

Acontece que a grande ferramenta de trabalho na fase do diagnóstico, que hoje é um eixo base dos centros de novas oportunidades e do encaminhamento dos adultos para as melhores e mais adequadas ofertas, é o Catálogo Nacional de Qualificações. O técnico de diagnóstico exerce a sua missão de pesquisa, de aconselhamento, de negociação com o adulto, mas não pode obrigar o adulto a determinada resposta ou caminho a seguir.

O CITEX, enquanto Centro de Formação Profissional, de gestão participada, e na medida em que temos uma relação de proximidade com o tecido empresarial têxtil (algumas associações do sector têxtil fazem parte da administração do CITEX), tanto no Vale do Ave como no Vale de Cávado, conhece as necessidades de qualificação dos profissionais do sector e temos uma imensa dificuldade em, tanto nas fase de diagnóstico, nas campanhas de ação, de marketing e de comunicação do CITEX, sensibilizar localmente os adultos para as saídas profissionais do sector têxtil. Sabemos que o sector têxtil não tem a empregabilidade que teve no passado, mas sabemos que empregabilidade tem no presente, reconhecemos as profissões emergentes, o Catálogo Nacional de Qualificação para o qual o CITEX tem dado fortes contributos apresenta caminhos muito interessantes, caminhos totalmente revistos pelo sector, mas é necessário conseguirmos dinamizar e promover as saídas profissionais no enquadramento local e regional, e sensibilizar as saídas profissionais diagnosticadas em cada região junto das populações.

A mensagem que gostava de deixar ficar tem a ver com a promoção do Catálogo Nacional de Qualificação, nas suas saídas profissionais devidamente enquadradas, contextualizadas, com os diagnósticos locais e com o que cada região, essencialmente nas PMEs instaladas, necessita.

Relativamente à formação nas empresas, essa formação é geralmente diagnosticada e gerida pelos empresários que sabem melhor do que ninguém que formação é que necessitam nas para os seus quadros e pessoal técnico, e dessa forma dimensionam a formação que mais lhes importa.

No contexto dos centros de formação, de cariz público, de cariz privado, e também com o enquadramento da escola pública, e das análises que fazemos, quer no Vale de Cávado quer no Vale do Ave, parece-nos absolutamente necessário fazer uma compatibilização entre oferta e procura. Este é um caminho que tem de ser percorrido e de alguma forma já se iniciou. Os Centros de Novas Oportunidades proporcionaram e estão a desenvolver trabalhos em rede, cooperam ao nível local, dialogam, mas cada vez mais é necessário chegar a uma maior compatibilização entre oferta e procura para as saídas profissionais diagnosticadas localmente, mas devia haver uma forte campanha de mobilização para as saídas profissionais que importam em cada região.

Por fim apontava que os Centros de Novas Oportunidades trouxeram uma nova dinâmica de crescimento das qualificações, e parece-me que a certificação de qualidade dos Centros de Novas Oportunidades são um caminho a seguir, tal como as auditorias.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: – Muito obrigado pela sua participação.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Passo a palavra à Dr.^a Maria do Carmo Gomes, da Agência Nacional para Qualificação que poderá, eventualmente, responder a algumas dúvidas que foram sendo apresentadas.

Tem a palavra.

A Sr.^a Dr.^a **Maria do Carmo Gomes**, Agência Nacional para Qualificação: – Muito bom dia e muito obrigado Sr. Deputado Presidente.

Independentemente da intervenção final que vai ser feita pelo Prof. Luís Capucha, gostava de salientar alguns dos aspectos que têm mais a ver com a qualificação de adultos.

Como sabem a iniciativa Novas Oportunidades tem dois grandes eixos, e vou-me centrar apenas no eixo adultos.

Queria começar por dizer, e que é confirmado pelos testemunhos ouvimos durante a manhã, de que estamos perante uma ruptura de paradigma face ao que tem sido a intervenção no campo da educação e da formação de adultos em Portugal.

Essa ruptura de paradigma torna-se visível em três ou quatro alíneas mais significativas.

Uma é a adesão. Adesão de que o Sr. Ministro do Trabalho nos trouxe dados recentes, em que contamos com cerca de 730 000 pessoas abrangidas e envolvidas pela iniciativa de novas oportunidades, eixo adultos, pode ser ilustrativo daquilo que já se começa a ter como uma das características deste programa que é o transformar-se a educação e formação de adultos num grande movimento social a favor da qualificação, e esse movimento social não é apenas pela adesão, é também um movimento social por características identitárias, porque cada vez mais as pessoas dizem «fui às novas oportunidades» ou «fiz as novas oportunidades», ou seja as novas oportunidades ganham corpo no contexto do sistema de educação e formação de adultos.

Esta ruptura de paradigma também é visível no alargamento desta oferta ao nível secundário de educação, a que podemos assistir de forma mais consolidada nos Centros de Novas Oportunidades e nas entidades formadoras. Tínhamos uma rede de centros, RVCC, originalmente criada em 2000, com sucessivos alargamentos até 2005, no contexto das diferentes instituições de tutela, mas que tinha apenas a possibilidade de se fazer processo de reconhecimento, validação e certificação de competências de nível básico – equivalentes ao 4º, 6º ou 9º ano de escolaridade; no final de 2006 foi lançado o referencial de competências chave para a educação e formação de adultos de nível secundário, e a partir daí a possibilidade de se alargar o sistema, não só de reconhecimento, validação e certificação de competências, mas também de formação e educação de adultos ao nível secundário. E por conseguinte conferir, dar corpo a um dos princípios orientadores da iniciativa novas oportunidades, que é transformar o 12º ano no patamar mínimo de qualificação da população portuguesa, nomeadamente da população adulta, sabendo nós o défice de qualificações, tão falado e tão discutido.

Outro tópico em que esta ruptura de paradigma tem visibilidade é o da configuração institucional. Hoje temos 456 Centros Novas Oportunidades a funcionar no País.

Aproveito para ir respondendo a algumas das questões colocadas, nomeadamente a Dr.^a Maria Emília Brederode falou sobre o papel das organizações, das associações que começaram este movimento, ainda no contexto da ANEFA, e citou a ANOP e outras instituições que estão aqui presentes, posso referir que essas organizações continuam a ter lugar, e têm até um lugar de destaque, se assim o quisermos dizer, foram pivots na formação, foram pivots em algumas das iniciativas da Agência para difusão de boas práticas, de disseminação de resultados, e aquilo que temos é uma rede de 456 centros, diversificada institucionalmente com uma grande aposta nos últimos anos de crescimento a partir do sector público, isto é, a partir das escolas públicas e dos centros de formação profissional do Instituto de Emprego, mas



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

não deixando de lado o papel das organizações não governamentais, das associações de carácter de desenvolvimento local, associações empresariais e, nos últimos tempos, com uma enorme adesão e interesse pela iniciativa do lado das empresas. Actualmente temos Centros de Novas Oportunidades localizados em grandes empresas, em empresas de referência do nosso tecido económico, mobilizadoras dos seus activos directamente para aqueles Centros de Novas Oportunidades, mas também encaminhando outros trabalhadores, dependendo das zonas onde se encontrem a trabalhar, para o contexto da rede de centros.

Temos aqui muitos centros do País inteiro que podem testemunhar como essas empresas e muitas outras, que estabeleceram protocolos com a Agência e com o IFP no contexto da iniciativa novas oportunidades, são hoje difusoras de activos para a qualificação de toda a rede de Centros de Novas Oportunidades.

Outra área de visibilidade tem a ver com o conceito de dupla certificação. Hoje aqui muito discutido e levantado a propósito das ofertas de jovens, mas deu-se corpo, de uma forma muito generalizada e mais abrangente, à possibilidade dos adultos, em Portugal, desenvolverem percursos de dupla certificação. Esses percursos podem ser feitos através do reconhecimento de competências, hoje é possível fazer reconhecimento de competências escolares mas também reconhecimento de competências profissionais num conjunto limitado de saídas profissionais que constam do Catálogo Nacional de Qualificações, mas o objectivo que todas as saídas profissionais tenham esses *kits* de reconhecimento rapidamente, e por conseguinte as pessoas podem aceder, por via do reconhecimento de competências, à dupla certificação, mas também através da educação e formação como sempre foi possível nos cursos EFA, mas hoje com outra possibilidade que é a existência das formações modulares certificadas, que são muito flexíveis e ajustadas às necessidades e características da vida dos adultos.

Há pouco o director do Centro Novas Oportunidades da Associação Empresarial de Paredes, dizia que uma pessoa que trabalha, com filhos, com uma série de obrigações familiares e pessoais, e que mesmo assim decidiu entrar num percurso de qualificação, pretende uma oferta ajustada às suas características pessoais, sociais e profissionais e essa possibilidade é hoje garantida no conjunto das ofertas disponibilizadas para os adultos, quer no sistema RVCC, quer nos cursos de educação e formação de adultos, porque são tipificados e podem ter percursos completamente distintos a partir das características das pessoas, quer nas formações modulares certificadas.

Uma última área de visibilidade tem a ver com aquilo que é hoje a matriz de intervenção dos Centros de Novas Oportunidades que é completamente diferente daquilo que era um centro RVCC. E um Centro Novas Oportunidades é hoje, em primeiro lugar, uma estrutura de encaminhamento. Temos que fazer alguns ajustes, porque se trata de uma novidade, temos andado a trabalhar em conjunto para perceber qual é a melhor solução do ponto de vista organizacional, mas hoje é uma plataforma de encaminhamento de adultos que entram num Centro Novas Oportunidades e que podem acabar o seu percurso de qualificação em qualquer entidade formadora, pública ou privada, do nosso País, e pode ser um percurso via reconhecimento, via formação, ou combinação de ambos – reconhecimento e formação. Esta multiplicidade e plasticidade das ofertas de educação e formação de adultos, são hoje uma característica inequívoca da ruptura de paradigma na formação de adultos a partir desta orientação programática que é a iniciativa novas oportunidades, que configura uma orientação programática com tradução na letra da lei, no sistema nacional de qualificações, e é a esse sistema nacional de qualificações que estamos a dar corpo através desta iniciativa.

Estas áreas de visibilidade têm alguns problemas, claro! Não se faz um sistema de educação de adultos, não se envolvem 750 000 pessoas, ou perto disso, não se criam 456 Centros Novas Oportunidades, e espera-se que tudo esteja a funcionar na perfeição e sem problemas em dois anos.

Um dos problemas levantados pelos Centros Novas Oportunidades tem sido o sistema de informação. Tenho dito que isso é uma enorme evidência de como os sistemas de informação hoje são



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

importantes utensílios para a gestão. E se os coordenadores, directores e equipas reivindicam melhores sistemas de informação é porque realmente é estratégico para a decisão, para a decisão da Agência, para a decisão do instituto, para a decisão das tutelas, mas também para a decisão de cada um de directores, coordenadores e elementos das equipas técnicas aqui presentes. Fizemos um esforço muito grande de melhoria do sistema de informação, e tenho que evidenciar a questão de actualmente o sistema de informação é muito mais funcional e adequado que estas mudanças pedagógicas, institucionais e contextuais constituem. Temos agora uma ferramenta que nos vai permitir gerir melhor a iniciativa.

A lentidão do SIGO. Acho que está muito melhor, de qualquer das maneiras tenho-a experimentado desde que se encontra na versão de testes, mas acho que vamos fazer aquilo que for necessário para calibrar ainda mais, e tentar tornar este sistema melhor e mais rápido. Não há-de ser por causa do SIGO ser lento que não vamos conseguir ter bons percursos de qualificação, de qualidade, e com bons resultados, embora seja uma peça dominante e temos que lhe dar atenção.

Outra questão fundamental, e vou terminar, são as metas; as metas que foram aqui trazidas pelos vários directores dos centros.

As metas são, normalmente, colocadas desta maneira, em oposição: ou há metas ou há qualidade, ou há objectivos quantitativos ou há dinâmicas de qualidade que garantem bons resultados. Já disse varias vezes, nas minhas intervenções noutros contextos, que isto não tem que ser assim, nomeadamente muitas vezes os sistemas de educação e formação ganharam qualidade porque ganharam quantidade e essa quantidade trouxe a qualidade necessária, com franjas de menor eficiência, que não-de existir sempre em qualquer sistema de educação e formação, mas não há nenhuma oposição, nem pode haver nenhum equívoco a este respeito, quanto a cumprimento de metas que têm a ver com resultados anuais contratualizados para efeitos de financiamento e para efeitos da actividade dos centros e os indicadores da carta de qualidade.

A Agência tem dito em todos os momentos e tem tomado iniciativas nesse domínio dizendo, por exemplo, que 2008 sendo um ano completamente atípico as metas não contaram, contaram em 2009, temos de garantir inequivocamente que a carta de qualidade é cumprida e ajustada face à dinâmica dos centros, porque esse é um caminho que está a ser percorrido na avaliação externa para nos ajudar a perceber de que maneira é que podemos melhorar a carta de qualidade.

Muito obrigado, peço desculpa por me ter alongado.

O Sr. **Presidente**: – Sr.^a Doutora estamos no Parlamento, onde o uso da palavra é fundamental, vamos ao étimo latino *parlar*, mas para que todos os que tenham acesso ao dom da palavra que considerassem que palavra sem tempo é complicado.

Passo a palavra ao Sr. Tiago Soares, Conselho Nacional de Juventude, seguir-se-á o Sr. António Pêgo da Associação Empresarial de Portugal.

Tem a palavra.

O Sr. **Tiago Soares**, Presidente do Conselho Nacional de Juventude: – Muito bom dia a todos.

O meu nome é Tiago Soares, sou Presidente do Conselho Nacional de Juventude, e importa-nos referir algumas questões que nos parecem importantes e que visam contribuir de uma forma efectiva para o nosso debate.

Há uma questão que nos parece importante que é quando falamos de qualificação; na nossa perspectiva quando falamos de qualificação não o devemos fazer apenas na perspectiva de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

empregabilidade, isto é, a qualificação e o sistema educativo deve ser visto no seu todo, onde a qualificação é uma das partes desse todo.

Não há nada melhor para uma boa prática do que uma boa teoria, e muitas das vezes uma perspectiva macro-política ou mais sistémica, são importantes quando descemos às partes analíticas e práticas das estratégias de qualificação, nesse sentido, e como dizia Paulo Freire, é a manifestação do sistema dominante, em que falamos apenas na produção de gente para o mercado, de gente para o trabalho. Quando nesta perspectiva, e aquilo em que acreditamos, o sistema deve ser visto para qualificar pessoas para a sua autonomia, isto é, olharmos para o desenvolvimento integrado dos jovens e dos cidadãos, numa perspectiva de análise de longo prazo, de percursos de vida, de aprendizagens ao longo da vida, que devem estar envolvidas nas estratégias da formação, quer no sistema de ensino formal, quer no sistema de ensino profissional, quer no alcance de competências desenvolvidas através da participação dos cidadãos na vida activa, na vida cívica, na vida cultural e política.

Dizia Almeida Negreiros, na década de 20, e quando se referia aos operários do seu tempo tratava-os por «autómatos do seu dono a funcionar barato». É o que temos neste momento e a minha perspectiva com que estou a ficar, da reflexão, é que estamos a criar «autómatos», estamos a criar gente sem perspectiva de formação cívica, de intervenção social. Temos de olhar para o sistema, no seu todo, na forma como funciona.

Estamos a falar disto por uma questão muito simples, quando falamos apenas da vertente formação de qualificação na perspectiva do emprego, não estamos a olhar para os desígnios dos próximos anos, temos uma alteração de paradigma produtivo, o sistema produtivo que tínhamos vai estar completamente alterado, estamos a entrar numa perspectiva de economia do conhecimento, onde determinado tipo de factores são importantes na formação do indivíduo. Não se consegue formar alguém na base da inovação e do conhecimento, se não tiver uma formação na base da crítica. Não podemos criar uma sociedade na base do conhecimento ou do empreendedorismo se não fomentarmos desde a base o empreendedorismo económico e o empreendedorismo social, ou seja, a forma como os indivíduos trabalham nas comunidades, e não nos podemos dissociar de uma lógica de longo prazo se não preparamos os nossos cidadãos, para trabalharem em equipa, para trabalharem em ambientes interculturais, para terem um conjunto de formações humanas que prepare para enfrentar os desafios da globalização e da sociedade interdependente onde vivemos quotidianamente.

Por isso, parece-nos importante afirmar que qualificar significa dotar o cidadão de instrumentos de autonomia, de liberdade e de participação cívica, que se aprendem nas mais diversas vertentes e de uma forma integrada, dos quais não podemos dissociar o ensino das competências artísticas e das competências culturais, porque na nossa perspectiva fazem parte objectiva de um processo de qualificação. Não podemos perceber a sociedade portuguesa que está a perder a esperança média de vida por questões relacionadas com a obesidade, se não tivermos uma abordagem sistémica sobre a qualidade de vida, ou sobre a prática desportiva de uma forma integrada na vida dos cidadãos.

Não podemos pensar apenas em qualificar pessoas se não tivermos um outro conjunto de estruturas sociais que estejam preparadas para os desígnios do futuro, que é, ponto número um, o cidadão actual tem que estudar toda a vida; isto é, temos de preparar as universidades para que num processo de economia do conhecimento o cidadão possa sair da sua empresa e ir para a universidade, reconhecer e recolher competências, centros de saberes que possam estar ligados às próprias universidades, tecido empresarial ligado às universidades, indivíduos que saiam das empresas e que possam ir para escolas profissionais, para Centros de Novas Oportunidades, continuando a melhorar e desenvolver as suas competências no seio da sua empresa, ligação ao tecido empresarial com esta perspectiva, porque é uma mentalidade que é fundamental ser alterada, porque só assim conseguimos fazer face aos desafios da globalização cada vez mais prementes na sociedade portuguesa.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Não podemos pensar que o tecido produtivo vai ser idêntico ao que era há 20 anos, e não podemos pensar hoje olhar hoje para a educação que outrora foi: até à quarta classe porque o objectivo era criar funções repetitivas nas empresas e preparar as pessoas para a indústria; até ao 9º ano porque o importante era complexificar o nível de saber e competências básicas adquiridas para integrar as pessoas; neste momento precisamos de preparar as pessoas para o longo da vida, para adquirirem competências humanas e sociais, e não olharmos para isto com uma única vertente centrada na economia e nas empresas, mas sim nas pessoas e num projecto diferente de sociedade que, neste momento, temos de analisar de uma forma sistémica.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: – Muito obrigado Tiago Soares.

Passo a palavra ao Sr. António Pêgo da Associação Empresarial de Portugal. Seguir-se-á a Prof. Maria Salomé Rafael, da Escola Profissional Salvaterra de Magos.

Tem a palavra Sr. António Pêgo.

O Sr. **António Pêgo**, Associação Empresarial de Portugal: – Bom dia a todos.

Gostava de fazer alguns comentários e sugestões, ao contrário da maioria das comunicações que têm sido feitas, não vou falar directamente das novas oportunidades. Reconheço o papel de centralidade estratégica no actual sistema de formação que a iniciativa novas oportunidades devem ter, mas neste momento parece-me mais adequado dar algumas sugestões do ponto de vista do sistema de produção e distribuição das qualificações em Portugal, que integra a iniciativa novas oportunidades.

Sobre isso gostava, desde logo, de enaltecer um salto qualitativo que foi dado pelo aparecimento e arrumação dos conteúdos que o Catálogo Nacional das Qualificações propiciou, no âmbito do sistema de formação em Portugal, dando uma melhor inteligibilidade a esses conteúdos, ao processo de aquisição, às progressões, e sobretudo dando valor a todas as formações realizadas, e por conseguinte obrigando todas as formações a integrarem-se essa organização de conteúdos.

Mas o que é que ainda deve ser melhorado nesta matéria, do meu ponto de vista? Desde já, a visibilidade do Catálogo Nacional das Qualificações junto das empresas, visibilidade que deve ser feita no sentido de gerar uma melhor aplicação desses conteúdos. As empresas ainda não se revêem totalmente naquilo que está organizado no Catálogo Nacional das Qualificações, não porque entendam que esses conteúdos não são adequados, mas porque por vezes são desajustados das suas necessidades.

Esse é um trabalho que pode e deve ser continuado por todos os operadores, directamente ligados à Agência Nacional para a Qualificação, e demais operadores de formação.

Outro aspecto, já largamente citado, é a necessidade de uma melhor articulação da oferta de formação certificada, que tem de estar alinhada com as necessidades empresariais, mas também com a distribuição territorial, e sobretudo com as dinâmicas do processo de procura intermediado por CNO. Os CNO são portas de entrada no sistema e têm que estar interligados com a oferta de formação, nomeadamente oferta certificada.

Um segundo tema que gostaria referir, tem a ver com, um problema permanente em Portugal, da distribuição de qualificações, ou melhor de um dos seus mais poderosos instrumentos, e que vai estar na ordem do dia nos próximos tempos, que são os estágios profissionais. E falo em estágios profissionais porquê?



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Os estágios profissionais já tinham estado na ordem do dia por via da questão do ensino superior, mas com a oferta maciça de cursos de nível intermédio vai-se colocar cada vez mais ao nível 3. Os estágios profissionais não podem ser meros instrumentos de financiamento do emprego de jovens ou diplomados, sobretudo têm que ser instrumentos de integração. Instrumentos com monitorização, tutoria, acompanhamento e preferencialmente com períodos, mais ou menos, curtos de formação, que ajudam a aumentar os níveis de empregabilidade desses estágios.

Esta é seguramente a melhor via por três ordens de razão que gostava de citar: Uma, as experiências e a memória histórica dos programas com provas dadas. Portugal tem alguma dificuldade em trabalhar com a memória, estamos na sede da democracia, numa Casa onde se valorizam as virtualidades de alternância democrática, de alternância política, mas as virtualidades da alternância política também faz com que se esqueçam as boas experiências; e Portugal tem boas experiências em termos de programas com estágios e com formação, refiro-me aos JTI, refiro-me à aprendizagem, refiro-me a formação empresarial jovem, uma série de programas que posteriormente são descontinuados por via de outras lógicas que se sobrepõem à necessidade de preservar essas boas experiências; e por conseguinte há experiências de bons programas com boa empregabilidade a este nível.

Os diferentes estudos feitos no âmbito do QCA, disponíveis no Instituto de Emprego, demonstram que todos os estágios ligados a formação e a processos de acompanhamento e de tutoria efectiva têm níveis de empregabilidade superiores a estágios desacompanhados.

Gostava de referir outro aspecto que é o seguinte, o mercado é cada vez mais um mercado de qualificações e não um mercado de trabalho, ou seja, cada vez se valorizam mais, para além das competências académicas, das competências nucleares, das competências formais, mas depois no mercado valorizam-se as chamadas competências tácitas ou transversais, ou seja, as línguas, as tecnologias de informação, modo de relacionamento, a criatividade, competências fundamentalmente desenvolvidas através de processo de formação – acção continuados com estágios. E esse é um aspecto que devia ser valorizado.

Queria ainda fazer outra sugestão. É altura de passarmos de um sistema de garantia de qualidade da formação, fundamentalmente administrativo, para um sistema mais estratégico e mais qualitativo, orientado para a produção de metodologias mais inovadoras no desenvolvimento das qualificações. Refiro só três ou quatro para ficarem registadas: a formação – acção com maior impacto a nível organizacional; a formação para a reconversão profissional de que temos muito pouca experiência em Portugal; a criação e concepção de dispositivos de levantamento de necessidades e de monitorização e avaliação da formação.

Era isto.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: – Muito obrigado pelo seu contributo.

Passo a palavra a Prof. Maria Salomé Rafael. Seguir-se-á o Sr. João Gavela do Centro Novas Oportunidades de Corroios.

Sr.^a Professora tem a palavra.

A Sr.^a **Prof. Maria Salomé Rafael**, Escola Profissional de Salvaterra de Magos: – Cumprimento a Mesa e todos os presentes. Vou ser muito rápida.

Vou falar no ensino secundário, ou seja, no ensino profissional, em primeiro lugar. Entendeu o País, e bem, que o ensino profissional devia ser ministrado na escola secundárias, além de quem estava no terreno há cerca de 20 anos. Estou perfeitamente de acordo, creio que é pacífico entre todos. O que para



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

mim não é pacífico, tal como para muitos colegas, é o facto de actores que estão há 20 anos no terreno, terem as suas escolas apetrechadas tecnologicamente, terem os seus recursos humanos afectos, os seus professores no quadro, que desenvolveram a sua profissionalização na própria escola, e que ao investir-se como eixo prioritário em termos de educação, em termos do sucesso escolar, para que a esmagadora maioria dos jovens terminem o 12º ano, e nesse sentido também no investimento das obras de adaptação das escolas secundárias, no tal apetrechamento das próprias escolas, não faz sentido que isso esteja vedado aos que estão efectivamente no terreno há 20 anos e querem continuar a trabalhar com a missão que desde o início estiveram, com certeza em parceria, com as escolas secundárias.

Faço um apelo sincero aos Srs. Deputados que aqui estão, creio que o faço em nome de quase todas as escolas profissionais, para que tenhamos a possibilidade de igualdade de oportunidades, apesar dos 20 anos no terreno, relativamente ao que se está a ministrar, neste momento, nas escolas secundárias e bem, ou seja, que possamos ter qualquer concurso aberto para obras de adaptação e apetrechamento das escolas. Creio que muitos, que temos a missão de trabalhar neste sub-sistema de ensino, por vezes sentimos alguma ingratidão por este facto.

Também gostaria de abordar aqui, porque penso que é objecto de reflexão, a duplicação de oferta formativa, aliás isso foi falado pelo colega de Coimbra. Não faz sentido estar a darmos duplicado oferta de formação na mesma terra, no mesmo concelho, ou a cinco quilómetros de distância, em laboratórios que já existem, em recursos humanos que já existem há 20 anos, há 10 anos, há 15 anos. E efectivamente isso está a acontecer; importa formar mais gente, qualificar cada mais vez gente, mas trabalhar em rede; o País tem recursos parcos e não faz sentido duplicar aquilo que já existe.

Uma outra situação que me parece importante referir, e o José Luís Presa falou nisso, são os gabinetes de orientação vocacional. É difícil para um jovem de 15 anos optar por aquilo que quer para o seu futuro. Existem gabinetes de orientação profissional pagos por todos e que têm como função esclarecer os jovens que estudam em determinado tipo de escolas – básicas ou secundárias – e permitir que esses jovens tenham conhecimento da oferta que existe na sua região. E o que acontece, hoje, é que a esmagadora maioria das escolas, devido ao que o colega de Coimbra referiu, não permitem sequer alguma sessão de esclarecimento sobre as ofertas formativas existentes na região, que nem sempre são iguais, ou seja, dá a sensação (e desculpem a expressão) que andam as pessoas com uma «cana de pesca a pescar alunos» porque efectivamente existem pouco.

Nesse sentido apelo aos Srs. Deputados que nos ajudem nesta matéria, porque é mau para as famílias, é mau para os jovens, é mau para toda a gente, ou caso contrário, qualquer dia, andamos a enganar as pessoas.

Por fim, relativamente às novas oportunidades. Creio que é um sucesso, todos temos que o reconhecer. Mas em relação ao 12º ano muitos estamos preocupados, estamos preocupados com o nível de exigência e trabalho que obriga o 12º ano, mas permitam-me referir que penso de modo diferente do outro colega (peço desculpa porque não estou aqui para comentar). O facto de existirem 1500 inscritos e só se responder uma minoria é porque estamos preocupados e pugnamos pela qualidade.

E peço-vos ajuda sobre esta matéria, é só.

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: – Muito obrigado Sr.ª Professora.

Agora tem a palavra o Sr. João Gavela. Seguir-se-á o Dr. Luís Correia, da UGT.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

O Sr. **João Gavela**, Centro Novas Oportunidades de de Corroios: – Bom dia, obrigado pela oportunidade que me estão a dar de partilhar as minhas opiniões.

Antes de mais queria dizer que houve uma pequena incongruência, não sou do hotel de Corroios, mas do Centro Novas Oportunidades.

Vou particularizar porque acho importante para os Srs. Deputados saberem a realidade que hoje se vive nos Centros de Novas Oportunidades, por isso, vou dar algumas noções.

Em relação ao SIGO, o colega já disse que o novo SIGO está lento, o que me deixa um bocadinho preocupado, a mim e aos nossos colegas, porque é o nosso instrumento de trabalho, é onde colocamos as nossas acções e tudo o que fazemos, por isso se continua lento – minha Nossa Senhora! – vai ser complicado porque se estão a inscrever cada vez mais pessoas e temos que dar vazão a todos.

Falou-se também em formação profissional. É importante dar competências aos adultos, dar os mínimos possíveis para que possam singrar nos seus objectivos, mas queria dar a noção de que a maior parte dos encaminhamentos que nós fazemos são para RVCC, não sei se por herança do que foi começado em 2000 e novamente colocado em 2005. As pessoas chegam ao Centro e querem iniciar processos de RVCC.

Sou psicólogo e faço sessões de diagnóstico e triagem, e mesmo que depois avalie o perfil e as competências mínimas necessárias para iniciarem processos de acordo com as suas competências, para que não se iniciem processos que os vão frustrar, ou que não sejam certificáveis, ou que por razões pessoais e familiares não possam concluir (como no caso de EFAs), mas ainda que negocie e diga que temos toda uma quantidade de instrumentos para encaminhar o adulto, querem o RVCC. O que é complicado, em todas as sessões que dou e faço friso sempre o RVCC é um processo autobiográfico, quase de introspecção, de construção de uma história de vida e não de uma aprendizagem maior ou de conhecimentos mais válidos, como por vezes me colocam: «olhe, isto vai-me dar mais bagagem para a universidade?» e tenho que dizer: «não, não vai dar mais bagagem para a universidade.»

Esta situação tem que ser desmistificada.

Não queria demorar muito mais, mas queria ainda falar sobre os parceiros que temos neste momento, para encaminhar para cursos profissionalizantes, este sim, cursos de novas aprendizagens, de novas competências, não é que as portas estejam fechadas, mas falo na generalidade e em relação aos IFP, os adultos vão encaminhados dos Centros de Novas Oportunidades e vão para as listas de espera das formações profissionais o que é complicado porque pode ser mais um entrave para esta qualificação e viabilização para um ensino formativo.

Queria também falar num ponto muito importante e que tem a ver com a orientação educacional, muitas das nossas famílias hoje em dia não tem, e digo isto como psicólogo, os mínimos ao nível de competências e de consciência para passar para os seus filhos, e se calhar era importante fazer uma orientação vocação profissional anterior ao 9º ano, mas começar a construir essa consciência de expectativas e de orientações para que possam então ter uma opinião e chegarem a um Centro Novas Oportunidades a dizer que querem fazer RVCC porque é fácil e rápido e que basta o currículo. Ao que respondo «não, não basta nada disso, é preciso muito mais para que possam concluir a vossa formação».

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: – Obrigado pela sua participação.

Passo a palavra ao Dr. Luís Correia da UGT, seguir-se-á o Dr. Augusto Praça da CGTP.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

O Sr. Dr. **Luís Correia**, membro da comissão permanente da UGT: – Boa tarde a todos.

Antes de mais a UGT, por razões óbvias, agradece e cumprimenta a Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República pelo convite que formulou à nossa organização, participamos neste debate com gosto. Cumprimentamos também todos os participantes e, antes de entrarmos naquilo que nos traz cá, alguma notas prévias.

Uma, para dizer que a UGT não consegue discutir como melhorar as qualificações profissionais sem enquadrar uma problemática mais geral que é a formação profissional, pelo que a pequena intervenção que vamos fazer centrar-se-á nesta situação. Um segundo aspecto é de que não ficaríamos bem com a nossa consciência, não seríamos sérios, se não reconhecêssemos publicamente (e é a posição da nossa central sindical) que ainda que com problemas e com etapas por cumprir, este Governo, em matéria de educação e formação, tem feito algum esforço para alterar as coisas e tem tido uma atenção especial em termos de políticas.

Estou-me a lembrar concretamente de uma situação, já alguém aqui disse que «o bom é inimigo do óptimo» e «o caminho faz-se caminhando», e por conseguinte a iniciativa novas oportunidades, com alguns defeitos, é uma iniciativa que deve ser preservada, deve ser apoiada e deve ser desenvolvida. Mas é evidente que não é «o sol», é evidente que não vai resolver os problemas todos das qualificações e da formação profissional.

A UGT não vai trazer dados novos, portanto, a posição da UGT é suficientemente conhecida, assinámos o acordo de formação profissional tripartido em 2007, e a partir daí empenhámo-nos seriamente nesse acordo, fizemo-lo com perfeita convicção que era um instrumento que, de algum modo, ajudava a que este problema que estamos aqui a discutir podia ter uma solução no imediato porque quando se fala em qualificação e em formação profissional não se trata de um problema dos Srs. Deputados, nem dos parceiros sociais, isto é um desígnio nacional e se não dermos, todos, as mãos ficaremos eternamente a discutir e daremos poucos passos. O problema da formação profissional, o problema das qualificações, é de nível nacional, desde os governantes ao mais comum e mais simples cidadão. Se não o tratarmos convenientemente andaremos à volta com bons princípios, mas não daremos os passos suficientes para concretizarmos isto que é fundamental para o desenvolvimento de Portugal.

Por força das circunstâncias andamos bastas vezes no terreno, falamos com centenas de trabalhadores estrangeiros, e a primeira coisa que salta à vista desarmada é que são todos bacharelatos e licenciados, e os portugueses coitadinhos, se não são analfabetos, andam lá perto. Depois a realidade profissional de alguns desses estrangeiros também não é bem isto, e como estamos a competir num mercado internacional, obviamente não podemos fazer doutores de aviário mas temos que competir com as regras que existem, e aqui está um processo minimamente credível, para podermos avançar e darmos passos decisivos. Para isso tem que haver empenhamento de todos, tem que haver qualidade, tem que haver transparência, tem que haver controlo, mas acima de tudo tem que haver é união: união de todos os intervenientes!

Partindo deste pressuposto com o que é que ficamos em termos de qualificações? Todos sabemos que um dos nossos problemas é o défice de qualificações, não vou maçar com grandes lombas técnicas, com metas, com isto ou com aquilo, mas sabemos efectivamente que em Portugal, e comparado com a União Europeia, a saída escolar precoce situa-se nos 36,3 contra 14,8 é um facto indesmentível, temos que dar passos decisivos!

Ao nível da formação profissional, no grupo etário dos 25 aos 64 temos 4,4 contra 9,7, e aqui o que interessa mais neste tema que estamos a debater, é a população empregada, aquilo que genericamente se chama de «população activa». Na União Europeia temos 10,6% de pessoas, em Portugal temos 3,25% em formação profissional. De quem é a culpa? O anterior Código do Trabalho tinha três artigos – 124º, 125º e 126º (peço desculpa mas não sei os artigos do novo Código do Trabalho) – que têm



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

escarrapachado (perdoem-me o termo) que tem de haver 35 horas de formação certificada, ou seja, a lei contempla isto. Mas não chega ter lei, é fundamental ter cultura cívica, ter cidadania, os nossos empresários (que me perdoem porque há empresários excepcionais em Portugal) têm que ter uma cultura de formação profissional para os seus trabalhadores.

Isto é a «prova provada» de que não basta haver uma lei, porque não é concretizada e não é cumprida. Tem que haver alguma evolução neste sentido.

O que é que resulta em termos de qualificações para este desiderato? Não há condições de trabalho, não há qualidade de emprego, os níveis salariais, a produtividade e competitividade das empresas reflecte-se e ressent-se. Mas reflecte-se em Portugal por causa da formação; se a memória não me falha o país europeu mais competitivo é o Luxemburgo, e tem 40% de mão-de-obra portuguesa! Isto é um exemplo que anda sempre ao de cima, é a realidade «nua e crua», então os portugueses no Luxemburgo são bons, em Portugal são maus? Porquê? Há aqui algum desiderato que convém analisar objectivamente, não vale a pena estarmos com grandes conversas, é analisar os factos friamente. O que é que é preciso? Educação? Sim senhor. Intervenção cívica? Sim senhor. Cidadania? Sim senhor. Quem é que faz isto? Todos nós; não são só os parceiros sociais, não é o governo, somos todos nós.

Finalmente o que é a UGT entende que se deve fazer? Alguns pontos fundamentais:

É importante o nosso sistema de formação estar orientado para a procura e não para a oferta. É evidente que os empresários sabem as necessidades que têm, e os trabalhadores precisam de ter uma formação inerente à sua inserção no mercado de trabalho. Isto é «claro como água».

Não se consegue entender porque é que a formação na área dos cabeleireiros, é o sector que mais formação dá (e perdoem-me se está alguém ligado a este sector específico). Não se percebe muito bem, ou poder-se-á perceber, mas em termos objectivos qual é o valor acrescentado que essas acções de formação, acima de um certo nível, traz para os cabeleireiros e para o sector da produção portuguesa em geral? Há que assumir isto.

Finalmente, a formação deve estar ligada às carências individuais detectadas pelos Centros de Novas Oportunidades, é «claro como água».

Não estamos a falar em teoria, estamos a falar na prática, os Centros Novas Oportunidades são aquelas organizações que apesar dos defeitos, mais devem contribuir e mais sabem de certeza quais são as carências a ultrapassado.

Há que evitar duplicações de ofertas financiadas pelo sector público, os dinheiros públicos são de todos, e é preciso evitar a todo o custo duplicações financeiras por razões óbvias.

Finalmente, e também é um chavão, mas todos temos de contribuir para isto, os valores da qualidade e exigência devem ser fundamentais para o sector da formação.

A UGT disse.

O Sr. **Presidente**: – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Dr. Augusto Praça, da CGTP Intersindical.

Depois temos o Sr. Paulo Feliciano da Agência Nacional para a Qualificação.

Tem a palavra.

O Sr. Dr. **Augusto Praça**, CGTP Intersindical: - Boa tarde.

Saúdo todos os presentes. A CGTP agradece o convite dirigido pela a Comissão de Educação e Ciência para estar presente nesta audição sobre qualificação.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Muito foi dito, não tenho muitas coisas a acrescentar, mas há algumas vertentes do problema que têm de ser ponderados pela Comissão.

É o problema, já referido na anterior intervenção pelo meu colega, do conhecimento, num certo momento, não ser suficiente para o desenvolvimento e para aumentar as qualificações em Portugal, porque podemos fazer uma avaliação neste momento, e muito bem feita, mas se não houver uma continuidade na formação nas empresas, não respondemos ao desafio de aumentar as qualificações em Portugal. O problema é se avaliamos as qualificações ou conhecimentos num certo momento e se essa formação não tem continuidade, significa que é mais uma oportunidade perdida, ou seja, perdemos muitas oportunidades ao longo destes anos todos, nas duas últimas décadas, e se não conseguimos responder à formação profissional, contínua, no mercado de trabalho, não atingimos os objectivos que nos propomos.

O desafio será responder ao mercado de trabalho, no dia-a-dia, ver como é que é feita a formação.

Neste momento a formação não pode ser feita só na vertente do trabalhador, é necessário apostar na vertente de organização das empresas; se não apostarmos na vertente de organização das empresas o sucesso da formação também há-de ser muito limitado. É evidente que se atinjo o patamar de me reconhecerem o 9º ou 12º ano de escolaridade, pessoalmente é um salto, do ponto de vista da continuidade se não existir para o País pouco foi. Aumentam-se os números para efeito estatísticos mas não se aumentam as qualidades daquilo que prestamos, daquilo que fazemos, daquilo que desenvolvemos.

Outra vertente, que é um dos problemas do mercado de trabalho, com baixos níveis de educação e qualificação ligados ao abandono escolar.

Diz a minha experiência profissional, porque estou a falar da CGTP mas podia estar a falar do ensino profissional (pertença à direcção da Escola Profissional Bento Jesus Caraça), e podia dizer que muitas vezes o abandono escolar não está ligado à questão do sucesso individual do aluno, mas à impossibilidade da família ou dos pais pagarem o passe ou o bilhete para ir para a escola. Esta é uma vertente que tem a ver com o abandono escolar e que não pode ser descurada.

Pelas minhas mãos têm passado muitas destas questões, e estão aqui outras pessoas que sabem isto, se não houver uma resposta ao nível do apoio a estas famílias, ou a estes jovens que estão a estudar, há mesmo abandono, não há hipótese! Com o aumento de partidarização de relações de trabalho, com a baixa de ganho médio em Portugal, esta questão do acesso ao ensino vai-se pôr ainda com mais acuidade.

Relativamente à questão de aumentar a qualificação há outras questões que têm de ser ponderadas, como se apoiam os que estão fora dos meios económicos para poderem estudar?

Podia falar da minha experiência pessoal. Venho de uma família muito pobre, hoje sou licenciado, mas estudei ao longo da minha vida, mas por que tive oportunidade e apoios. Senão houvesse apoios para poder estudar, não estudava. A maior parte daqueles que abandonam a escola precocemente encontram-se nas camadas da exclusão social. É nesta linha que tem de haver apoios.

Para a CGTP é claro que todos os ganhos relativamente ao aumento dos níveis de conhecimento da população portuguesa serão bem para todos; mas não podemos dizer que fazemos isto hoje e depois pararmos no tempo. É necessário que aqueles que hoje vieram aos Centro Novas Oportunidades para os seus conhecimentos serem reconhecidos e certificados, com continuidade na formação profissional do dia-a-dia, porque senão, volto a dizer, não temos capacidade de aumentar e de desenvolver o País, como precisamos que concorra em termos internacionais.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: – Muito obrigado pela sua participação em nome da CGTP.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Passo a palavra ao Sr. Paulo Feliciano, Agência Nacional para a Qualificação.

O Sr. **Paulo Feliciano**, Agência Nacional para a Qualificação: – Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, sei que a minha inscrição já foi tardia e por isso prometo que serei telegráfico.

Gostava de levantar uma ideia que tem percorrido algumas das intervenções, e que no fundo tem a ver com o estabelecimento de uma, quase, dicotomia entre a estratégia de aposta na qualificação para as profissões, na formação profissionalizante, e a formação para a cidadania, para o desenvolvimento cívico, para o desenvolvimento sócio-cultural dos indivíduos. Acho que é uma leitura equívoca da aposta na iniciativa novas oportunidades, se há ideia fundadora das novas oportunidades e até do sistema nacional de qualificações, é precisamente ultrapassar este afastamento e fazer a intercepção entre estas duas dimensões.

Aquilo que durante muito tempo foi esquecido quer seja na formação profissional, foi a importância das competências de base, das competências transversais para o desenvolvimento dos indivíduos, para a construção de uma sociedade mais coesa, mais solidária, e também a importância disso para promover depois o conjunto de todas as outras aquisições profissionais.

O conceito de qualificação que nós introduzimos no sistema nacional para as qualificações responde a esta preocupação, responde à preocupação de reunir estes dois domínios de conhecimento que são, por assim dizer, imprescindíveis um ao outro para que a qualificação sirva da multiplicidade de interesses que tem, não só de inserção profissional mas de inserção cívica.

O segundo ponto que gostava de referir tem a ver com enunciado sobre a capacitação institucional de que é devedora a aposta no ensino profissionalizante de jovens. O enunciado feito é, a nosso ver, correcto, mas queria sublinhar que não estamos numa página em branco, e muito está feito, muito foi feito, e enunciaria dois ou três tópicos sobre isso.

O primeiro tem a ver com a capacitação ao nível de equipamentos, de recursos de infra-estruturas. Pela primeira vez, ao nível de fundos estruturais, foi decidida uma medida e um programa de apoio muito expressivo para a capacitação das escolas nesta frente; não é um investimento que esteja a ser feito sem se pensar naquilo que é necessário dar do ponto de vista de equipamento e infra-estruturas às escolas.

Em segundo lugar a questão do ajustamento entre a oferta e a procura. Este é o imperativo de sempre dos fundos estruturais, sempre foi referida esta necessidade e o primeiro passo para que esta necessidade possa ser cumprida é termos um conhecimento cabal da oferta que temos no terreno, do lado sistema educativo e do lado do Ministério do Trabalho. Isso só se conseguiu há dois anos, e mais sofisticadamente este ano, e por conseguinte só agora demos um passo fundamental para poder fazer essa regulação de rede.

É isso que temos feito com base na leitura que obtivemos, definida por concelho, de toda a oferta que está no terreno, com base na análise dos dados de emprego, estamos a implementar uma estratégia de partilha de informação com escolas, com centros de formação, com autarquias, que irá permitir um acrescento estratégico na decisão sobre a formação desta oferta no território. Temos feito várias reuniões, algumas até nesta própria Sala, e o trabalho que está a ser feito nesta frente é promissor do ponto de vista da capacidade de fazer um ajustamento de oferta. Este ajustamento é naturalmente necessário para reforçar a capacidade de mobilização de jovens, porque eles estão lá, temos muitos jovens no ensino secundário, não há falta de jovens para envolver nas ofertas, o que eventualmente poderá haver é a necessidade de ajustar melhor a oferta e de desenvolver instrumentos de orientação vocacional e de valorização das profissões. Estas são as outras duas dimensões onde temos trabalhado com afinco.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

São já vários os instrumentos que vão ser entregues, ao longo deste ano, às escolas, precisamente para promover essas estratégias de encaminhamento vocacional e valorização das profissões, porque essa é a peça chave nesta matéria.

Por último gostava de fazer uma referência à questão da flexibilidade curricular e do papel do Catálogo nesta matéria. O Catálogo representa um contributo muito grande, do ponto de vista do ajustamento às necessidades do mercado de trabalho, do ponto de vista qualitativo, porque assenta na mobilização dos actores, das empresas, dos operadores de formação, na definição dos conteúdos formativos, e daí resultará seguramente uma melhor e mais correcta definição das competências a ser promovidas, mas também contribui para dar um grau de flexibilidade curricular e de maior autonomia para os operadores de formação dessas escolas.

A definição curricular do catálogo é muito flexível e define margens de autonomia para essas entidades, o que irá permitir uma capacidade de ajustamento ao território, às empresas, aos contextos locais onde a formação é desenvolvida, que é muito apreciável.

Concordo com a referência de que há um esforço de aproximação ainda a fazer às empresas; estamos a caminhar nesse sentido através da dinamização dos conceitos sectoriais de qualificação, mas deixava aqui um apelo a todos os operadores de formação, a todas as associações, porque esse esforço tem de ser partilhado por todos, porque são mediadores no acesso ao mercado de trabalho, no acesso às empresas, e precisamos também do seu contributo e empenho.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: – Obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Dr. Nuno Biscaya da Confederação da Indústria Portuguesa. Depois seguir-se-á o Prof. Luís Capucha, que será o último interveniente, por partes dos nossos convidados, neste debate.

Tem a palavra.

O Sr. Dr. **Nuno Biscaya**, Confederação da Indústria Portuguesa: – Em primeiro lugar muito obrigado Sr. Presidente pela oportunidade que me é dada, e em segundo lugar peço desculpa pelo meu atraso.

Devo dizer que nesta questão da concertação social há duas matérias que normalmente trabalhadores e empregadores costumam estar de acordo: uma, segurança e saúde no trabalho; dois, formação profissional.

O meu atraso deveu-se precisamente por estar num conselho tripartido para abordar o problema da segurança e saúde no trabalho; e nada melhor do que vir falar de um segundo assunto que diz respeito à formação profissional e que tem reunido o consenso. Onde é que tem reunido o consenso? Na sequência daquilo que os anteriores parceiros já disseram, foram realizados sobre a matéria da formação profissional quatro acordos, três deles tripartidos – 91, 2001 e mais recentemente em 2007 – um bipartido – em 2006 – e que foi realizado por todas as confederações patronais e pelas duas confederações sindicais, que veio a dar origem ao acordo de 2007. No âmbito da negociação do acordo de 2007 a pressão dos parceiros foi no sentido desse acordo conter as matérias que achávamos mais importantes, bipartidamente.

No desenvolvimento do acordo de 2007 recordei que foram lançados para consulta pública nove projectos legislativos; respondemos a todos, no entanto até agora apenas dois deles viram a luz do dia: o Sistema Nacional de Qualificações, já abordado, e os Centros Novas Oportunidades. No entanto parece-nos que ainda há muito a fazer. É certo que entretanto foi aprovado o Código do Trabalho.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Vou ser telegráfico para não vos fazer perder muito tempo, a aposta na qualificação do trabalho por parte dos empregadores é clara, mas não devemos perder de vista, e os empregadores não perdem de vista, a necessidade de competências e o saber fazer. Isto no mundo do trabalho adquire grande importância, e embora se possa associar a competência ao aumento do nível de qualificações, o facto é que o saber fazer atinge uma importância fulcral e não meramente teórica. Para este efeito, temos desenvolvido as nossas negociações no âmbito da CPCS, também queremos auxiliar a Agência Nacional para a Qualificação em tudo o que nos for possível.

Recordo ainda a quantidade de centros de gestão participada que têm participado neste trabalho por parte das associações sectoriais pertencentes à CIP, bem como o número de escolas tecnológicas. Por conseguinte, é do maior interesse dos empregadores participar neste diálogo e construir o aumento do número e da qualidade das qualificações do tecido produtivo português.

No entanto não posso deixar de ressaltar uma questão que já foi abordada, e que diz respeito às obrigações previstas no Código do Trabalho, em termos as 35 horas individuais de formação. Trata-se de uma matéria que veio do acordo de 2001, essa matéria passou para o Código do Trabalho de 2003, no entanto as horas previstas não estavam ao abrigo do acordo. Ou seja, aquilo que se previa no acordo, tendo em conta o nosso tecido empresarial constituído maioritariamente por micro e pequenas empresas, não passou para o Código de Trabalho (e se mantém agora no artigo 131), a questão da obrigatoriedade de 35 horas de individuais de formação, para todos os trabalhadores, prestado por todas as empresas, mas há que fazer um esforço de, e pelo menos a CIP tem-no feito, e de voltar a enquadrar essa matéria no âmbito do acordo de onde saiu. E se olharmos para o preceito a que me estou a referir constatamos que cai no âmbito desses apoios.

É este o caminho da CIP, continuar a promover o aumento das qualificações e, naturalmente, criar apoios e incentivar a procura desses apoios para que possa ser cumprida a lei.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: – Tem a palavra o Porf. Luís Capucha.

Seguidamente, e invocado o poeta António Machado com «o caminho faz-se caminhando», os nossos Deputados farão as suas intervenções, mas temos que poupar o tempo, porque às 3 horas o Comissão da Educação vai ter um longo, e aceso, debate com a Sr.^a Ministra da Educação e temos que controlar bem o nosso tempo para estarmos em ordem logo à tarde.

Tem a palavra o Prof. Luís Capucho.

O Sr., Prof. **Luís Capucha**, Presidente da Agência Nacional para a Qualificação: – Muito obrigado Sr. Presidente, muito obrigado Srs. Deputados.

Vou fazer o possível por vos desgastar para o debate de logo à tarde. Queria saudar a iniciativa que a Comissão Parlamentar teve de fazer esta abordagem às novas oportunidades. Tivemos a possibilidade de sermos ouvidos a 30 de Outubro, e é com um ânimo redobrado que aqui estamos, passados estes meses com números completamente diferentes dos que tínhamos na altura, e confirmando-se aquilo que disse, na altura disse, a respeito dos ritmos de crescimento do sistema, e também com uma situação diferente.

A primeira coisa que queria dizer, é que este debate, com esta participação, e com esta intensidade seria altamente improvável há dois anos atrás porque, pura e simplesmente, o problema existia mas era mais ou menos invisível e as novas oportunidades trouxeram este problema para o centro da agenda política e mediática, e por conseguinte este problema ganhou uma relevância e uma



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

centralidade não apenas sistémica, mas também nas agendas políticas. E isso resulta do facto de que há dois atrás, termos exactamente as mesmas medidas que agora estão em acção, mas numa escala muito atrofiada, sem dimensão para resolver os problemas que o País tinha; neste momento começamos a ter uma resposta sistémica e à escala dos problemas e creio que isso, independentemente da utilidade das várias críticas e sugestões feitas, muito úteis porque o sistema precisa de progredir, de se afinar e de melhorar. Mas é esta verificação que queria, desde logo, sublinhar.

De facto a questão da relação entre quantidade de qualidade está sempre em cima da mesa, a este respeito gostaria de relembrar alguns filósofos de orientação dialéctica, que dizem que a quantidade se transforma em qualidade, e o continuado arrefecimento a água pode-se transformar em chuva, com um arrefecimento maior a água pode-se transformar em neve ou granito, e por conseguinte o crescimento das medidas que já existiam há muitos anos, as medidas que compõem hoje as novas oportunidades são as mesmas que já existiam (cursos profissionais que já existiam, cursos CEF, cursos EFA, centros RVCC) mas o impulso que foi dado e a entrada no sistema num conjunto muito alargado de actores, fez com que hoje tenhamos uma realidade diferente daquela que tínhamos.

Estive há poucos dias numa entrega de diplomas de jovens certificados nos CEF e de adultos no Centro Novas Oportunidades de uma pequena vila da região oeste, em que uma das formandas discursou dizendo o seguinte «ouvi falar nisto e pensei que seria útil para mim», tratava-se de uma formanda que recebeu o diploma do 9ºano nesse dia, «falei com pessoas que me disseram não vás lá, porque primeiro aquilo é facilitismo e não te vai valer de nada o diploma que lá tirares, em segundo é só trabalhar para as estatísticas e em terceiro, vais lá por uma coisa que é mera propaganda política». Estas são as palavras da senhora, e ela disse que foi lá, apesar de tudo, desconfiada, foi bem recebida, foi bem acolhida e o que é que verificou e disse que, primeiro, facilidade não tive nenhuma, pelo contrário, várias vezes estive para desistir e foi o amparo do Centro Novas Oportunidades que me deu, que me permitiu continuar e prolongar o meu esforço até atingir o meu objectivo e a não ficar por ali. Em segundo lugar, e quanto às estatísticas, tenho o diploma, ninguém mo ofereceu, conquistei-o, e se este diploma faz parte dos números tenho muita honra nisso. Em terceiro, em vez de propaganda política o que encontrei foi um grupo de profissionais muito empenhado, muito capaz, que soube sempre ser solícito para os meus problemas e que nunca fez política comigo.»

Isto traduz a opinião de uma aluna adulta, das Novas Oportunidades, e a relação entre adultos e centros. Quem trabalha com estes adultos ouve testemunhos destes todos os dias.

Não quer dizer isto que não persistam muitos, ou alguns, problemas. Estou de acordo com o que foi afirmado de que é preciso continuar a reforçar a formação dos técnicos envolvidos na iniciativa, dos formadores, dos técnicos de reconhecimento, verificação e certificação de competências, dos técnicos de acolhimento e de encaminhamento, e que o envolvimento do ensino superior nessas matérias tem sido uma experiência boa e que é de aprofundar.

Também achamos que não se deve dar a imagem de que as vias educacionais para jovens são meramente vias de combate ao insucesso por parte dos alunos socialmente desfavorecidos, isto é, as vias vocacionais e a valorização do mundo do trabalho no sistema de ensino é um valor em si mesmo que tem como consequência adicional o facto de ser um instrumento muito potente de combate ao insucesso e abandono escolar.

Antecipando uma outra questão colocada mais à frente, é um valor que um dia poderia vir a ser pensado como um valor a insemear de forma mais decisiva nas próprias vias de prosseguimento de estudos, isto é nos cursos científico-humanísticos. Se calhar, hoje em dia, depois do percurso que foi feito, temos de pensar na maneira de introduzir nos cursos científico-humanísticos o mundo do trabalho e das profissões de uma forma mais consistente, de uma forma mais presente, e não apenas uma orientação para os exames nacionais, porque isso poderia ser um enriquecimento e poderia vir a contribuir para um objectivo decisivo. Se um dia quisermos que todos os nossos jovens estejam pelo menos 12 anos, ou até



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

aos 18 anos, na escola para concluir o secundário, temos que garantir que todos saiam do sistema de ensino com capacidade de sobreviver no mercado de trabalho, o caminho neste momento será mais por aí do que ao contrário.

Isto levava-me a uma outra questão colocada, e cuja orientação por parte do Ministério é exactamente a de evitar que haja um percurso CEF dentro do sistema de ensino, isto é, um percurso para alunos desfavorecidos dentro do sistema de ensino, e depois outros dois percursos para alunos não tão desfavorecidos. É por isso que achamos que os cursos CEF de nível básico devem ajudar os alunos a superar as dificuldades que têm e depois permitir-lhes o encaminhamento para as vias regulares de ensino, sejam de carácter profissionalizante, sejam para prosseguimento de estudos.

Quanto à questão da quantidade e da qualidade. Há algumas questões que tenho de focar porque foram pontos políticos abordados.

A questão das metas. As metas são instrumento de gestão, não são uma obsessão. Temo-lo dito em toda a parte e mantemos essa ideia; mais do que isso só se houver qualidade no sistema é que as metas quantitativas podem ser atingidas, porque qualquer quebra de qualidade implica uma fuga por parte dos adultos do sistema.

Entre as metas e os critérios de qualidade da carta de qualidade dos centros, e se algum dia se colocar essa questão obviamente a resposta é: respeitamos os critérios da carta de qualidade.

E, repito uma coisa que disse em muitos sítios, se alguém, algum dia, disser que foi pressionado para cumprir metas, baixando os níveis de exigência, esse alguém não faz falta no sistema, pode-se ir embora. E se soubermos que alguém está a trabalhar nesse sentido faremos tudo para que esse centro seja fechado. Naturalmente, isto implica que estaremos atentos aos esforços feitos pelos centros para cumprir as metas e temos instrumentos nomeadamente, ao nível da regulamentação do PO PH, para que não sejam penalizados caso tenham feito o esforço para atingir essas metas e não as tenham alcançado individualmente.

É uma questão devidamente salvaguardada, é um compromisso assumido e não vale a pena contrapor metas quantitativas às exigências de qualidade, aliás o Centro de Paredes e outros, deram um bom exemplo de como o que se passa no terreno não é cedências à facilidade na concessão de diplomas, mas também não queremos ser mais exigentes do que é necessário ser, mas é preciso que haja cumprimento dos referenciais, incluindo os referenciais do Catálogo de Qualidade.

Teria outras coisas a dizer mas que ficam para outra ocasião.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: – Muito obrigado.

Vamos passar à fase final deste debate em que os Deputados que fazem parte do grupo de trabalho para a qualificação vão dizer o que entenderem sobre as matérias que foram levantadas.

Como é da prática parlamentar cada grupo parlamentar precisaria, pelo menos, de uma hora para dizer o que pensa sobre a matéria, mas vamos ter que nos reduzir a três minutos, porque são vários grupos parlamentares. O essencial, para nós enquanto Deputados, foi ouvir o que os convidados e as entidades tinham a dizer, para depois desempenharmos o nosso papel parlamentar.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Paulo de Carvalho, deputado não inscrito.

O Sr. Deputado **José Paulo de Carvalho** (não inscrito): – Muito obrigado.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Vou ser muito breve. Peço desculpa aos que estou a falar assim mais de esguelha, mas é o que se pode arranjar. Como membro do grupo de trabalho agradecia pessoalmente os contributos que nos deram, já fizemos visitas, debates, audições, penso que este é um momento alto do nosso trabalho, pelo que agradeço todos contributos, as versões mais oficiais e as de quem está mais no terreno.

Vou guardar comentários de natureza parcial para debate político que vamos fazer posteriormente, mas gostava de fazer dois comentários.

O primeiro tem a ver com a visão, que acho que todos temos e na qual estamos sempre a insistir, mas penso que é bom para definir uma ideia comum, e que está relacionada com a qualificação.

A qualificação é um desafio que se coloca ao País, visa formar cidadãos autónomos e não autómatos, nesse sentido a qualificação será um excelente instrumento.

Outro comentário tem a ver com a questão de uma certa dicotomia entre qualidade e quantidade. Penso que não há propriamente dicotomia, mas há um defeito de leitura e de apresentação. Isto é, percebo que se coloquem metas, que se coloquem objectivos, e que sejam definidos também por objectivos quantitativos; o que me parece inadmissível é que a leitura e a avaliação que se faça seja sempre centrada na quantidade e nos números, e não na avaliação da qualidade à saída. Percebo que se definam objectivos, até percebo que se faça uma avaliação quantitativa de entrada e saída por número, o que é inadmissível é a omissão na avaliação pela qualidade.

E isso é uma questão de fundo, que tem de ser lançada e percebo que muitas vezes no discurso oficial, diria até político, a apresentação da evolução no trabalho notável que é feito no terreno, é feita muito mais pela via da quantidade do que pela da qualidade.

Penso que esse é um esforço de todos e com os debates que formos fazendo também se há-de criar essa cultura de avaliação qualitativa.

Por aqui termino, para respeitar o tempo.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: – Luísa Mesquita, Deputada não inscrita.

A Sr.^a Deputada **Luísa Mesquita** (não inscrita): – É importante ouvir quem está no terreno, quem está nos centros, as dificuldades que sente, o que pensa que não está bem em termos de legislação, o que é preciso melhorar. É essa vertente que queria cumprimentar, acho que foi extremamente gratificante, estamos todos de parabéns porque conseguimos esta audição, recolhemos um conjunto de informações e mais tempo tivéssemos para recolher essas informações mais tempo estaríamos.

Gostaria de referir dois aspectos das informações que nos chegaram e que são inovadores e que, por isso mesmo, devem merecer a nossa reflexão. E das entidades mais oficiais que aqui estão também merecerem essa reflexão para introduzirem nas suas políticas ou fazerem chegar a quem de direito, porque me parecem muito interessantes.

Produção em rede da formação. É fundamental, trabalhar em rede é crucial, no ensino superior levámos 30 anos a perceber que isso é importante; parece que pela primeira vez entendemos o ensino politécnico e universitário com um trabalho em rede. Porque não a formação em rede? Porque temos de estar de costas voltadas uns para os outros, criando formações idênticas, ou iguais, como referido pela Dr.^a Salomé Rafael? Porque é que reproduzimos, em públicas e privadas ou até em duas instituições públicas, as mesmas formações? Desperdiçando tempo, dinheiro, recursos humanos e recursos financeiros



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

para um País que se diz tão pobre e com tantas dificuldades de actuação. Acho que é a reflexão acerca da rede é inovadora, é crucial.

Gostaria de deixar uma outra reflexão, é que não tenho nada a noção de que há coisas perfeitas, pelo contrário. Não há processos de formação perfeitos, naturalmente que as novas oportunidades terão mais-valias, terão vantagens e desvantagens; o que me parece fundamental e matricial, é que aqueles que têm responsabilidades, começando pela Assembleia da República, continuando no governo, e nas instituições vocacionadas, que nunca percam a noção de que as nossas responsabilidades são de encontrar, o que alguém já aqui disse de uma forma muito bem dita e muito melhor do que vou dizer, o equilíbrio entre a necessidade de qualificar um país e a necessidade de formar o que a lei de bases do sistema educativo diz e o que a Constituição consolida, que é, não há cidadão nem cidadã neste País que não tenha que ter uma formação integral; não se trata apenas da capacidade de pegar num instrumento para responder ao mercado do trabalho que nos transforma em cidadãos e cidadãs. E se é para isso que as novas oportunidades existem, temos que as tornar cada vez melhores e cada vez mais qualitativas; se as quantidades também forem possíveis, que venham elas que o País bem precisa.

Muito obrigada pela vossa atenção.

O Sr. **Presidente**: – Muito obrigada Sr.ª Deputada.

Passo a palavra à Sr.ª Deputada Ana Drago, do Bloco de Esquerda.

A Sr.ª Deputada **Ana Drago** (BE): – Muito obrigada.

Fui tirando notas sucessivas de tudo o que foi dito, e tinha muita coisa para comentar.

Queria, obviamente, começar por agradecer a todos os presentes, a oportunidade que estiveram de estar aqui, creio que é fundamental para o trabalho da Comissão de Educação ter acesso a informações das pessoas que estão no terreno, que vivem as instituições, que se confrontam com os verdadeiros obstáculos as suas ambições e expectativas.

Queria dizer duas ou três coisas que me parecem importantes. E se calhar começava por fazer uma declaração de interesses, o Bloco de Esquerda tem, como é sabido, muitas divergências a política do Governo do Partido Socialista, contudo aquilo que tem vindo a ser a política de diversificação da oferta educativa e a ideia da iniciativa novas oportunidades merece-nos concordância. Temos, contudo, um conjunto de dúvidas e essas dúvidas incidem no fundamental sobre a questão da qualidade dos processos que estão a ser implementados no terreno.

Não consideramos que a questão da qualidade seja uma questão de somenos. Não quero fazer a dialéctica da quantidade e da qualidade, mas a verdade é que a imposição de metas aos CNOs, não se trata apenas de um instrumento de gestão, ou então teremos que chamar ao próprio financiamento um instrumento de gestão e isso é criar um novo paradigma; a questão é que a imposição de metas tem vindo a ser discutida pelas pessoas que estão no terreno como uma dificuldade à qualificação dos próprios processos de formação e RVCC que estão a fazer, ou seja, quantidade de facto está relacionada com qualidade.

Se até agora muito podemos discutir sobre a qualidade, e nenhum de nós tem uma opinião definitiva sobre esta matéria até porque nos falta uma avaliação externa daquilo que tem vindo a ser feito, a verdade é que devemos olhar para os ecos que vêm da opinião pública, e isso foi aqui referido nomeadamente por algumas das pessoas do Conselho Nacional da Educação. Ou seja, até que ponto a opinião pública confia ou não nos EFA ou nos RVCC que têm vindo a ser feitos e como é que os



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

entendem como qualificação dos cidadãos portugueses, ou como um processo, por assim dizer, mais facilitador de acesso a uma certificação que não seria tão merecida?

Devemos discutir isto com algum cuidado, é óbvio que teremos sempre pela frente conservadorismos, e pessoas que não estão dispostas a que a escola, a formação, a qualificação, venha a ser algo diferente do que é no passado, mas aquilo que é fundamental na certificação é a sua credibilidade no espaço público. E quando começamos a ter notícias de empregadores que perguntam «o seu 9º foi pela escolaridade regular ou por RVCC?», e aqui fazem uma distinção no acesso ao emprego, penso que temos de ficar preocupados. Toda a estratégia que, segundo penso, foi montada no sentido de democratizar as oportunidades de qualificação e de RVCC é positiva mas creio que descurou a qualidade em nome da quantidade, o que levanta um problema de credibilidade no espaço público, e as certificações são assim, dependem necessariamente do reconhecimento social.

Uma segunda ideia que queria dizer, preocupa-me que os CEF venham ser crescentemente entendidos como oportunidade para os filhos dos pobres. Entendam-me bem, acho que é mais importante ficar na escola do que a abandonar, mesmo que essa qualificação não seja muito boa, mas é fundamental apostar na qualidade dos CEF para que as ofertas da formação profissional ao nível da escola pública também não venham a ser descredibilizadas.

Última questão, que me coloca sempre perante um paradoxo, que é a situação dos técnicos e dos formadores que estão hoje nos CNO. Acho extraordinário que tenhamos uma política para a qualidade do emprego e que tenhamos, a fazer a formação para essa qualidade de emprego, pessoas que continuam a trabalhar indevidamente em recibos verdes.

Já foi resolvido?

Aparte inaudível.

Então fico satisfeita que esse problema tenha sido resolvido. Creio que foi um dos paradoxos centrais na formação dos CNO, é que as pessoas que estavam a dar a formação – técnicos e formadores – se encontravam a trabalhar a recibos verdes.

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: – Agora em representação do CDS/PP, o Sr. Deputado Abel Batista.

O Sr. Deputado **Abel Batista** (CDS/PP): – Obrigada Sr. Presidente.

Queria começar, por agradecer em nome do CDS, todos os contributos dados e que são, para o nosso trabalho na Assembleia da República, um trabalho de política importantíssimo ouvir as opiniões que nos foram transmitidas hoje; algumas delas aliás muito coincidentes com o nosso próprio pensamento daquilo que está a acontecer no que diz respeito à qualificação.

Obviamente que, é transversal, provavelmente nenhum dos partidos políticos com representação parlamentar dirá de maneira diferente, ninguém aqui nesta Sala disse diferente, que a qualificação é um desígnio nacional e que essa é qualificação absolutamente necessária. Todos reconhecemos que um país é tanto mais rico, não por ter mais matérias-primas, mas por ter capacidade intelectual de se desenvolver e de ser capaz de, através do empreendedorismo e da capacidade dinâmica da sua população, criar riqueza.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Nessa medida parece-nos necessário haver uma alteração do paradigma do que é educação em Portugal, do que é formação em Portugal, que fica bem patente naquilo que se falou, o que é para fundamental é que o ensino seja um ensino público de qualidade; não necessariamente escola pública / escola privada.

Acho que ficou plenamente demonstrado nesta Audição, que no caso da qualificação, no caso dos centros novas oportunidades, no caso de RVCC, no caso de cursos EFA, o público e o privado, escola de propriedade pública e escola de propriedade privada, concorrem entre si, não em termos da concorrência elitista da classificação económica das famílias, mas na capacidade dinâmica de cada um dos locais de ensino de aprendizagem. E isso, para o CDS, ficou claramente demonstrado nesta Audição, e por isso ainda bem que a fizemos e ainda bem que tivemos oportunidade de ter esta discussão.

Houve aqui um outro ponto extremamente importante, temos o diagnóstico geral de que é necessário haver qualificação, de que é necessário haver aumento das habilitações e da formação em Portugal, mas depois não vão vamos ao micro; foi uma questão levantada por várias pessoas, a necessidade de fazer o diagnóstico, o levantamento das necessidades de formação em cada um dos locais e para cada um dos tipos de desenvolvimento local que existe, e a relação entre comunidade local, porque é para aquela que se vai formar e é aquela que tem necessidade de formação e cujo objectivo tem as empresas para a sua formação, e aquilo que é oferecido efectivamente.

Acho que esse trabalho tem de ser feito sobretudo ao nível do Catálogo Nacional da Qualificação. É importante haver, nesta perspectiva, uma regionalização das formações em particular.

Finalmente, parece-nos, na minha perspectiva, ter ficado aqui uma coisa que não está a ser feita, que é a questão da avaliação do que vai sendo feito e o acompanhamento por parte das entidades públicas. Parece que ainda há um défice nesta medida, e por conseguinte é necessário que possa ter lugar.

Achei muito interessante o que o Tiago Soares disse há pouco, é que fazemos muita formação virada sobretudo para o trabalho, e não virada para o cidadão, para a cidadania, para a felicidade individual de cada um dos que estamos a formar. Não cumprimos a nossa felicidade apenas quando trabalhamos, quando temos emprego, essa é seguramente uma parte importante, mas a nossa felicidade passa por coisas diferentes e o cidadão dever ser formado em muitas outras áreas, que não esta especificamente. Esta faz sentido para a especialização, mas ao fazer uma formação gostaríamos que essa formação fosse um bocadinho mais de *banda larga*. A esperança que fica para as gerações mais velhas é que são os jovens que se preocupam com esta medida, nesta matéria.

Terminava, para não ser o causador de ultrapassar o tempo estabelecido, dizendo que o que falta agora é aquilo que foi referenciado, que é a questão da certificação dessa formação, a certificação das entidades que dão formação, de formadores. Com toda esta certificação só temos de caminhar para a qualidade! Tenho algumas dúvidas que essa qualidade não esteja comprometida por causa das metas e por causa da forma de financiamento dos Centros de Novas Oportunidades.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Oliveira, do Partido Comunista Português.

O Sr. Deputado **João Oliveira** (PCP): – Boa tarde a todos. Queria, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, agradecer a vossa presença e contributos e queria começar por ser politicamente ou protocolarmente incorrecto, ao contrário do que é prática na Assembleia da República, o Partido Socialista insistiu em garantir a presença do Governo nesta audição, o Srs. Ministros entenderam fazer uma intervenção e ir-se embora, o que considero uma fraca resposta do debate democrático e uma fraca



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

postura, não só pela Comissão que convidou, mas pelas pessoas que intervieram nesta Audição, e que julgo que o Governo tinha todo o interesse em ouvir as opiniões transmitidas.

Ultrapassando esta primeira questão gostava, muito rapidamente, de focalizar duas questões fundamentais na discussão da qualificação e que foram abordadas nalgumas intervenções que ouvimos.

A primeira tem a ver com a qualificação. Neste debate misturaram-se três conceitos completamente distintos: competências, qualificações profissionais e níveis de escolaridade ou níveis educativos. São três conceitos completamente distintos, têm fins e objectivos completamente distintos. Esse é o principal problema da iniciativa novas oportunidades, porque misturando tudo prejudica, no final, o mais determinante, que é a aquisição de conhecimentos e saber, que permita não termos cidadãos formatados para o exercício de profissões e para executar, mas, sim, com capacidade e instrumentos para que possam analisar, reflectir sobre a realidade que os rodeia e intervir sobre ela.

Aquilo que acontece com os cursos profissionais nas nossas escolas secundárias, aos quais é retirado uma boa parte da componente de transmissão de conhecimento e de saber, empurrando os estudantes para as vias profissionais, contrariando a perspectiva do prosseguimento de estudos.

Quando ligamos esta situação com a intenção de combate ao abandono escolar e de direccionar estas respostas para os filhos das famílias mais carenciadas e com uma condição sócio-económica mais fragilizada então o problema ainda é mais preocupante.

Vou recorrer a uma caricatura para percebermos aquilo de que estamos a falar, quando se entrega a uma pessoa um diploma do 9º ano e essa pessoa não sabe em quantas partes se divide uma célula, ou quando se entrega um diploma de 12º ano sem que essa pessoa saiba quais foram as condições que permitiram à ascensão da burguesia mercantil no séc. XVI, estamos a negar a essas pessoas um acesso ao conhecimento e ao saber a que teriam direito se frequentassem o sistema regular de ensino. O argumento final é quando nos respondem que uma pessoa de 50 anos já não precisa de saber estas coisas; este é o argumento final para quem entende que, a formação e a qualificação deve garantir às pessoas instrumentos para exercerem profissões e que devem estar completamente afastadas do sistema de acesso ao conhecimento e ao saber.

Uma outra questão, que já não vou abordar mais aprofundadamente, tem a ver com a questão da estrutura que foi montada para garantir a execução desta iniciativa novas oportunidades. Certamente que todos os técnicos e profissionais dão o melhor de si, e o melhor que podem, mas quando uma pessoa opta por um processo de RVCC em vez de optar por um processo de educação e formação de adultos, o curso EFA que seria o curso mais adequado ao seu perfil, objectivamente é uma decisão que tem influência no resultado final daquele processo. E não há forma de controlar a decisão à adequação à situação em concreto, nem há forma de corrigir essa alteração se essa correcção fosse necessária para um bom resultado final.

Tendo em conta o tempo de que dispomos, é aquilo que podemos dizer rapidamente. Da parte do PCP estamos inteiramente à vossa disposição para esclarecer de forma mais profunda a nossa opinião sobre a iniciativa novas oportunidades.

O Sr. **Presidente**: – Muito obrigado Sr. Deputado.

Antes de passar a palavra ao Deputado seguinte queria esclarecer um aspecto formal. O modelo para esta Audição foi definido no seio do grupo de trabalho onde estão representados todos os Grupos Parlamentares, incluindo os Srs. Deputados não inscritos, e foi aprovado na Comissão de Educação, e de acordo com o que se faz na sede de qualquer democracia, vai-se a votos e a posição que ganha é a que tem mais votos. Não foi o Partido Socialista que impôs coisa nenhuma, foi por consenso, quer no grupo de trabalho quer na Comissão de Educação.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

O Sr. Deputado **João Oliveira** (PCP): – A minha crítica não era ao PS, mas dirigia-se aos membros do Governo.

O Sr. **Presidente**: – Se dão licença, incluindo a presença ou a não presença dos membros do Governo, e a sua presença ou saída do debate. Tudo isso foi discutido, definido, aprovado em Comissão, e por conseguinte estamos a cumprir aquilo que foi decidido. Quem não pode estar nas reuniões da comissão ou do grupo de trabalho, e não pode participar nessas discussões, aí já poderemos pensar de outra maneira.

Mas foi este modelo que foi aprovado e é esse que estamos a cumprir rigorosamente. De resto, queria salientar, que aceitei todas as inscrições que foram apresentadas, todas as pessoas tiveram oportunidade de se inscrever, todas as pessoas que se inscreveram tiveram oportunidade de dizer aquilo que tinham a dizer, excepto o último orador, mas como a Agência já tinha tido vários representantes, achei que era altura de cortar a palavra.

Vou passar ao Sr. Deputado Fernando Antunes do Partido Social-Democrata.

O Sr. Deputado **Fernando Antunes** (PSD): – Depois deste episódio que significou alguma perda de tempo, quero começar saudando os intervenientes nesta Audição, extremamente enriquecedora, e que vai facilitar aquilo que visa, que é a elaboração de um relatório que se quer objectivo e construtivo.

Para dizer-vos que, em termos do PSD, o que pensamos é que efectivamente o Programa das Novas Oportunidades constitui um grande investimento; um investimento que não é só a nível financeiro, mas essencialmente e principalmente um investimento nos recursos humanos, e que visa não só prevenir o insucesso e o abandono, numa óptica de inclusão, mas principalmente a criação de percursos educativos novos com sucesso em termos de vida activa.

Esta é uma questão estruturante, é evidente. Foi aqui dito várias vezes que era um desígnio nacional, em termos de qualificação, em termos de formação e profissionalização, em termos de produtividade.

Penso que é uma questão estruturante e deve acentuar um princípio da igualdade de oportunidades, quer na qualificação de adultos, quer na formação em termos de ensino secundário e no percurso para as qualificações. Não há dúvida que há uma oferta em termos de crescimento de qualificações, não há dúvida que há uma ruptura em relação ao *status quo*, uma alteração ao paradigma de qualificação que existia, e que devemos prosseguir, para no fim disto haver mais competências, mais competências produtivas, mais competências culturais, mais competências éticas e sociais, numa óptica de cidadania e de formação para a vida.

É evidente que existem constrangimentos.

As metas desde de 2005 em que se falava num milhão para 2010, ou mesmo os 720 000 de que falava o Sr. Ministro há pouco, mas sem que tenha havido qualquer avaliação aprofundada em termos da qualidade da formação ministrada. Lembremos que o Prof. Roberto Carneiro só foi nomeado em 2008 e só agora tem a sua equipa praticamente montada e a trabalhar, estes são óbices nesta caminhada.

Ouvi também, e há que ter isso em conta, que a incompatibilidade entre o cumprimento da carta educativa e o cumprimento de metas, entre aquilo que é a duplicação de equipamentos, em termos de concorrência, em termos de facilitismo, no mesmo espaço territorial pela concorrência que pode vir a provocar, provoca ou pode provocar o facilitismo.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Vimos a ciência do SIGO que é absolutamente essencial, que é inovador, e a formação em rede.

Quero saudar muitos dos que aqui foram exemplo de sucesso, e saúdo com alguma ênfase, porque sou daquela zona, a Brotero. A Brotero que tem toda uma história absolutamente extraordinária na área da formação, basta dizer que ainda hoje, muita da formação profissional foi ministrada pela Brotero, e o exemplo de grandes profissionais, nomeadamente em toda a região centro, que por lá passaram é um bom exemplo que devemos seguir; mas saudar todos os que estão metidos neste processo, com vontade de construir escolas profissionais e escolas tecnológicas profissionais, e o seu percurso de 20 anos, que de alguma maneira cobriram este vazio e tornaram o País mais igual, dada a descentralização das mesmas escolas. Penso que isso é extremamente importante.

Outra coisa que me parece importante dizer tem a ver com a responsabilização e a credibilização. É preciso haver um acompanhamento, um diagnóstico, uma monitorização permanente, e uma avaliação do processo, para que haja mais diagnóstico em cima da hora, cada vez mais tem de haver inovação organizacional para que a certificação para a formação seja credível.

Nota final, e assim termino, o programa precisa de qualidade e exigência. Há que haver a percepção real, por parte dos empresários, de que existe qualidade na formação. A qualidade deve ser sempre salvaguardada, de nada adiantaria este investimento se os empresários não reconhecerem qualidade e mérito às certificações obtidas pelos formandos.

Disse.

O Sr. **Presidente**: – Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra em representação do Partido Socialista, a Sr.^a Deputada Luísa Salgueiro.

A Sr.^a Deputada **Luísa Salgueiro** (PS): – Muito obrigada.

Começo por fazer uma saudação e um agradecimento a todos os que aqui estão presentes. Agradecimento não só pelos contributos riquíssimos que aqui nos vieram trazer, e que contribuirão, seguramente de forma decisiva, para que possamos no final do nosso trabalho afinar a informação que temos e estar mais habilitados para o fazer, mas também um agradecimento sobretudo aqueles que tiveram de vir de muito longe (vi na lista de inscrições que temos pessoas de todo País o que é bom), mas queria-vos agradecer o trabalho que vão fazendo no dia-a-dia, porque o programa de qualificação, e a iniciativa de novas oportunidades, tem sido (do meu ponto de vista e do ponto de vista do Partido Socialista) um sucesso, mas o sucesso desta iniciativa reside em cada um de vós, em todos aqueles que no dia-a-dia estão a trabalhar para que se torne um factor de mudança na sociedade portuguesa, e por conseguinte o meu agradecimento vai para o que fazem hoje, mas também para o que desenvolvem no dia-a-dia.

E foi importante, antes deste momento, termos tido oportunidade de visitar os espaços diversificados, em termos de oferta formativa, que nos permitiu tirar muitas dúvidas.

Reconhecemos que nem sempre é possível aos grupos parlamentares estarem presentes, mas muitas das dúvidas que por vezes são colocadas, foram bem esclarecidas no momento em que fizemos essas deslocações.

Mas estamos, penso, todos de acordo que a necessidade de alterar o nível de qualificação dos portugueses é um desígnio nacional, e que este programa é inquestionável para a generalidade da população portuguesa e também para os decisores políticos. É preciso ambição e mobilização e esse objectivo foi conseguido, e penso que isso é reconhecido unanimemente.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Naturalmente, como aqui já foi citado várias vezes, não era fácil montarmos um novo paradigma em matérias de políticas de educação sem que passado três anos estivéssemos a detectar algumas situações e que as coisas funcionem menos correctamente. É evidente, é necessário reconhecer o muito progresso que foi feito e as muitas correcções que já foram feitas às deficiências que se foram detectando desde 2007. Já temos tido contacto com problemas dentro desta iniciativa que foram sendo corrigidas, como todos os processo que têm de o ser.

Neste momento existem ainda algumas dificuldades, alguns constrangimentos, que é preciso ultrapassar, mas antes de os identificar ou dar alguma nota do que pode ser melhorado, é preciso dizer que quando este programa foi lançado, a preocupação que trouxe aqui o Bloco de Esquerda, que era da possibilidade de ter uma mensagem generalizada de falta de rigor ou de facilitismo, penso que está a ser desfeita na sociedade portuguesa. Foi uma imagem e um método muito utilizado pela oposição para descredibilizar o programa à nascença, e à medida que foi sendo trabalhado, e à medida que os passos foram sendo dados, a população, aqueles que foram certificados e aqueles que foram frequentando os Centros de Novas Oportunidades foram, eles próprios com o seu testemunho, desfazendo essa imagem. Foi esta a preocupação de conhecermos se era efectivo, ou não, o rigor, a competência e a exigência que se pretendia no programa novas oportunidades, e naturalmente que vamos ter oportunidade para discutir as nossas posições político-partidárias, mas penso que a mensagem de facilitismo, há muito que foi ultrapassada, porque só quem tenta utilizar a realidade de uma forma demagógica continua a passar essa mensagem.

O desígnio nacional foi conseguido, a alteração do paradigma em matérias de educação está conseguida; o que precisamos é de continuar o caminho e atingir o melhor que possamos, independentemente das metas numéricas que possam ou não ser alcançadas.

Há uma possível incompatibilidade entre qualidade e quantidade definida nas metas; mas considero que isso é apenas um desafio para que consigamos melhorar a qualidade, tentando atingir o máximo, sem que nos preocupemos com a obtenção do número exacto que foi definido. É assim que entendo a necessidade como instrumento de gestão da definição de metas quantitativas.

O que me parece ser absolutamente ser essencial é que promovamos a articulação entre a oferta de diferentes espaços territoriais, porque por vezes pode haver uma espécie de competição, por vezes até em termos de ofertas mais antigas e as mais recentes, ou entre as organizações institucionais e as privadas. Por vezes há entre os responsáveis alguma dificuldade de aceitar a sobreposição, e penso que esse é um desafio que está por tratar e a que temos de prestar uma atenção especial, para que possamos responder da melhor forma, conseguindo os máximos resultados com a gestão ideal dos recursos disponíveis.

Para o Partido Socialista esta Audição representa um momento importante para afinarmos a nossa informação, mas estamos convencidos que se tem feito um caminho que melhorará inquestionavelmente a vida dos cidadãos em Portugal.

O Sr. **Presidente**: – Minhas senhoras e meus senhores vou sair de cena, passo a palavra à Deputada Paula Barros, coordenadora do grupo trabalho para a qualificação, que em nome da Comissão e da Assembleia encerrará os trabalhos.

A Sr.^a Deputada **Paula Barros**, Coordenadora do Grupo de trabalho para a qualificação: – Obrigada Sr. Presidente.

Quero começar por cumprimentar os meus colegas de Mesa, mas acima de tudo, cumprimentar todos os presentes e agradecer calorosamente a vossa participação em nome, em primeiro lugar, do grupo



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

de trabalho pela certeza que temos de que as intervenções que aqui foram produzidas contribuirão decisivamente para um trabalho mais profícuo, e também em nome da Comissão de Educação, porque a vossa presença valorizou substancialmente esta Audição Parlamentar.

Gostava, se me permitissem, de cumprimentar, na pessoa do Prof. José Luís Presa, o ensino profissional em Portugal porque é o ano em que completa 20 anos de existência e dar os parabéns a todos os profissionais que sempre estiveram ligados a esta vertente fundamental do ensino em Portugal, por todo o trabalho desenvolvido, e dizer-lhes que não é desenvolvido mas o que hão-de desenvolver, porque todos somos poucos para enfrentar e para assumir este grande desígnio nacional, da aposta, da elevação da qualificação dos portugueses. Elevação de qualificação esta, que me parece que deve ser observada como uma elevação da qualificação em todas as vertentes.

É bem certo que os profissionais que estão ligados à educação e à formação não conseguem, sei e acredito piamente nisto, afastar a sua intervenção de todo um conjunto de componentes transversais que, não só vão qualificar para um determinado objectivo, mas vão contribuir para o enriquecimento da formação geral dos cidadãos, contribuindo para a construção de uma sociedade com cidadãos mais interventivos, mais qualificados, com maior capacidade crítica; sobre isto acho que não podemos deixar que reste qualquer dúvida.

Devo dizer-vos que assumir a responsabilidade da coordenação deste grupo de trabalho foi um grande desafio, até porque entendo que este é um grupo de trabalho que, por razão da sua matéria, não se devia esfumar no tempo, devia permanecer, devia prevalecer assim como todos desejamos e consideramos fundamental que as aprendizagens aconteçam ao longo de toda a vida e não tenham um ponto final quando se conclui um determinado percurso de formação.

É exactamente por isso que, para além de uma nova oportunidade para jovens, temos as novas oportunidades para criar esta possibilidade a todos aqueles que saíram precocemente do sistema de ensino, possam ter agora a oportunidade enriquecer o seu conhecimento, enriquecer o seu saber, e também a oportunidade de lhes serem reconhecidas as competências que todos adquirimos fortemente quando enfrentamos a vida e enfrentamos os desafios que a vida nos coloca. Essa é uma grande aprendizagem e reconhecê-la é uma valorização, que me parece, absolutamente fundamental, naquilo que é a vida do cidadão, a construção da sua vida, a construção de cidadãos, integrais, cidadãos de corpo e alma, para uma sociedade de conhecimento que cada vez mais queremos ver florir em Portugal, para que Portugal possa competir em pé de igualdade com o espaço europeu e com o espaço global em que está inserido.

Parece-nos, ao grupo de trabalho, fundamental credibilizar a questão da qualificação, porque credibilizar a questão da qualificação é valorizar o esforço, o empenho de toda uma sociedade; é valorizar o esforço de professores, de formadores, de técnicos, de cidadãos, que são os formandos, que com esforço acrescido, roubando muitas vezes parte do seu tempo à família ou a um entretenimento pessoal que seria mais do seu agrado, estão a aderir a este programa de formação e estão a contribuir para o enriquecimento da nossa sociedade. Parece-me que todos sentimos a necessidade de credibilizar esse esforço, e é por isso que mesmo que o grupo de trabalho assumiu desde logo, e desde o início do seu mandato, o desafio de olhar para a quantidade e para qualidade como um desafio seu; exactamente porque sentimos que por aí se tentava a descredibilização de todo este programa. Face àquilo que é a quantidade, que por si pode arrastar qualidade, mas face o que também hoje aqui foi manifestado uma preocupação, que é a questão das metas quantitativas, em relação aos Centros de Novas Oportunidades, nomeadamente no que diz respeito à avaliação para financiamento, enquanto coordenadora deste grupo de trabalho, não me sentiria bem comigo própria se não desse aqui o testemunho de que nas visitas onde todos participamos, a diversos Centros de Novas Oportunidades, centros de formação, escolas secundárias, do norte, centro e sul, no continente (não fomos às ilhas) se não dissesse que em quase todos sítios essa questão foi mencionada, mas que em quase todos os sítios, felizmente, o que sentimos foi a vontade de sobrepor a



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

qualidade em relação à quantidade. E este é um esforço admirável porque não sentimos pessoas, nem directores, nem formadores, acabrunhados pela questão das metas. Não! Também houve reivindicativos em relação às metas. Sim! E apostando na qualidade pondo essa questão de lado.

É por isso que, e sabendo que o regulamento do PO PH permite à Agência Nacional para a Qualificação a revisão das metas, e estando aqui a Agência presente, é desde já um desafio, que se me permitem, que lanço à Agência, que questão da qualidade seja uma questão determinante para fazer a revisão das metas em termos quantitativos, porque aquilo que desejamos e o contributo que este grupo de trabalho pretende dar, em última análise, é produzir um relatório onde haja recomendações no sentido de que todo o trabalho e todo o investimento que está a ser feito no sentido de irmos caminhando para o objectivo da elevação, da qualificação dos portugueses, a bem de um Portugal mais qualificado, mais competente, mais crítico, mais competitivo.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Votação do Relatório:

O relatório foi aprovado com os votos favoráveis do PS e PSD, tendo registado os votos contra do PCP e a abstenção do CDS-PP.

Estiveram ausentes os Deputados do BE, PEV e Deputados Luísa Mesquita e José Paulo de Carvalho (Não inscritos).

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou uma declaração de voto (em anexo).



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Relatório sobre qualificação

Declaração de voto do PCP

O Grupo Parlamentar do PCP votou contra o relatório sobre qualificação por considerar que o mesmo não reflecte as preocupações centrais que hoje se colocam neste âmbito, quer ao nível do sistema educativo, quer ao nível mais específico do sistema de formação.

Afirmar, a propósito do 1.º ciclo do ensino básico, que o “reordenamento da rede educativa” teve como objectivo “contribuir para uma real igualdade de oportunidades no acesso ao conhecimento” - quando é sabido que aquele reordenamento se limitou ao encerramento de milhares de escolas por todo o País - não se pode considerar uma avaliação séria do ponto de partida para o relatório.

Quanto à específica matéria da qualificação e no que ao Programa Novas oportunidades diz respeito, não foram devidamente ponderadas as consequências da definição pelo Governo de objectivos quantitativos de qualificação de um milhão de activos em três anos e de colocar metade dos jovens do ensino secundário em cursos tecnológicos e profissionais de dupla certificação.

Não se problematiza o impacto que a definição do objectivo de qualificação de um milhão de activos teve na própria definição das estruturas criadas no âmbito das Novas Oportunidades.

Não se avaliam as consequências do objectivo de abranger 650.000 jovens até 2010 em cursos de dupla certificação, abrangendo pelas vias profissionalizantes um número de jovens que corresponde a metade do total de jovens a frequentar o ensino secundário. Não se avalia, nomeadamente, o que isso significou de encerramento de cursos tecnológicos e científico-humanísticos nas nossas escolas secundárias - vias para o prosseguimento de estudos - e de encaminhamento “forçado” de jovens para os cursos criados no âmbito das Novas Oportunidades nesses mesmos estabelecimentos de ensino.

A definição desta meta e a sua concretização assumem particular importância se tivermos em conta a perspectiva de selecção e triagem social que pode estar por detrás da canalização de alguns jovens para determinados percursos educativos ou formativos. Reforça esta preocupação o facto de o Presidente da Agência Nacional para a Qualificação (ANQ), Prof. Luís Capucha, aquando da sua audição parlamentar na Comissão de Educação e Ciência, ter afirmado que, para os alunos desfavorecidos, o único futuro são os Cursos de Educação e Formação (por oposição aos cursos tecnológicos e científico-humanísticos que permitem o prosseguimento de estudos).

1/3



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

PCP 

Em relação ao funcionamento das estruturas do Programa Novas Oportunidades, desde os Centros Novas Oportunidades (CNO) à estrutura central da ANQ, não foram considerados aspectos que influenciam decisivamente a qualidade da formação e da oferta educativa.

Apesar de terem sido registadas inúmeras preocupações pela inexistência de estruturas intermédias de avaliação das propostas formativas, essa questão não foi objecto de reflexão no relatório.

A proposta formativa apresentada pelos técnicos de diagnóstico e profissionais de reconhecimento e validação de competências (RVC) na sequência do diagnóstico efectuado ao formando não tem qualquer tipo de controlo ou verificação da sua adequação.

Tal como não existe qualquer acompanhamento pedagógico aos técnicos e profissionais dos CNO por não existir uma estrutura intermédia que o garanta.

Assim sendo, não se consegue saber se a opção esmagadoramente maioritária pelo percurso menos exigente com vista à certificação – o processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) – tem na sua base a necessidade de cumprimento das metas quantitativas definidas pela ANQ ou se é de facto a solução mais adequada para os formandos.

Ao contrário do que se afirma nas conclusões do relatório, são os próprios números disponibilizados pela ANQ que ilustram esta realidade.

De acordo com os números do balanço do Programa Novas Oportunidades efectuado pela ANQ, em 30 de Março de 2007 encontravam-se em processo RVCC 57.688 adultos, enquanto que em ofertas formativas do sistema de educação e formação havia apenas 18.240. Em Dezembro do mesmo ano, e de acordo com a mesma fonte, havia já 76.846 adultos em processo RVCC e 29.096 ofertas de educação e formação.

O processo de RVCC, sendo um processo orientado por uma preocupação de reconhecimento de competências e não de aumento do nível educativo ou de formação, é obviamente um processo mais rápido que permite aos CNO atingir mais facilmente as metas de certificação definidas pela ANQ do que se os formandos forem encaminhados para processos de educação ou formação.

Por outro lado, não há no relatório igualmente qualquer reflexão crítica sobre a organização e gestão de recursos humanos afectos à estrutura do Programa Novas Oportunidades.

Os problemas e dificuldades que foram identificados em alguns dos CNO visitados sobre a exiguidade das equipas de técnicos de diagnóstico, profissionais de RVC e formadores atribuídos pela ANQ aos CNO, não foram objecto qualquer reflexão.

2/3



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

PCP

A situação laboral de contratação de técnicos, profissionais e formadores em regime de prestação de serviços (recibos verdes) e a exigência de que por vezes sejam os próprios a suportar os custos com deslocações ou outros decorrentes da actividade própria do CNO também não mereceu qualquer consideração.

Tal como não foram objecto de reflexão as críticas feitas à insuficiência das 35 horas de formação das equipas dos CNO, ministradas por professores sem formação especializada em educação e formação de adultos, ou à inexistência de qualquer formação por parte da ANQ aos formadores dos CNO sobre o referencial de competências-chave de nível secundário, cujo próprio guia operacional indica a necessidade de descodificação.

Merece ainda destaque a inexistência de qualquer abordagem ao facto da acreditação dos CNO pela ANQ ter deixado de ser exigida precisamente no momento em que se verificou o aumento significativo do número de CNO.

Com efeito, em consequência da alteração da Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro, pela Portaria n.º 86/2007, de 12 de Janeiro, deixou de ser exigida a acreditação das entidades promotoras de centros RVCC. O fim dessa exigência deu-se precisamente no momento em que a própria ANQ definiu como meta passar dos 269 CNO em Dezembro de 2007 para 500 em 2008.

De notar, igualmente que apesar deste aumento significativo do número de CNO, a equipa da ANQ responsável pelo acompanhamento de toda a estrutura manteve-se sem que se tenha registado qualquer reforço.

Por último, fica por equacionar o futuro de toda esta estrutura criada de Norte a Sul do País, incluindo as Regiões Autónomas, em que trabalham hoje milhares de pessoas.

Considerando que o quadro financeiro que suporta a Iniciativa Novas Oportunidades termina em 2013 e que por essa altura, a serem cumpridas as metas definidas pelo Governo em termos de certificação, deverá haver uma significativa redução das necessidades em termos de estruturas existentes, seria importante reflectir sobre o futuro da rede criada e o futuro dos profissionais que empenhadamente desempenham funções nos CNO.

Por todos estes motivos o PCP não podia considerar, como se faz no relatório, que “estão a ser dados passos no sentido certo”.

Considerando as questões que continuam por esclarecer e as dúvidas que estas lançam sobre a real correspondência entre a certificação dos portugueses e os índices educativos e formativos verdadeiramente adquiridos, o PCP vota contra o relatório apresentado.

Os Deputados,

3/3